

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES - SCHLA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - DECISO**

RICARDO BORTOLI

**O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE SI NA NARRATIVA DE HOMENS
AUTORES DE AGRESSÕES NOS CONTEXTOS DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO**

**CURITIBA
2013**

RICARDO BORTOLI

**O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE SI NA NARRATIVA DE HOMENS
AUTORES DE AGRESSÕES NOS CONTEXTOS DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO**

Programa de Pós-Graduação em Sociologia,
Departamento de Ciências Sociais, Setor de
Ciências Humanas, Letras e Artes.
Universidade Federal do Paraná.

Professora: Dra. Marlene Tamanini

**CURITIBA
2013**

Catálogo na publicação
Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Bortoli, Ricardo

O processo de construção de si na narrativa de homens autores de agressão nos contextos da violência de gênero. / Ricardo Bortoli . – Curitiba, 2013.

143 f.

Orientadora: Profª. Drª. Marlene Tamanini

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

1.Masculinidade. 2. Violência contra mulher. 3. Violência conjugal. 4. Homens – Comportamento. 5. Violência – Aspectos sociais. I.Título.

CDD 362.8298



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
Rua General Carneiro, 460 - 9º andar-sala 906 Fone e Fax: 3360-5173

PARECER

A banca examinadora, instituída pelo colegiado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná, após argüir o(a) candidato(a) **Ricardo Bortoli**, em relação ao seu trabalho de dissertação intitulado "O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE SI NA NARRATIVA DE HOMENS AUTORES DE AGRESSÕES NOS CONTEXTOS DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO" é de parecer favorável à Aprovação do(a) acadêmico(a), habilitando-o(a) ao título de *Mestre* em Sociologia, linha de pesquisa linha de pesquisa "Gênero, corpo, sexualidade e Saúde" da área de concentração em CULTURA E PODER. Curitiba, 25 de fevereiro de 2013.

Prof. Dr. Pedro Rodolfo Bode de Moraes

Prof.ª Dr.ª Meryl Adelman

Prof.ª Dr.ª Marlene Tamanini
Orientadora e presidente da banca examinadora

AGRADECIMENTOS

Muito obrigado a todos aqueles que me ajudaram e que estiveram presentes durante a realização deste trabalho.

Agradeço especialmente:

Ao meu pai e à minha mãe, que me incentivaram e me deram os meios para estudar.

Aos meus familiares, em especial às minhas irmãs, que me acompanharam e incentivaram das mais diversas formas.

À minha orientadora, Dra. Marlene Tamanini, pelo conhecimento compartilhado, pela experiência dividida, pelos importantes momentos de aprendizagem proporcionados, pela agradável companhia, pelas broncas, pelas insistências e, principalmente, por ter me incentivado a continuar andando.

Aos professores Pedro Bodê e Miriam Adelman, por terem aceitado participar da qualificação e da banca.

A uma pessoa muito especial, Fabiana Dagnoni Pradi, que participou ativamente na coleta dos dados e que fez o chão de minha pesquisa. Sem você, Fabi, teria sido muito mais difícil!

À equipe do Programa de Prevenção e Combate a Violência Doméstica e Intrafamiliar, Ângela, Taísa, Priscila, Paulo e Shirley, pela compreensão, pela ajuda e por me substituírem nas minhas ausências.

À Maria Augusta e Juliane, pela compreensão e apoio nesta caminhada. Muito obrigado, mesmo!

Aos homens que me concederam parte do seu tempo para entrevistá-los.

Aos meus amigos, que acompanharam as minhas angústias, na perspectiva do aprendizado. Ao que compreenderam minhas ausências, mesmo estando presente.

A todos os colegas e amigos da turma de mestrado, ao grupo de gênero, em especial, à Thays, Anelise e Ana Maria. Foi muito bom, aprendi muito com vocês!

Enfim, a todos aqueles que estiveram presentes e contribuíram para a realização desta etapa da minha vida.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objeto de estudo o processo de construção das masculinidades nos contextos da violência de gênero. Tem como objetivo entender a experiência de construção das masculinidades que fundamentam a violência adotada pelos homens que agredem. Na primeira etapa, apresenta-se a metodologia utilizada para entrar no campo da pesquisa, assim como o método. Neste capítulo, também delimita-se o perfil dos entrevistados, a aplicação da técnica de entrevista e, por último, as perguntas e objetivos. Na segunda etapa, apresenta-se o referencial analítico, atendo-se aos estudos de masculinidades, assim como se busca fomentar algumas discussões sobre violência de gênero. Na terceira etapa, elabora-se uma breve abordagem sobre o surgimento das Casas Abrigos no Brasil, assim como o serviço de atendimento em Blumenau. Apresentam-se, ainda, através de gráficos, os dados referentes ao perfil dos homens que frequentaram as atividades desenvolvidas pelo serviço de atendimento destinado a famílias em situação de violência de gênero. Neste momento, são respondidas algumas das questões da pesquisa. Na quarta etapa deste trabalho, através dos registros dos Boletins de Ocorrência, dos históricos de atendimento e das narrativas dos homens, são criadas cinco categorias de análise que trazem aspectos sobre a constituição destes homens como campo da violência de gênero. Na primeira delas, apresenta-se como estes homens são constituídos enquanto agressores, como são vistos e como são narrados nos serviços de atendimento. Na segunda categoria, extraem-se das entrevistas os elementos narrados pelos homens com relação às agressões e suas práticas. Neste item, aparecem diversos elementos, como alcoolismo, negação da violência, entre outros. A terceira categoria é direcionada a compreender como estes homens se veem no ato da agressão. Na quarta categoria de análise, analisa-se a percepção ou sentimento dos homens com relação à abordagem policial, da delegacia e/ou do Fórum, ou, ainda, dos serviços de atendimento. Na quinta e última categoria, apresenta-se as narrativas dos homens sobre os motivos que provocam ou desencadeiam a violência e, por último, mostramos os elementos do processo de construção de si relacionados à família de origem, escola, vida sociocultural e comunitária. Estas cinco categorias estão conectadas entre si, ou seja, algumas das perguntas possuem repostas que revelam ou associam à situação de violência ao álcool, a abordagem policial, a sua honra ou ao fato de não se reconhecerem enquanto “agressores”. O presente trabalho pode lançar luz a novos desafios em compreender como estão instituídas as masculinidades presentes na violência de gênero.

Palavras-chave: Masculinidades. Violência de gênero. Homens agressores.

ABSTRACT

This research studies the construction process of masculinities in contexts of gender violence. It aims to understand the experience of construction of masculinities that substantiate violence adopted by men who attacks. In the first stage, it presents the methodology used in the research as well as the method. This chapter also delimits the profile of the respondents, the application of the interviews and the study goals. In the second stage, it presents some studies of masculinities that bases this research, as well as it establishes some discussion about gender violence. In the third stage, it takes a brief discussion about the emergence of Shelter Homes in Brazil, as well as victim's treatment service in Blumenau. Using graphics, informations concerning men who attended the activities of the victim's treatment service of families in situation of gender violence are also presented. In the fourth stage of this work, through the records of the police reports and the narratives of men five categories of analysis are created, bringing aspects about the role of these men as the main pieces of gender violence. In the first one, it presents how these men are constituted as aggressors, the way they are seen and how they are narrated in victim's treatment service. The second category extracts elements narrated by men in the interviews about aggression and its practices. In this item, several elements, such as alcoholism and denial of violence, appear in the narratives. The third category makes an effort to understand how these men find themselves in the act of aggression. In the fourth category of analysis, it analyzes the perception or feeling of men concerning to the approach of the police, forum or even of the victim's treatment service. The fifth and final category presents the narratives of men about the reasons that cause violence and the elements of the construction process of themselves related to the family of origin, school, socio-cultural life and community. These five categories are interconnected, which means that some of the questions reveal that the violence could be associated to alcohol, the police approach, his honor or the failure to recognize themselves as "aggressors". This study may generate new challenges in understanding how masculinities are present in established gender violence.

Keywords: Masculinities. Gender violence. Men aggressors.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 COMO SURTIU O INTERESSE EM ESTUDAR A VIOLÊNCIA DE GÊNERO COM O FOCO NOS HOMENS.....	20
3 METODOLOGIA	26
3.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS.....	32
3.2 APLICAÇÃO DA TÉCNICA DE ENTREVISTA - DIFICULDADES E FACILIDADES.....	33
3.3 PERGUNTAS E OBJETIVOS.....	37
4 OLHARES PARA AS MASCULINIDADES NO CAMPO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO.....	41
4.1 MASCULINIDADES	41
4.1.1 Alguns ensaios sobre violência de gênero e masculinidades	46
5 CONTEXTO GERAL E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO BRASIL, ASSIM COMO NO SERVIÇO DE ATENDIMENTO EM BLUMENAU.....	52
5.1 SURGIMENTO DAS DELEGACIAS.....	55
5.2 O SURGIMENTO DAS CASAS-ABRIGO COMO FORMA DE COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO.....	56
5.3 LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	58
5.4 ALGUNS DADOS DE VIOLÊNCIA NO BRASIL.....	62
5.5 SERVIÇO DE ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM BLUMENAU.....	70
5.6 A VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM BLUMENAU COM O FOCO NOS HOMENS	73
5.7 A VOZ DA MULHER NOS BOLETINS DE OCORRÊNCIA E NOS HISTÓRICOS DE ATENDIMENTOS NO PPCVDI	89
6 ANÁLISE DOS DADOS	95
6.1 AUTORES DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO.....	95
6.2 CARACTERÍSTICAS DOS ENTREVISTADOS SEGUNDO REGISTROS NOS DOS BOLETINS DE OCORRÊNCIA E HISTÓRICOS DE ATENDIMENTO NO PPCVDI.....	97

6.3 ELEMENTOS ELENCADOS NAS NARRATIVAS DAS AGRESSÕES PRATICADAS	102
6.4 COMO SE VÊEM NO ATO DA AGRESSÃO.....	114
6.5 COMO SE SENTEM COM RELAÇÃO À ABORDAGEM POLICIAL, E A DELEGACIA E FÓRUM	116
6.6 ELEMENTOS DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE SI RELACIONADOS À FAMÍLIA DE ORIGEM, ESCOLA, VIDA SOCIOCULTURAL E COMUNITÁRIA.....	119
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
REFERÊNCIAS.....	129
ANEXOS	137

1 INTRODUÇÃO

O interesse em estudar a violência de gênero, considerando o olhar do homem que agride, é fruto da trajetória profissional do autor na Secretaria Municipal de Assistência Social, da Criança e do Adolescente (SEMASCRI), no município de Blumenau – SC, onde trabalha como Assistente Social desde abril de 2003.

Através deste estudo sobre a narrativa de si dos homens autores de violência de gênero, além de dar-lhes voz, busca extrair elementos que permitam compreender a dinâmica que permeia a construção destas masculinidades. Estes elementos podem estar relacionados com sua história, seus valores, seu entendimento do lugar que ocupam nos afetos, como são ou não aplicados em suas vidas. São aspectos do conjunto das relações desses homens com sua profissão, escolaridade, casamento, filhos, responsabilidades, provimento ou não de sua casa, relações com a violência, com sua companheira, com seus amigos, com as substâncias psicoativas (SPAs) e com o ambiente social em geral. Interessa-lhe, sobretudo, entender que construção subjetiva é esta e como estes homens agressores se constituem, ou são assim constituídos, por meio da narrativa de suas práticas, das Políticas Públicas, das denúncias e dos processos de intervenção “terapêutica”.

Relações de gênero violentas, expressas com certas práticas refinadas de tortura corporal ou psicoemocional e dentro de determinadas concepções de masculinidades, visibilizam características da subjetividade e das posições de identidades que constituem os conteúdos em questão.

A violência contra a mulher é uma questão global de direitos humanos. Estudar, portanto, alguns aspectos localmente, não é isolar o tema de um conjunto de preocupações globais que investem na sua erradicação. Trata-se, contrariamente, de dar ao tema suas diferentes faces, e de inserir as especificidades, ou as interfaces, no contexto geral deste conhecimento. Assim, este exercício de visibilização e interpretação, ao mesmo tempo em que traz o que é generalizável, visibiliza as especificidades e as diversas dinâmicas nas quais o tema se constitui. Neste caso, diz respeito, igualmente, à construção do campo das masculinidades, que já tem caminhos propostos desde a década de 80.

Nas áreas de ciências humanas e sociais é comum que se tenha que lidar com a tensão entre uma objetividade positivista, racionalizada por meio de

expectativas a respeito de uma ciência neutra por vezes de base estatística, e a postura que advoga a necessidade de abordagens interpretativas de cunho mais hermenêutico, envolvendo dinâmicas vinculadas ao sentido da ação dos agentes. Metodologicamente, neste trabalho, a própria ideia de narrativa de si faz frente a esta tensão e, ao mesmo tempo, desafia o autor a tratar com as fontes de base quantitativa, de maneira interpretativa, de modo que possa produzir sentidos para a voz e a narrativa dos homens, e que possa considerar o estruturado, a cultura, a história, as instituições e os contextos imbricados com o tema e com o modo como eles se produzem nestas relações locais e gerais.

Elegem-se, portanto, colocar ambos os métodos de investigação, quali e quanti, e busca-se retirar o que cada um pode oferecer às perguntas e às indagações que persegue. Desta maneira, assume o que muitos investigadores têm mostrado a respeito da riqueza e da possibilidade oferecida pela relação com as diversas abordagens no caminho da produção de um dado conhecimento.

Claro que os problemas de pesquisa não são sempre fáceis de classificar ou interpretar, e existem particularidades que distinguem os objetos das ciências sociais e humanas, daqueles da biologia, da informática, da química, ou da matemática, por exemplo. É claro que aqui se coloca uma das exigências que é a da constante vigilância epistemológica, necessária a qualquer produção de saberes. E, sobretudo, necessária, porque o desafio é o de dar voz à realidade empírica que interessa ao pesquisador visibilizar, sem perder a capacidade analítica que o mundo acadêmico tanto preza.

A pesquisa qualitativa é um campo interdisciplinar que atravessa as humanidades, as ciências sociais e as ciências físicas. A pesquisa qualitativa é muitas coisas ao mesmo tempo. Tem um foco multiparadigmático. Seus praticantes são suscetíveis ao valor da abordagem de múltiplos métodos e, neste campo, encontramos desde aqueles que assumem um compromisso com a perspectiva naturalista até aqueles cuja compreensão é, marcadamente, interpretativa. Ao mesmo tempo, trata-se de um campo inerentemente político e influenciado por múltiplas lealdades éticas e socioculturais, adotando duas tensões ao mesmo tempo. Por um lado, é atraída por uma sensibilidade geral, interpretativa, pós-experimental, pós-moderna, feminista e crítica. Por outro lado, é moldada para concepções da experiência humana e de sua análise mais restrita à definição positivista, pós-positivista, humanista e naturalista (LINCOLN, 2006).

Outra tensão teórica e política, diz respeito à distinção necessária, e já estabelecida, pelas políticas públicas e pelo campo jurídico, embora ainda não de todo resolvida, que é a nomeação de violência de gênero, a ser utilizada na maior parte do texto, e a de violência contra as mulheres. A formulação e a aplicação do conceito de violência de gênero tem origem na década de 1980, como tentativa de ampliar a compreensão sobre as diferenças e desigualdades entre os sexos (SAFFIOTI, 2004). Uma vez que gênero é uma categoria histórica e complexa, que pode estar conectado as mais diversas instâncias, ou seja, pode ser pensado como aparelho semiótico, como símbolos culturais, conceitos normativos, identidade subjetiva, não diz respeito somente a relações homem-mulher, mas também relações homem-homem e mulher-mulher.

A partir da década de 1990, com os avanços nas discussões teóricas sobre gênero, autoras como Scott (1990), Butler (2003), Costa (1998), Heilborn (1991) e Machado (1998), possibilitaram um olhar mais amplo, abrindo campo para a “violência de gênero”, como um conceito mais extenso que do que o de “violência contra a mulher”. A perspectiva do uso da categoria analítica “gênero”, desenvolvida pelas autoras anteriormente citadas, leva a pensar que a categoria “violência de gênero” vai além da dominação masculina. Ela é mais ampla do que as abordagens que utilizaram referências ao patriarcado, perspectiva por meio da qual também a categoria mulher era tomada como universal. Em tal forma de olhar, os processos resultavam em essencializações do feminino e, posteriormente, considerando a cronologia dos estudos, também do masculino. Este modo de analisar, normalmente, produzia uma base fixa e dicotômica, na qual não restavam muitas complexidades. Tais aspectos ficavam presos a uma concepção que dizia respeito a uma redução analítica, referida aos papéis sexuais, ou a uma condição de dominado e dominador de base mecânica. Estes conteúdos ligavam-se a outros, normalmente definidos como estudos de mulher, condição feminina, virtudes e espiritualidades específicas da mulher, ou ainda, ao homem, definido como provedor, conquistador e insensível. Localizava-se nas pessoas, esquecia-se, por vezes, a relação, o contexto e a história. Faziam-se contrapontos com a sensibilidade feminina e, por vezes, perdiam-se as relações e/ou as tecnologias de gênero imbricadas com as relações de poder e com a construção de desigualdades, que eram constitutivas dessas relações.

Neste modo de analisar, por vezes, constituiu-se a implantação de políticas locais, como é o caso do contexto das delegacias de mulheres, mas não se constitui sempre a possibilidade de entender a complexidade da violência, o que acaba por reforçar os estereótipos, em vez de visibilizar a diversidade das questões imbricadas com a violência doméstica.

O fenômeno da violência de gênero traz conteúdos complexos, nos quais estão envolvidas algumas tensões de ordem teórica, já que existem diversas maneiras de olhar este fenômeno. Segundo Saffioti (2004), a violência de gênero estaria mais conectada às abordagens que veem a mulher como vítima e o homem como agressor, numa perspectiva ancorada pelo patriarcado. Em contrapartida, numa perspectiva diferente, conceitua-se a violência de gênero como uma abordagem relacional utilizada por Grossi (1991), Gregori (1993), Machado e Magalhaes (1998), Izumino e Santos (2005), Debert e Gregori (2008).

Aqui, é necessário problematizar as tensões teóricas com relação aos termos violência de gênero, violência contra a mulher, violência familiar e violência conjugal. Debert e Gregori (2008) pontuam aspectos sobre o uso de concepções da violência contra a mulher, violência conjugal, violência doméstica, violência familiar e violência de gênero para problematizar os deslocamentos semânticos destes termos. Para estas autoras, as violências produzem uma dimensão relacional, por isso, citam Foucault (2007), e sua análise de como estas violências estão longe de ser resolvidas pela esfera jurídica. A fim de pensar a dinâmica sobre as circunstâncias que envolvem as relações violentas, busca-se uma perspectiva que considera a interface de vários fatores. Eles se misturam e estão permanentemente em conflito, são relacionados à sexualidade, convivência, educação, entre outros. Neste sentido, surgem contextos não fixos, que se diferenciam em efeitos diversos de poder, que podem estar associados a aspectos geracionais, de classe e de ascensão social.

Este poder é parte de um saber mais complexo do que o de base jurídica, que é pobre em recursos para trabalhar tantos constituidores de violência. Foucault (2006) é econômico em seus procedimentos, monótono em suas táticas, aspectos estes que se reduziriam somente ao efeito da obediência como a regras de interdição, separação e exclusão.

Sendo assim, é importante visibilizar que existem posições de gênero que foram demarcadas ou legitimadas socialmente. No entanto, estas são construções que não podem ser tomadas como fixas, nem comparadas universalmente, ainda

que a violência de gênero possa ser encontrada em quase todos os grupos humanos, ganhando conotações e requintes tais que eliminam qualquer possibilidade de igualdade no contexto do efeito de sua constituição. São efeitos de um processo que as constituiu. As violências, assim, aparecem porque são constituídas por tecnologias de linguagens, rituais, discursos e estereótipos que as geram e as inserem em sistemas de utilidade, para fazer funcionar certos aspectos sob um padrão considerado adequado, por vezes útil, e quase sempre excludente e cerceador das experiências múltiplas. De acordo com Foucault (2004), os discursos verdadeiros funcionam como regimes de verdade, que provocam efeitos regulares de poder em virtude dos autossacrifícios que exigem em nome da “verdade” e do “status” que eles concedem aos que são encarregados de enunciá-los. No sistema sexo-gênero, a violência e a honra funcionam, frequentemente, como discursos de verdade constitutivos de uma determinada masculinidade. Apresenta-se, frequentemente, a ideia de força, de revide, de masculinidade ferida e se produz um efeito de difícil negação.

Segundo Foucault (2003), desta maneira o discurso verdadeiro dificulta, quando não impossibilita, admitir o poder que ele produz pelo fato de que insiste na oposição entre poder e verdade. A violência de gênero manifesta-se para muitos contextos como um discurso verdadeiro, liberado pela natureza de sua forma de poder, e é incapaz de admitir a vontade de verdade. Impõe-se a nós por tanto tempo que a verdade que ela busca revelar só pode mascará-la. Desmascará-la é mais do que produzir outro discurso; é perceber como ela se autoalimenta de muitas formas de discursos verdadeiros, mediante determinação de suas condições de existência e de seus efeitos políticos. Muitas autoras têm realizado um esforço no sentido de identificar, visibilizar, e desmascarar as bases desta violência.

Assim, Izumino e Santos (2005) expõem três perspectivas teóricas encontradas a partir dos estudos da década de 80. Primeiramente, buscam conceitos em que se compreenda a dominação masculina sobre a mulher, concebida como “violência contra a mulher”, sendo assim entendida não somente enquanto a mulher é vítima, mas também cúmplice.

A segunda perspectiva teórica é compreendida pelas autoras como “dominação patriarcal”, em que a mulher possui autonomia, mas é vítima do controle masculino, como em um sistema compulsório de fundação biológica. E a terceira

perspectiva é elencada pelas autoras como a da abordagem relacional, em que a violência é entendida como jogo de comunicação entre o casal.

Gregori (1993) compreende que a violência conjugal é uma forma de comunicação na intimidade do relacionamento, ainda que seja perversa. Com isso, ela considera a violência mais como um jogo relacional do que como uma luta de poder. Ou seja, a mulher é autônoma e participa da relação violenta, concebendo-a como cúmplice da reprodução dos papéis de gênero que alimentam a violência. A autora afirma, ainda, que essa nova perspectiva é “a de tomar estes relacionamentos, sem criar dualidade redutora do tipo algoz e vítima, e o que ela implica: o agressor ativo e agredido passivo” (GREGORI, 1993, p. 130). São perspectivas que, por vezes, também inserem, na forma como constituem suas análises, outras tantas armadilhas. Nesse sentido, categorizar uma pessoa como mulher que sofre violência não é suficiente, pois essa pessoa está muito além do gênero que lhe foi previamente imputado e dificulta desmarcar o poder nessa imputação, como constitutivo de poderes violentos.

Gênero, como perspectiva analítica, não é um substantivo. Ele fala de relações sociais, culturais e simbólicas, e, sobretudo, está imbricado com relações de poder e com o modo como os sujeitos são constituídos. Segundo Butler (2003, p. 19), “o sujeito é uma questão crucial para a política, e, particularmente, para a política feminista”. Isto porque “os sujeitos jurídicos são invariavelmente produzidos por via de práticas de exclusão que não ‘aparecem’, uma vez estabelecida a estrutura jurídica da política” (BUTLER, 2003, p.19).

Estas são algumas das razões pelas quais estas relações não podem ser reduzidas à perspectiva do patriarcado, que nos remete a uma forma universal e histórica de opressão com fortes marcas biologizantes, e que produz um modelo feminista de base superestrutura, com uma estrutura fixa; enquanto que as relações entre homens e mulheres são tão mutáveis quanto fazem parte de heranças culturais e institucionais, e implicam em reciprocidades tanto quanto em antagonismos.¹ Esta crítica também se refere às abordagens, sobretudo de cunho marxista, referentes à divisão sexual do trabalho. Assim como o patriarcalismo, essa abordagem teórica também não é aceita de forma consensual, embora sua grande contribuição se apresente no sentido de articular relações de trabalho e relações

¹ Ver Daniele Kergoat (1996) e, para uma crítica ao patriarcado, Rowbotham (1984).

sociais, práticas de trabalho e práticas sociais. Poder e violência são vistos, assim, como tantas outras dimensões, que são abarcados pela ordem simbólica de gênero (MACHADO, 2010).

Segundo Lauretis (1994, p. 208), falamos de “um sujeito constituído no gênero, mas não apenas pela diferença sexual, e sim, por meio de códigos linguísticos e representações culturais”. Portanto, em suas palavras, “engendrado não só na experiência de relações de sexo, mas também nas de raça e classe” (LAURETIS, 1994, p. 208), ou em outras tantas, como as geracionais, contextuais e relacionais.

Operacionalizar tais concepções é um grande desafio, uma vez que parece ser mais simples e mais facilmente passível de execução estratégica o caminho da redução dos problemas a alguns aspectos que permitam intervenção. Deste modo, segue-se que as Políticas Públicas e a legislação atual ainda tratam a “violência de gênero” como violência contra a mulher e, conseqüentemente, os serviços e programas de intervenção continuam tendo como foco a mulher. Segue-se, portanto, estratégias em que se imaginam as mesmas como processos de intervenção pontual e/ou de cristalização institucional no Estado, ou focadas no escopo legal, na pessoa e em sua culpa, o que dificulta sua inserção relacional. Desconsideram-se, por vezes, a relação, o contexto e os elementos econômicos, educacionais, simbólicos e históricos, bem como a classe, a geração, a situação de fragilidade emocional, a interseccionalidade com SPAs e outras adições como o caráter singular que se materializa na administração e na criação de meios de controle de compulsões diversas como: comida, álcool, narcóticos, sexo. O vício foi localizado no conjunto dos elementos geradores de violência.

Neste sentido, o presente trabalho tem por **objetivo** visibilizar o olhar do homem autor de violência de gênero, perguntando: Como vivem e se autonarram em suas masculinidades? Como se veem na condição de autor de violência de gênero?

Para compreender as masculinidades nos diversos contextos históricos, obteve-se apoio em Connell (1995), Tolson (1983), Arilha (1998), Almeida (1996), Nolasco (1995), Machado (2004), dentre outros estudiosos do assunto. Nestes textos, encontram-se elementos que permitem conectar as masculinidades presentes na vida dos homens autores de violência de gênero com a narrativa sobre si, normalmente como perpetuadores de violência.

Este é um dos grandes desafios desse trabalho: ouvir suas narrativas. Aspecto este que, talvez, permita problematizar também as estruturas simbólicas que instituem e signifiquem estas masculinidades em sua constituição. Sendo assim, as relações de gênero que se estruturam a partir das relações sociais entre homens e mulheres neste contexto são igualmente compreendidas como relações de poder. Estão imbricadas com ordens simbólicas relativas ao corpo, sexualidade, sexo, ordem, casa, família, trabalho, honra, status, dentre outros tantos aspectos.

Quando trata da dominação masculina, Bourdieu (2010) sinaliza as estruturas de dominação que os homens utilizam através da violência física e da violência simbólica, a fim de manifestar sua honra e virilidade e de ser reconhecido enquanto verdadeiros homens. Na obra “Poder Simbólico”, Bourdieu (2007) aponta para os muitos ritos institucionais que também são exercidos nas escolas, no exército, na arte, na religião, ou na língua. Estes funcionam como sistemas estruturantes que compreendem instrumentos de conhecimento e de comunicação. São exercidos porque estão estruturados.

Em Foucault (2007), estes aspectos seriam efeitos de poderes que estão em toda parte, ao mesmo tempo. São a condição de possibilidade do próprio poder em seus efeitos capitulares. Por meio de tecnologias do eu, o sujeito não está *vis a vis* da força, mas é um dos seus principais efeitos. A constituição da subjetividade do indivíduo é, ao mesmo tempo, a constituição de sua sujeição. As masculinidades, assim como as feminilidades, participam destes processos e, assim como o poder, são localizáveis e instáveis. Desta forma, não se trata da negação do estruturado, mas de localizar as tecnologias do eu, no caso de gênero e de masculinidade, que produziram estes efeitos de estruturado.

Em gênero, um efeito que se produz pela leitura da diferença dos corpos e do sexo, torna o corpo não apenas um texto da cultura, mas um produtor de cultura. Um lugar prático e direto do controle social. Pela prática automática e habitual, a cultura se faz corpo-colocada além do alcance da consciência - inatingível pela transformação voluntária e deliberada. Segundo Foucault (2003), há primazia das práticas sobre as crenças: organização e regulamentação do tempo, do espaço, treinamento e modelagem em formas históricas determinadas.

Em sua obra, Foucault (1990), indica alguns elementos de um saber dos homens sobre si mesmos que vêm mediados por jogos de verdade específicos. Estes jogos estão relacionados com técnicas específicas, quais sejam: a)

tecnologias de produção, b) tecnologias do sistema de signos, c) tecnologias do poder e d) tecnologias do eu, que são as mais interessantes para este trabalho. Isto, porque ajudam na percepção dos aspectos da violência de gênero que tem a ver com as tecnologias do eu. São as tecnologias do eu que permitem aos indivíduos efetuar, por conta própria ou com a ajuda de outros, certo número de operações sobre seu corpo, sua alma, seu pensamento, conduta ou qualquer forma de ser, obtendo assim uma transformação de si mesmo, com o fim de alcançar certo estágio de felicidade quando estão frequentando as atividades de grupo do Programa de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Intrafamiliar (PPCVDI), ou junto aos amigos, ou quando estão se autonarrando.

A masculinidade, por vezes chamada de hegemônica, tem se constituído dentro desta perspectiva em que matar, estuprar, torturar, violentar, dominar pode ancorar o medo viril de ser excluído do mundo dos homens, uma vez que a tecnologia funciona como um efeito de verdade sobre o que é ser homem. Deste modo, se constrói, por vezes, civilizações, explorações, consensos e violências baseados em sistemas de dominação. Nelas, estes homens, muitas vezes inconscientes dessa verdade de poder e até resistentes a ela, são constituídos como sujeitos inseparáveis de sua sujeição. E, conseqüentemente, é um processo que culmina na afirmação de uma individualidade de sujeito pelo uso da força e da violência. A conseqüência é um sujeito totalmente subjugado no duplo sentido de estar sujeito à força da violência e da sua dependência. Um sujeito ligado a sua própria identidade por uma consciência do autoconhecimento, na medida em que são constituídos e se constituem como homens agressores.

Estes aspectos, assinalados com frequência em diferentes campos e contextos das teorias feministas, teriam interagido na vida de homens autores de violência de gênero, de maneira tal, que eles não possam se autonarrar fora desses sistemas de valores.

Estas reflexões reportam novamente a uma série de perguntas: Esses homens, assim tornados violentos pela relação com este sistema de representações e de efeitos de um poder de saber, de verdade, seriam igualmente vítimas do próprio meio, conforme se encontra facilmente afirmado nas teorias que vitimizam a masculinidade, já que existiria uma correspondência entre as estruturas sociais e suas disposições psíquicas? O apego a uma identidade que se reconhece e é reconhecida por outros não é o resultado inevitável de qualquer forma de interação

peculiar com as tecnologias do eu que proliferam na sociedade disciplinar contemporânea. Assim, a celebração de uma identidade individual, que é um tanto “irrealizada” ou “desfigurada” nessa sociedade, não contesta, mas apenas confirma sua força? Não se pode dissociar a construção do objeto dos instrumentos de sua construção e de sua crítica? Seria possível olhar para a prática da violência de gênero e, a luz das novas experiências sociais, culturais, das informações e das legislações, alterar ou tratar de desidentificar esta prática, a partir de novas reflexividades, já que, segundo Giddens (1991), isto é uma condição da vida moderna?

Estariam estes homens se autonarrando dentro de ressignificações por eles produzidas para fazer frente às pressões, aos apelos para que parem de bater, para dar respostas pontuais a um sistema de controle legal ou familiar, situações culturais e locais, ameaças de abandono por parte da família? Estariam, assim, construindo um entorno de si, como um contensor de possíveis conflitos que deveriam ser denunciados, e não necessariamente, se sentem inseridos em um sistema de mudanças? Frente às relações que os cercam, eles estariam construindo determinados padrões gendrificadas de relações violentas? Ou poderia ser, ainda, que estes homens, ao se autonarrarem, estejam produzindo um sistema representacional sobre si que é reiterativo, não envolto, portanto, em uma nova postura de vida política, cuja prática se autodetermine fora do padrão violento?

Haverá alguma possibilidade, nestas práticas, para que eles se engendrem fora da linguagem, da percepção e dos efeitos que os constituem e são os conteúdos dessas violências? Eles se pensam em outros territórios, de um desejo sobre ser não violento? Delimitam outros horizontes, para outros mundos no seu mundo, se pensam e se simbolizam frente a outras necessidades que não as da dominação e de sua estrutura reiterativa? É possível pensar a masculinidade dentro de uma lógica nova, que não seja a da anti-mulher ou de anti-homens tão banalmente atribuída às feministas?

Ao mesmo tempo, explicitar as relações com estas fontes permite ancorar as **preocupações-chave do trabalho**, que são: Quem são os homens autores de agressão? Como são vistos e narrados nos serviços de atendimento? Que idades possuem? São casados? São usuários de álcool ou drogas? Que tipo de violência eles cometem? Como são narrados pelos outros? Quem os constitui como agressores? Quando passam a ser constituídos como agressores? Eles se

consideram usuários de SPAs? Como se sentem diante da abordagem dos serviços de atendimentos, como Delegacia de Proteção à Mulher, à Criança e ao Adolescente, Casa Abrigo, PPCVDI (Programa de Prevenção e Combate a Violência Doméstica e Intrafamiliar), Polícia Militar, Fórum entre outros? Interessa ouvir os homens, no sentido de complexificar o conhecimento sobre o fenômeno da violência de gênero. Que lugar ocupa o homem nos diversos contextos, como pai, marido, trabalhador, autor de agressão?

São essas algumas das questões que fazem pensar a violência de gênero como um processo que vai além de como este homem se constitui como autor de violência.

A presente pesquisa apresenta algumas narrativas de homens autores de violência de gênero, atendidos em Programa de Prevenção e Combate a Violência Doméstica e Intrafamiliar (PPVCDI), situado na Secretaria Municipal de Assistência Social da Criança e do Adolescente (SEMASCRI) no município de Blumenau – SC. Além dessas narrativas, este trabalho apresentará a visão dos homens agressores a partir de dados coletados nos serviços de atendimento, PPVCDI, Casa Abrigo para mulheres (Casa Eliza) e Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso. Traçará um breve perfil dos homens atendidos no PPCVDI desde 2004, assim como um perfil da violência praticada por eles, conforme os relatos contidos nos registros institucionais, tais como: históricos de atendimentos do PPCVDI, Boletins de Ocorrência e históricos da Casa Abrigo para mulheres.

Na primeira etapa deste trabalho, apresenta-se a metodologia utilizada para entrar no campo da pesquisa, assim como o método. Neste capítulo, também se traça o perfil dos entrevistados, elege-se a técnica de aplicação da entrevista e, por último, as perguntas e objetivos.

Na segunda etapa, apresenta-se o referencial analítico, atendo-se aos estudos das masculinidades, assim como, busca-se fomentar algumas discussões sobre violência de gênero e masculinidades. Neste capítulo, são discutidos alguns conceitos e desdobramentos no campo teórico da violência de gênero, violência contra a mulher e do campo analítico das masculinidades. Na terceira etapa, elabora-se uma breve abordagem sobre as Políticas Públicas e legislações no campo da violência de gênero, surgimento das Delegacias, e Casas Abrigo no Brasil, assim como no serviço de atendimento em Blumenau. A pesquisa apresenta, através de gráficos, dados referentes ao perfil dos homens que frequentaram as

atividades desenvolvidas pelo PPCVDI. É neste momento que se busca responder algumas das questões da pesquisa, a saber: quem são os homens público-alvo da pesquisa, qual a sua faixa etária, seu estado civil, são dependentes de substâncias ilícitas ou não, que tipo de violência eles cometem, dentre outras questões.

Na quarta etapa deste trabalho, através dos registros dos Boletins de Ocorrência, dos históricos de atendimento no PPCVDI e das narrativas dos homens, formam-se cinco categorias de análise que trazem aspectos sobre a constituição destes homens como campo da violência de gênero. A primeira delas apresenta como estes homens são constituídos enquanto agressores, como são vistos e narrados nos serviços de atendimento. Para isso, busca-se compreender as características dos entrevistados segundo registros dos Boletins de Ocorrência e históricos de atendimento no PPCVDI. Na segunda categoria, extrai-se, das entrevistas os elementos narrados pelos homens com relação às agressões e suas práticas. Neste item, aparecem vários elementos: alcoolismo, negação da violência, entre outros. A terceira categoria é direcionada a compreender como estes homens se veem no ato da agressão. Na quarta categoria, procura-se extrair a percepção ou sentimento dos homens com relação à abordagem policial, na Delegacia e no Fórum, ou ainda nos serviços de atendimento, a fim de oportunizar-lhes expor sua compreensão sobre como são abordados e se isso contribui ou não para a ruptura com o ciclo da violência. A quinta e última etapa apresenta as narrativas dos homens sobre os motivos que provocam ou desencadeiam a violência e, por último, mostra os elementos do processo de construção de si relacionados à família de origem, escola, vida sociocultural e comunitária. Estas cinco categorias estão conectadas entre si, ou seja, algumas das perguntas possuem repostas que revelam ou associam a situação de violência ao álcool, à abordagem policial, a sua honra ou ainda ao fato de não se reconhecerem enquanto “agressores”.

Nas considerações finais, retomam-se estas questões e são apresentados os aspectos que permanecem como desafios e não foram tratados neste trabalho, a fim de apontar questões para futuras pesquisas neste campo.

2 COMO SURTIU O INTERESSE EM ESTUDAR A VIOLÊNCIA DE GÊNERO COM O FOCO NOS HOMENS

Iniciou-se este processo de aproximação do tema com o espírito de quem queria passar da prática cotidiana a uma reflexão mais apurada das experiências vividas em contato com homens autores de violência.

O autor é filho caçula de uma família de origem italiana, formada de pai, mãe e oito filhos que reside no meio-oeste do estado de Santa Catarina. Seu pai foi agricultor e vereador por cinco mandatos na pequena cidade de Abdon Batista. Sua mãe dedica a vida à casa, ao marido e aos filhos. Sempre viu seu pai como um ídolo, já que admirava seu jeito de se relacionar com os demais, de ser prestativo, buscando transmitir valores como lealdade e respeito ao próximo.

Em 1996, mudou-se para Blumenau com o objetivo de estudar. Direcionado por teste vocacional, cursou Serviço Social na Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB. Já nos primeiros semestres, passou a questionar seus próprios valores de vida e de construção de sujeito, devido ao fato de fazer parte de uma turma basicamente feminina. Dentre os 50 acadêmicos, somente três eram homens e apenas ele concluiu o curso junto com aquela turma. Este contraste foi certamente representativo. Ficou nítido que o trabalho do Assistente Social era compreendido como uma profissão essencialmente feminina. Nolasco (1995, p. 13), ao retratar o período em que estava fazendo graduação, expõe uma situação similar: “minha turma era composta por cinquenta alunos, com apenas cinco homens [...] ficava evidente, naquele momento, que a valorização e o contato com a dinâmica subjetiva eram ‘propriedades’ das mulheres”.

Exatamente por esse motivo, o início de sua vida acadêmica possibilitou-lhe questionar os critérios adotados para definir sua trajetória profissional.

Em 2001, foi residir em Florianópolis, cidade em que trabalhou como assistente social no Centro Educacional São Lucas, que atendia adolescentes autores de atos infracionais e que estavam privados de liberdade. Naquela época, fez uma especialização na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, em Metodologia de Atendimento à Criança e Adolescente em situação de risco. Teve, então, a oportunidade de trabalhar diretamente com adolescentes que haviam cometido atos infracionais graves, como homicídios, latrocínios, assaltos, sequestros, entre outros.

Em abril de 2003, foi convidado a assumir a coordenação do Programa de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Intrafamiliar (PPCVDI) na Prefeitura Municipal de Blumenau. Naquele período, havia ocorrido uma situação lamentável, em que uma das mulheres atendidas fora assassinada pelo ex-companheiro, sendo que esta havia permanecido acolhida, juntamente com seus filhos, na Casa Abrigo para mulheres em situação de violência por três meses. Este fato ocorreu 15 dias antes do ingresso do autor neste programa e o motivou a questionar a ausência de ações de intervenção destinadas aos homens autores de violência de gênero. Foi a constatação de que o PPCVDI não desenvolvia, até então, nenhuma ação direcionada a este público. Constatou, através do prontuário de atendimento da vítima assassinada, que não houve qualquer atendimento ou tentativa de contato com o ex-companheiro por parte do serviço.

Em 2004, já na condição de assistente social, juntamente com outros colegas de trabalho da área de psicologia, iniciou as atividades com o grupo de homens autores de violência de gênero, tendo como objetivo escutá-los e dar voz a estes homens. A ideia era propor algum caminho para que eles pudessem ressignificar suas vidas e, conseqüentemente, pudessem modificar a visão que tinham de sua masculinidade, de sua posição como homens inseridos na condição de agressores. Tais ações contribuíram para aumentar ainda mais o seu desejo de estudar os contextos da violência de gênero.

Por meio deste trabalho, pretende dar visibilidade à narrativa do homem como autor de violência. Acredita que suas narrativas podem revelar aspectos de sua autopercepção, e a respeito do modo como são constituídos como homens agressores. Podem ajudar a entender a violência de gênero como efeito de um poder que se constitui e os constitui dentro de uma determinada masculinidade. Estes contextos poderiam ajudar a pensar alguma outra experiência a respeito do masculino, da constituição dos homens como agressões e das relações com a anunciada passividade das mulheres. Estes homens estavam silenciados no sistema de atendimento da violência de gênero, no modo como os profissionais, a legislação e os processos de intervenção terapêutica estavam sendo impetrados quando se tratava da violência de gênero. Colocando-se nesta posição, evidentemente, estava também preocupado a respeito de como e de quais seriam as melhores forma de fazer políticas para estes homens e para a violência de gênero, aspectos que marcavam a sociedade com significativa intervenção violenta, especialmente o

faziam agredindo mulheres, mas em consequência também seus filhos e o conjunto da sua família, e seu entorno em geral.

Narrando deste modo, procurou traçar brevemente de onde se originou o desejo de estudar a violência de gênero. Trazendo alguns aspectos relacionados à sua trajetória, os mesmos podem contribuir para a compreensão do porquê sentiu-se motivado a estudar o fenômeno da violência de gênero pela perspectiva dos homens.

Para facilitar a compreensão, contextualizou-se o PPCVDI no sentido de visualizar como e quando se iniciaram as ações direcionadas ao atendimento a famílias em situação de violência doméstica e intrafamiliar, em especial aos homens autores de violência.

Esta contextualização remonta ao ano de 1997, quando a SEMASCRI passa a desenvolver ações junto à Política de Proteção à Mulher, objetivando a construção de espaços para reflexão crítica sobre as relações sociais, com enfoque sobre as questões de gênero. A partir daquele mesmo ano, foram desenvolvidas ações através do Projeto Alinhando Cidadania, o qual tinha como objetivo incentivar a autonomia econômica das mulheres que residiam nas comunidades. Este projeto obteve o apoio da Secretaria Municipal de Trabalho e Renda, a qual disponibilizava instrutoras e viabilizava o acesso das mulheres a uma breve capacitação quanto às questões referentes à organização de cooperativas. A partir de tal intervenção, foram apontadas pelas mulheres inúmeras situações enfrentadas em seu cotidiano. Estas diziam respeito à violência doméstica, discriminação social, alcoolismo, uso de SPAs, vulnerabilidades circunstanciais e privações de saúde e renda, entre outras. Muitas vezes, tais situações desencadeavam a presença de violência tanto no espaço de convivência familiar, como no espaço público, o que revelava a existência de uma lacuna no atendimento que o município oferecia para mulheres em situação de violência doméstica e intrafamiliar.

Foi diante desta constatação que a SEMASCRI iniciou, em agosto de 1999, uma mobilização em várias regiões do município, promovendo encontros para debater o tema da violência doméstica e intrafamiliar. Desta mobilização, surgiu uma parceria entre ONGS (Organizações Não Governamentais) e OGS (Organizações Governamentais), que possibilitou a formação do Fórum em Defesa das Pessoas em Situação de Violência Doméstica, com encontros mensais, originando em 2001 a criação do Programa de Prevenção e Combate a Violência Doméstica e Intrafamiliar

(PPCVDI), financiado pelo Fundo Municipal de Assistência Social. Este programa iniciou suas atividades em maio de 2001, através da Lei Municipal nº. 5.825/01 (Anexo A).

Atualmente, na estrutura administrativa da prefeitura do município de Blumenau, este serviço faz parte do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) que, através da PSE (Proteção Social Especial), oferece atendimento às famílias e aos indivíduos em situação de risco pessoal ou social, seja quando seus direitos tenham sido violados ou ameaçados, abrangendo o atendimento a crianças, idosos, população de rua, entre outros. Neste contexto, o PPCVDI vincula-se ao CREAS² (Centro de Referência Especializado de Assistência Social).

O objetivo principal do PPCVDI é garantir atendimento, de forma integrada, à família em situação de violência. Os atendimentos são realizados por uma equipe interdisciplinar, formada por assistentes sociais e psicólogos. Suas principais ações devolvem-se em dois eixos:

a) No campo da Proteção: A Casa Abrigo³ começou suas atividades em setembro de 2001, a princípio em um local alugado e, a partir de 12 de novembro de 2004, passou a atender as mulheres e seus filhos em sede própria, construída em parceria com os governos Federal, Estadual e Municipal. Possui oito quartos, sendo um para PPD (pessoa portadora de deficiência), além de uma cozinha industrial e brinquedoteca. Trabalham na casa oito educadoras, uma cozinheira, uma coordenadora, um motorista e uma auxiliar de serviços gerais.

A “Casa Eliza” passou a se chamar assim após o assassinato de Tritonha Eliza Mackedans Machado, e foi uma homenagem que a Secretaria Municipal de Assistência Social prestou a sua família. Tritonha esteve abrigada três meses neste local.

Atualmente, o abrigo tem capacidade para acolher nove mulheres, juntamente com seus filhos, e tem como objetivo acolher e proteger as mulheres e seus filhos menores de 18 anos que se encontram em situação de violência doméstica e intrafamiliar, oferecendo-lhes condições para o desenvolvimento de sua autonomia

²O Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS) é a unidade pública estatal que oferece serviços da proteção especial, especializados e continuados, gratuitamente a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos. Além da oferta de atenção especializada, o CREAS tem o papel de coordenar e fortalecer a articulação dos serviços com a rede de assistência social e as demais políticas públicas.

³ Denominada Casa Eliza Mackedans Machado (Casa Eliza) a partir de 2004, em homenagem a uma das mulheres que após, sair da Casa Abrigo, foi assassinada pelo ex-companheiro.

pessoal e social, bem como o fortalecimento da autoestima. Trata-se de um serviço de caráter sigiloso e temporário, onde as usuárias poderão permanecer por um período determinado de acordo com suas necessidades. O atendimento é ininterrupto, em regime aberto.

b) No campo da Prevenção: com o serviço do Centro de Apoio à Família em Situação de Violência Doméstica e Intrafamiliar, situado na SEMASCRI, são realizados os seguintes atendimentos: socioassistencial, psicológico, interdisciplinar⁴ e ainda as visitas domiciliares. Além disso, são desenvolvidas ações socioeducativas com grupos de mulheres, homens, casais e adolescentes. Este serviço conta com uma equipe composta por três assistentes sociais, dois psicólogos, um motorista, uma coordenação e uma gerência, sendo que estes coordenam e gerenciam todos os programas da Proteção Especial.

Conforme anunciado, o interesse em estudar a violência de gênero a partir do olhar do homem que agride, surgiu da experiência profissional, particularmente com a morte de Tritonha Eliza Mackedans Machado aos 48 anos, ocorrida em 27 de março de 2003. Tritonha Eliza, depois de permanecer por mais de quatro meses na Casa Abrigo devido à situação de violência de gênero, recebeu o comunicado judicial de que o ex-marido fora afastado do lar, e por isso, retornou para casa, sendo assassinada pelo mesmo. Era aproximadamente 22 horas de uma quinta-feira, e Tritonha Eliza, juntamente com os quatro filhos, ao perceberem que o ex-companheiro estava chegando a sua casa, buscou refúgio no terraço, mas ele os encontrou, assassinando-a com quatro facadas na presença dos filhos. Dois dias após o assassinato, o autor entregou-se e foi encaminhado ao presídio da cidade, conforme matéria publicada no Jornal Santa Catarina em 01/04/2003 (Anexo B). O crime chocou os habitantes da cidade e municípios vizinhos.

Exatamente 18 dias após o assassinato de Tritonha, no dia 14 de abril de 2003 o autor ingressou na coordenação do PPCVDI. Por causa deste fato, ao ingressar no PPCVDI e ao analisar os registros no prontuário de atendimento da família, constatou-se que durante o período em que Tritonha esteve acolhida, não havia registros de atendimentos realizados ao ex-companheiro, nem mesmo um

⁴Os atendimentos interdisciplinares ocorrem quando os profissionais, neste caso, de psicologia e Serviço Social realizam o atendimento juntos. O olhar interdisciplinar vem da tentativa de profissionais comprometidos em solucionar, dinamizar e compartilhar conhecimentos dos mais diversos campos do saber, com a finalidade de alcançar um objetivo em comum. (SÁ, 1995)

contato telefônico. Por outro lado, Tritonha havia participado de atendimentos socio-assistenciais, psicológicos e de ações socioeducativas com o grupo de mulheres.

Constatada esta prática, surgiram várias perguntas e o assunto foi motivo para investigar, junto à equipe técnica, porque o PPCVDI não possuía ações direcionadas aos homens. Através deste foco, procurou-se fomentar na equipe interdisciplinar a compreensão da importância da intervenção junto aos homens autores de agressão, na perspectiva de possibilitar a criação de um espaço onde os mesmos pudessem trazer à tona seu sentimento, dando-lhes, assim, a oportunidade de ressignificar sua vida, principalmente com relação à convivência com sua companheira, ou ex-companheira, e filhos.

Em abril de 2004, buscou-se, juntamente com a equipe técnica, desenvolver ações socioeducativas com os homens autores de violência atendidos no PPCVDI, por meio de encontros mensais. A equipe entregou convites durante os atendimentos e também por contato telefônico. Nos dois primeiros encontros nenhum homem compareceu.

Redirecionaram-se estratégias e realizaram-se visitas domiciliares em horários noturnos e aos sábados, no sentido de sensibilizá-los e convidá-los a participar do grupo. No terceiro encontro, compareceram dois homens. No quarto, cinco homens e, assim, foi-se constituindo o grupo que, após seis encontros, obteve uma média de 10 a 15 participantes. A partir de 2006, estes encontros passaram a ser quinzenais, com presença média de 12 homens.

3 METODOLOGIA

Neste trabalho, as abordagens quali-quantitativas são complementares, embora a perspectiva qualitativa ocupe um lugar maior na hierarquização dos temas e conteúdos imbricados com os problemas de pesquisa.

Uma vez colocadas as questões metodológicas nestes termos, já não cabe a tensão entre objetividade e neutralidade, que era própria de algumas áreas, e que também classificava, com frequência, muitos trabalhos por sua capacidade de distanciamento. Desde a entrada das perspectivas hermenêuticas, da fenomenologia, de abordagem qualitativa, das visões sobre o artesanato científico (BECKER, 1993), esses aspectos da separação entre saberes objetivos, subjetivos, da neutralidade e objetividade já não são percebidos como condição sem a qual não se pode fazer ciência. O investigador precisa, com criatividade e compromisso, eleger, inventar os métodos de pesquisa que resolvam os problemas com os quais se depara e aprofundar sua consciência relativa aos aspectos históricos, sociais, institucionais que influenciam a produção do conhecimento (LENOIR, 1998). Assim, em qualquer situação, não basta afastar pré-noções, como bem analisa Durkheim (1978), mas assumir que, no caso da sociedade, elas cumprem importante função que necessita ser explicada. No caso das ciências exatas, também em seu métodos, na forma de recorte ou de relação com os desenhos que as relações ganham, elas também estão comprometidas com noções e *aprioris* sobre o que é o método de fazer ciência, ou que dados eleger, ou sobre como construir resultado, ou atender às expectativas das instituições em termos de conhecimentos, financiamentos, publicações e circulação de nomes, saberes e poderes.

Estes aspectos já formam parte das questões que se vêm produzindo desde o século XX, e de posições radicalmente revisitadas. As metodologias de fundo objetivista negam a hermenêutica, entendida aqui, como interpretação, e, portanto, vinculada a valores e a complexidades várias que não são sempre dedutivas. O uso de aspectos estatísticos neste trabalho é parte constitutiva dos elementos oferecidos à interpretação. Um desenho estatístico pode revelar aspectos sobre a experiência, que é tanto humana, quanto institucional ou de grupos, ou dizer respeito à posição de indivíduos frente a certas circunstâncias vividas.

Portanto, ambas as metodologias têm capacidade e condição explicativa e interpretativa, assumem uma única perspectiva, que é a da produção de sentidos em

direção ao conhecimento que deve ser produzido. Afinal é para isso que se produzem teses, artigos e dissertações: para atender aos problemas de investigação, na condição de dar respostas às indagações e objetivos, nas hipóteses de trabalho e na forma como se relaciona a teoria com a realidade, o que pode ser construído a partir dos dados coletados e na maneira como eles foram dispostos pelas instituições.

Entende-se que esta disposição de realidades já existe antes mesmo de nossas ferramentas de coleta. O trabalho baseia-se no levantamento, elaboração de relação e interpretação destas ferramentas. Para tanto, o caminho que elegemos coloca em diálogo campos de abordagens da realidade, seja a da produção de sentidos por pessoas e instituições, ou os produzidos para bancos de dados, ou por desenhos matemáticos. Ambas as realidades são construções, e ambas, quando relacionadas em uma construção hipotética, exigem explicações e significações explicativas, novas hipóteses ou sentidos interpretativos que se produzem à medida da organização, da capacidade reflexiva e/ou dos desenhos que os instrumentos nos permitem criar.

Deste ponto de vista, toda a realidade investigada, interpretada e sistematizada em um trabalho de produção do conhecimento, é também uma construção do pesquisador e dos seus interesses, que, relacionados, lhes dá um rosto em direção aos argumentos, às perguntas e a relação de sentido que ele deseja explicar.

A pesquisa de tipo qualitativo traz muitas alternativas quanto às técnicas a serem utilizadas para coleta dos dados. Dentre essas técnicas, foi utilizada a análise documental, através do estudo dos prontuários e registros de atendimentos e Boletins de Ocorrência. e a entrevista semiestruturada. Poupart (2008) considera que a entrevista em pesquisa é uma técnica que permite apreender a experiência dos outros. Assim, sendo o objetivo compreender o sentido de experiência através da narrativa dos homens sobre si mesmos, a técnica da entrevista narrativa pareceu perfeitamente adequada a esta investigação, proporcionando uma maior aproximação do objeto de estudo.

Com base na narrativa dos informantes, buscamos técnicas que nos permitissem elucidar o objeto investigado com cientificidade. Ao descrever a técnica das entrevistas, Schwandt (2006) utiliza o termo “identificação empática”, descrita como um requisito para o investigador entender o significado da ação humana. Para

o autor, a vida cotidiana é composta pela conversação e pela interação. Aponta a influência dos jogos de linguagem (testar hipóteses, dar ordens, cumprimentar), pois estes jogos possuem regras e critérios que os revestem de significados.

Ao referir-se à tradição, Schwandt (2006) também afirma que ela influencia sobre o que somos e sobre o modo como compreendemos o mundo. Afirma que a tentativa de nos afastarmos da nossa tradição seria comparável a tentarmos nos afastar de nossa própria pele. Isto é, os diversos elementos que permeiam a relação estabelecida entre o pesquisador e o entrevistado estão condicionados a forma como são abordados os conteúdos sobre o tema pesquisado.

Nesta pesquisa, optou-se pelo processo de entrevista com os homens autores de violência atendidos no PPCVDI. Tendo em vista o fato de que todos eles já possuíam contato com o entrevistador, colocou-se outro imperativo: a necessidade de empregar esforços para manter um distanciamento, por parte do entrevistador, dos próprios conceitos e preconceitos com relação ao tema pesquisado, considerando-se que o vínculo e a pré-disposição dos homens em relatarem as situações de violência, certamente se deu devido ao fato de que os mesmos já possuíam uma relação de confiança com o pesquisador, que também é profissional do serviço. É necessário considerar que tal questão, nesta pesquisa, possui um diferencial por se tratar da temática violência de gênero, um tema complexo e, muitas vezes, particular, sendo difícil ser relatado por quem é considerado “o agressor”.

A arte de fazer o outro falar implica que existem divergências sobre o que regulamenta esta tarefa. Isto é, uma boa entrevista deveria permitir que o entrevistado se reportasse satisfatoriamente, podendo ser considerado uma história verdadeira, uma reconstrução da realidade ou uma mera encenação da mesma. Neste sentido, organizou-se um conjunto de estratégias para obter a colaboração dos entrevistados. O pesquisador deve considerar indagações e/ou sentimentos dos entrevistados, tais como: a falta de tempo e interesse, o sentimento de servir de cobaia, o temor de ser invadido em sua intimidade, de não estar à altura, ou de sofrer consequências negativas por causa da entrevista. Deve, também, pensar nas razões que levam o entrevistado a aceitar falar sobre o ocorrido, como: a vontade de prestar serviço, o medo de represália, a esperança de retirar das entrevistas algum benefício, simplesmente passar o tempo, ou o fato de sentir-se importante ao contribuir com seu ponto de vista.

Levando isso em consideração, os cinco homens selecionados para a situação de entrevista foram ouvidos em ambientes fechados, estando presente somente o entrevistador. Este foi um dos parâmetros assegurados para garantir o sigilo e possibilitar ao entrevistado um local onde ele pudesse expor sua intimidade com relação à violência impetrada e narrar outros elementos que foram explorados ao longo de cada entrevista, aí englobados os que diziam respeito a sua relação com sua família de origem, relação com filhos e companheira, violência praticada, sexualidade, trabalho, paternidade e outros assuntos sobre o quais viessem a responder e que se referissem aos objetivos da pesquisa.

Quando se refere a um “ambiente mais propício” para a realização da entrevista, consideraram-se, também, as condições de cada um deles. Dos cinco entrevistados, três, por questões de horário e disponibilidade de tempo, propuseram-se a ir até a sede da SEMASCRI, com agendamento prévio; sobre os outros dois, um deles foi entrevistado num sábado, no período matutino e o outro, na segunda-feira, em período noturno, na FURB (Universidade Regional de Blumenau). Ressalta-se aqui que, para realizar a entrevista com estes dois, o autor foi até suas casas para buscá-los. As entrevistas realizadas na FURB ocorreram para facilitar a disponibilidade de cada entrevistado, já que nestes dois casos, a sede da SEMASCRI estava fechada.

Neste ponto, recorre-se a Poupart (2008), o qual afirma que as entrevistas permitem compreender a miséria do mundo, no entanto, segundo as correntes críticas e feministas, o pesquisador deve mostrar mais do que a empatia, e verdadeiramente se envolver em relação às pessoas pesquisadas, abandonando a posição de falsa neutralidade exigida pela ciência positiva. Sendo assim, faz-se a seguinte indagação: a empatia ou, ainda, o envolvimento em relação aos grupos pesquisados, favorece ou impede a objetivação de suas condições de existência?

Na experiência aqui descrita, levando-se em conta que o pesquisador já possuía vínculo com os entrevistados, e que tal fato pode ter ocasionado maior comprometimento com relação às narrativas da prática da violência, deve-se considerar, também, que o fato de existir esse vínculo pode ter direcionado as narrativas. No que se refere a este aspecto, não se identificou nenhum desses indícios presentes na coleta de dados.

No entanto, é uma indagação necessária na aplicação da técnica de entrevista, uma vez que o tema da pesquisa objetiva traz à tona aspectos

relacionados a questões subjetivas, nem sempre evidentes no relato do entrevistado. Portanto, é preciso delimitar critérios de empatia entre entrevistador e entrevistado, para que não se corra o risco da entrevista tornar-se apenas uma conversa entre amigos.

No processo de utilização da técnica de entrevista, buscou-se inicialmente situar o entrevistado sobre o tema a ser pesquisado. Assim, deu-se uma breve explicação sobre a violência de gênero, situando-o neste contexto, no sentido de norteá-lo a respeito das principais questões elencadas no roteiro da entrevista. Como se trata de um tema que está relacionado com a subjetividade do sujeito, procurou-se adotar estratégias que abordassem, inicialmente, aspectos referentes à sua história de vida, tais como: local de nascimento, como foi a infância e adolescência até chegar ao relacionamento com sua ex-companheira e os motivos que desencadearam a situação de violência. A entrevista foi estruturada seguindo-se um roteiro previamente elaborado (Anexo C).

Procurou-se, ao longo da aplicação das entrevistas, fazer o possível para que o entrevistado expressasse liberdade ao narrar os fatos que diziam respeito ao tema da pesquisa, segundo suas próprias categorias e sua linguagem.

Na entrevista de tipo qualitativo, o papel do entrevistador consiste em facilitar, através de suas intervenções, a livre expressão do entrevistado ao manifestar seu ponto de vista e explorar as dimensões de sua experiência. Outra vantagem da entrevista não dirigida é a de possuir técnicas de enriquecer o material de análise e o conteúdo da pesquisa, uma vez que a flexibilidade do método, que deixa o entrevistado livre para abordar assuntos que ele julga serem importantes, favorece o surgimento de novas categorias. Estas informações podem ser determinantes para a compreensão do universo do entrevistado e do objeto pesquisado.

Assim sendo, os homens entrevistados trouxeram, entre os elementos elencados nas narrativas das agressões praticadas, os seguintes aspectos: como se veem no ato da agressão; o fato de também se sentirem agredidos; como veem a esposa no contexto das agressões praticadas; elementos sobre o sentimento e a percepção com relação à abordagem policial, da delegacia ou do fórum, bem como os motivos alegados para justificar a violência praticada, entre outras categorias a serem analisadas no capítulo IV deste trabalho.

Com relação à abordagem epistemológica, teórica, e metodológica, Poupart (2008) busca, através dos vieses, desenviesar a técnica da entrevista, considerando o entrevistador, o entrevistado e as conexões entre ambos, assim como os vieses e a construção social dos discursos. Neste sentido, o autor destaca três tipos de vieses: a) vieses ligados aos dispositivos de investigação, que se referem a encenação da entrevista; b) vieses ligados à relação entre entrevistador e entrevistado, em que os vários elementos relacionados ao entrevistador possam influenciar a narrativa do entrevistado (ou seja, as características sociais do entrevistador e os efeitos que elas podem ter no discurso da entrevista. Por sua vez, o discurso do entrevistado pode ser fortemente influenciado pela representação que ele constrói sobre o que é o entrevistador e o lugar que ele ocupa); c) vieses referentes ao contexto da pesquisa, sendo necessário tentar inserir o entrevistado em um contexto, a fim de que possa dizer abertamente o que pensa, procurando, por meio de diferentes procedimentos, revelar a confiabilidade dos depoimentos das pessoas pesquisadas.

Ao aplicar a técnica de entrevista com os homens autores de violência de gênero, os vieses abordados por Poupart (2008) permitiram relacionar os riscos na aplicação desta técnica. Ao considerar cada detalhe apontado através dos vieses, o entrevistador esforçou-se para deixar o homem em situação de entrevista à vontade para falar. Essas reflexões acerca de olhares críticos sobre a técnica da entrevista tornou-se um elemento essencial na cientificidade da investigação, porque o fez perceber que, para aplicar a entrevista, é necessário percorrer um longo caminho, no sentido de possibilitar ao homem entrevistado um ambiente seguro, onde o mesmo sintasse à vontade para falar abertamente sobre sua vida, focando a violência vivida. Nesse momento, tomou-se o cuidado de não fazer nenhum julgamento e procurou-se não interromper, deixando-os falar espontaneamente. Por considerar cada detalhe apontado anteriormente, o autor assumiu uma posição de cautela e desenvolveu estratégias de aproximação com homens que tinham facilidade em falar sobre a relação de violência, porém isso só foi possível após observá-los como participantes das atividades de grupo do PPCVDI. Com os dados de campo coletados a partir das entrevistas e da observação participante, buscar-se-á o surgimento também dos sentidos dos fenômenos sociais envolvidos na vida desses homens (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2008).

3.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

O fato de todos os entrevistados serem atendidos no PPCVDI não foi o único critério de seleção. Inicialmente, seriam entrevistados 10 homens atendidos no PPCVDI, casados, separados ou que conviviam com suas companheiras e que estivessem participando há mais de 10 reuniões no grupo.

Com o levantamento dos dados expostos na primeira parte deste trabalho, observou-se a necessidade de reduzir o número de entrevistados, já que o roteiro da entrevista possuía um vasto número de dados. Foram selecionados, então, para entrevistar, os homens que possuíam cadastro como titular, ou seja, homens que frequentaram as atividades do PPCVDI, mesmo separados, conforme observações da orientadora, Professora Dra. Marlene Tamanini, que sugeriu pensar na possibilidade de localizar estes homens. Homens que fossem, portanto, titulares de cadastro de atendimento neste serviço. Isto é, homens que, mesmo quando separados de suas ex-companheiras, continuaram frequentando os atendimentos e as atividades de grupo. Para que, mesmo separados, continuassem sendo atendidos pelo PPCVDI, eles fizeram cadastro como titulares, já que antes faziam parte da composição familiar do cadastro da companheira. Sob a hipótese de que o fato deles continuarem frequentando as atividades do PPCVDI lhes proporcionou um autoconhecimento, e uma reflexão acerca da violência cometida, ou ainda, que esta participação estivesse associada a outros aspectos, foram escolhidos, então, cinco homens com o perfil desejado.

Outro ponto que orientou o processo de seleção dos 5 homens a serem entrevistados foi a facilidade para falarem sobre si mesmos, o que só foi possível observar pela sua participação nos atendimentos e no grupo, conforme já descrito anteriormente.

Ao refinar ainda mais o perfil dos entrevistados, foi possível agilizar o processo de agendamento, conforme a disponibilidade de cada entrevistado.

Em todas as entrevistas foi utilizado um gravador, sempre com a autorização prévia dos entrevistados, tendo sido garantido o seu anonimato. As cinco entrevistas realizadas tiveram duração de 00h50 a 01h30. O uso de gravador foi de grande importância, pois foi necessário ouvir repetidas vezes algumas das gravações, tanto para a correta transcrição da entrevista na íntegra, quanto para observar as indagações, contradições e percepções dos entrevistados. Nenhum dos homens se

opôs em conceder a entrevista, ao contrário, alguns ainda agradeceram pela oportunidade de serem entrevistados e de serem ouvidos. Neste momento, percebemos que existe uma necessidade dos entrevistados em serem ouvidos, e, quando se trata de violência de gênero, de falar sobre a mesma. Este aspecto pode tanto significar alívio, atenção, um desabafo ou, ainda, uma forma de serem ouvidos e de tornarem públicos os seus pensamentos, sentimentos e opiniões com relação ao que viveram ou ainda vivem.

3.2 APLICAÇÃO DA TÉCNICA DE ENTREVISTA - DIFICULDADES E FACILIDADES

A primeira entrevista realizada foi com Antenor, atendido no programa há seis anos. No dia agendado para entrevistá-lo, compareceu à SEMASCRI alcoolizado. Devido a este fato, houve uma conversa com o mesmo, mostrando-lhe que, nesse dia, não seria possível entrevistá-lo, transferindo-o para outro dia. Confirmou por telefone que seria melhor conversar no sábado de manhã, em sua casa, já que o mesmo reside sozinho. Na data combinada, realizou-se a entrevista na casa do mesmo, porém, devido ao barulho e a falta de prática com o manuseio do gravador, o som da entrevista ficou muito ruim o que impossibilitou a transcrição do conteúdo. Sendo assim, foi feito um novo contato, e Antenor se dispôs a ir até a SEMASCRI. Desta forma, na data acordada, o mesmo compareceu sóbrio e concedeu a entrevista. O fato de Antenor participar frequentemente das atividades de grupo facilitou o processo, pois o mesmo já possuía uma relação de confiança com o entrevistador, e, assim, na segunda tentativa, não houve maiores problemas. Esta entrevista durou 1h 05min.

Pietro, atendido no PPVDI há cinco anos, compareceu na data e horário agendados. A entrevista ocorreu de forma espontânea. Para que isso fosse possível, evitaram-se momentos de interrupção enquanto o entrevistado falava e respeitaram-se os momentos de silêncio, de modo a permiti-lo encadear as ideias por si mesmo. A entrevista teve duração de 1h e 40min.

Na medida em que desenvolvia a técnica de entrevista, percebeu-se que se aprimorava e produzia maior complexidade, assim também se foi compreendendo diferentes dimensões que permeiam a relação entrevistador/entrevistado, conforme colocado por Bourdieu:

O momento da entrevista não deve constituir um mero ato de coletar dados mediante perguntas verbalizadas pelo entrevistador, mas deve ser um momento de interação entre os dois atores envolvidos, há de se construir um contato contínuo, a criação de referências que o aproximem mais com o seu interlocutor, de modo que se construa uma postura científica. (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON 1999).

O autor foi se envolvendo com a perspectiva de resgatar a lembrança das pessoas, e dos entrevistados no momento de suas narrativas para que demonstrassem, com maior evidência, seus sentimentos, hábitos, crenças e valores. Neste sentido, outra entrevista foi realizada com Moisés, atendido no PPCVDI há 4 anos, que também transcorreu de forma espontânea. Ainda assim, procurou deixá-lo à vontade para que pudesse se recompor e prosseguir com a entrevista.

As emoções também são muito fortes e, inúmeras vezes, é difícil relatá-las. Jaggar (1997) explicita a importância de reconhecer as emoções como socialmente construídas. Reconhecer que há diferenças culturais marcantes no reconhecimento, nomeação e expressão de emoções, revela um processo social subjacente. Por essa razão, as emoções são simultaneamente tornadas possíveis e limitadas pelos recursos conceituais e linguísticos de uma sociedade, embora, a experiência individual é, simultaneamente, experiência social.

Minayo (2003) compreende a entrevista como uma técnica que se caracteriza por uma comunicação verbal que reforça a importância da linguagem e do significado da fala, e, através dela, pode-se obter dados objetivos e subjetivos. Pode-se conduzir questionamentos no sentido de facilitar para que as narrativas produzidas contribuam também com a expressão de sentimentos, percepções, valores e com a posterior compreensão da subjetividade. Ao depender de quanto a situação da entrevista permite explorar estas dinâmicas, e de quanto a interação entre entrevistado e pesquisador aconteça, será possível identificar temas e agregar complexidades. Tal fato serviu para aumentar a confiança acerca da eficácia do método aplicado.

O uso da abordagem narrativa proporciona particularidades, como a eficiência em se interpretar sentimentos, as revelações, o silêncio, e a interrupção da fala, que expressam importantes aspectos a se analisar. Prontamente, esta abordagem é de grande valia, considerando que a interação entre o pesquisador e o pesquisado se deu de forma contínua. Por isso, este método pode ser considerado

instrumento privilegiado para análise e interpretação, na medida em que os dados nos revelam experiências subjetivas e acontecimentos sociais.

Foi essencial ter em mente que o enfoque a ser priorizado no trabalho devia ser sobre os narradores, pois foram eles quem conferiram forma e conteúdo às narrativas, na medida em que interpretaram suas próprias experiências e o mundo no qual foram vividas, relatando o vivido e o imaginado, cabendo ao pesquisador demonstrar um grau perceptivo e criativo suficiente para aproveitar os relatos (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002).

Outro aspecto de relevância no processo de coleta de informações é a interação com o entrevistado, de maneira mais informal possível, para compreender plenamente seus sentimentos, emoções e demais intimidades. A pesquisa qualitativa se adéqua perfeitamente como método de pesquisa, por ser, em grande parte, interpretativa, o que permite uma ideal ligação entre a vida individual e o contexto social em que o entrevistado está inserido. Este é o tipo de pesquisa mais frequente entre os pesquisadores, por não se tratar de um método composto de questionários inflexíveis, característicos do método quantitativo. Neste sentido, no decorrer das entrevistas, podemos perceber que alguns dos homens entrevistados relatam com facilidade a experiência vivida no campo da violência, no entanto, cabe ressaltar que, em alguns momentos, referiam-se a outros homens, e não a si mesmos. Nestes casos, buscamos construir interrogações sobre suas percepções e narrativas sobre sua experiência vivida no campo da violência.

A aproximação da técnica de entrevista qualitativa nos permitiu traçar também o roteiro orientativo do estímulo à narração que, embora tenha sido, a princípio, composto por 31 perguntas, estas eram abertas e flexíveis. Em alguns casos, até excluídas, conforme o que os entrevistados relatavam anteriormente, o que inclusive, possibilitou tais alterações.

Assim, a investigação qualitativa através da técnica de entrevista demonstrou-se segura, pois aprofunda a complexidade do conteúdo narrado e dos processos particulares e específicos a cada narrador. Tal característica possibilitou trabalhar com o universo de valores, crenças e atitudes sem perder os contextos, e trabalhar priorizando a subjetividade e o simbolismo ali contidos.

No processo da entrevista, alguns dos entrevistados, mesmo antes de serem questionados, já começavam a relatar situações de conflito e violência com a ex-companheira. Sendo assim, as cinco entrevistas não ocorreram de forma

interrogatória, isto é, foi-se nortear por assuntos referentes ao roteiro. Isso ocorreu pelo fato de que, a cada narrativa, para responder uma questão, suas respostas eliminavam outras questões que viriam a ser colocadas, exigindo assim uma revisão constante do roteiro. Para a análise de conteúdo, escolher-se-ão unidades de registro e unidades de contexto para, então, elaborar categorias com a finalidade de compará-las às categorias mais gerais elaboradas antes da coleta de dados. Só então, não excluindo as “informações estatísticas, nossa busca deve se voltar, por exemplo, para ideologias, tendências e outras determinações características dos fenômenos que estamos analisando” (GOMES, 2004, p. 76).

O método da análise de conteúdo parece ser a ferramenta mais adequada para a compreensão da construção de significado que os atores sociais exteriorizaram no discurso. Para isso, utilizar-se-á o conceito de análise de conteúdo conforme exposto por Bardin (1994). Analisada no presente estudo sob o enfoque da Teoria da Ação na perspectiva fenomenológica, visando o pesquisador ao entendimento que o indivíduo apresenta em relação a sua realidade e à interpretação que faz dos significados a sua volta. Ou seja, a fala dos homens autores de violência de gênero está ancorada pela interpretação da representação que possui sobre si, e/ou sobre os atos que pratica.

Após a transcrição das entrevistas, foi realizada a análise de cada uma delas, através de uma releitura dinâmica, observando todos os objetivos e categorias analíticas elencadas, fazendo um recorte dos conteúdos que tinham maior compatibilidade com o tema pesquisado.

Deve-se considerar atenção para além do que foi externalizado pelos entrevistados: os significados implícitos naquilo que não foi falado, bem como os elementos intertextuais do discurso.

Nesse sentido, a análise de conteúdo relaciona as estruturas semânticas (significantes) com estruturas sociológicas (significados) dos enunciados, e articula a superfície dos textos com os fatores que determinam suas características. De acordo com Bardin (1994), não se trata de atravessar os significantes para atingir significados, como se faz na leitura normal, mas de, por meio dos significantes e dos significados (manipulados), buscar diferentes significados de natureza psicológica, sociológica, política, histórica, dentre outros.

Buscou-se elencar categorias, com o objetivo de classificar o conteúdo conforme as temáticas categorizadas. A categorização é uma forma de classificar os

elementos por diferenciação e, conseqüentemente, por reagrupamento através de critérios previamente definidos (BARDIN, 1994).

Para facilitar a compreensão, procurou-se sistematizar o material recolhido (Boletins de Ocorrência, históricos de atendimentos e entrevistas) em sistema de categorias. A categorização tem o objetivo de condensar de forma simplificada os dados brutos. Assim foram constituídas cinco categorias de análise:

- 1) Características dos entrevistados segundo registros nos boletins de ocorrência e históricos de atendimento no PPCVDI;
- 2) Elementos elencados nas narrativas das agressões praticadas;
- 3) Como se veem no ato da agressão;
- 4) Como se sentem com relação a abordagem policial, Delegacia ou Fórum;
- 5) Elementos do processo de construção de si relacionados à família de origem, escola, vida sociocultural e comunitária.

Através destas categorias foi possível extrair de cada entrevista os dados que correspondem aos objetivos deste trabalho. Estas, ainda conforme a complexidade, desdobram-se em outras subcategorias, o que possibilitou uma maior aproximação e uma análise mais minuciosa dos dados coletados.

3.3 PERGUNTAS E OBJETIVOS

Partindo dos dados abordados, observou-se que apenas categorias de caracterização do perfil dos homens aproximam-se da realidade de Blumenau e de outras cidades do Brasil⁵. Buscar-se-á então, por meio desta investigação, fazer uma aproximação quanto à percepção destes homens sobre si, quando inseridos nas relações de violência de gênero, pois este elemento não tem aparecido nas pesquisas da amostra trabalhada neste estudo.

Pretende-se, com isso, trazer à tona a voz destes homens ao narrarem como viveram e executaram situações de violência de gênero. Tem-se como **objetivo geral** compreender o processo através das narrativas sobre si dos homens

⁵ Motivos que geram a violência, alcoolismo e o ciúme aparecem em todas as pesquisas como os maiores índices. Fonte: Instituto AVON/IPSOS (2011) e Fundação Perseu Abramo (2010).

autores de agressões nos contextos da violência de gênero. E como **objetivos específicos**:

- a) Analisar, a partir da narrativa dos próprios homens, como eles se reiteram frente à construção de que eles são homens agressores;
- b) Compreender quais as principais dimensões que compõem as masculinidades hegemônicas em situações de violência e que tipo de subjetividade elas revelam sobre o homem;
- c) Analisar o surgimento e contextos das Políticas Públicas e legislação frente à violência de gênero no país, trazendo dados também referentes ao município de Blumenau, extraídos do serviço de atendimento aos homens constituídos enquanto agressores.

Como apresentado na parte introdutória deste trabalho, as questões que se buscam responder vão além da narrativa dos homens. Por isso, buscou-se, através dos Boletins de Ocorrência e dos registros de atendimentos, responder às seguintes questões: Como são constituídos os agressores? Como são vistos e narrados nos serviços de atendimento? Quem são os homens autores de agressão? Que idades possuem? São casados? São usuários de álcool ou drogas? Que tipo de violência eles cometem? Através das narrativas, buscou-se, ainda, responder: Como se sentem diante da abordagem dos serviços de atendimentos, como Delegacia de Proteção à Mulher, à Criança e ao Adolescente, Casa Abrigo, PPCVDI (Programa de Prevenção e Combate a Violência Doméstica e Intrafamiliar), Polícia Militar, Fórum entre outros? Colocam-se dispostos a ouvir os homens, no sentido de complexificar o conhecimento sobre o fenômeno da violência de gênero: Que lugar ocupa o homem nos diversos contextos, como pai, marido, trabalhador, autor de agressão? Como eles se constituem e como eles se narram perante os fatos da agressão impetrada por eles? Como relatam sua história de vida com relação à infância e à família de origem, para estabelecer vínculos com a situação presente?

Neste trabalho, buscou-se identificar, através nas narrativas dos homens autores de violência, aspectos relacionados a sua história de vida, a relação com a família de origem, o relato da violência praticada ou, ainda, sua percepção do seu lugar na relação de violência que praticou com a companheira. Esta relação não pode ser explicada simplesmente dentro de uma estrutura de opressor e oprimido, muito próxima ao patriarcado, como atestam Scott (1990), Butler (2003), Costa (1998), Nicholson (2000), Machado (1998, 2001), Piscitelli (2002), ou na tríade

apresentada por Kaufmann apud GIFFIN (2005), de um homem contra mulheres, contra si mesmo, contra outros homens, como reflexo de uma sociedade de classes hierárquica, autoritária, sexista, classista, militarista, racista, impessoal e laica canalizada através de um homem individual. Num contexto como este, a masculinidade requer a supressão de muitas necessidades, sentimentos e formas de expressão. Neste caso, a violência seria resultado de insegurança e de auto-desvalorização. Conforme o autor citado, a violência não pode ser atribuída simplesmente a uma norma reiterativa.

Talvez seja possível repensar elementos levantados por Connell (1995), que estabelecem relações entre o mesmo gênero, como a cumplicidade no que se refere à honra, aspecto que nos coloca diante do desafio de entender qual é o conteúdo desta narrativa de homens para com outros homens, e de homens para com outras mulheres, quando eles agredem e justificam sua agressão pela honra. Estes elementos trariam o que Connell (1995, p. 188) nos apresenta como “a masculinidade como uma configuração em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero”.

Ainda que a masculinidade tradicional como modelo hegemônico, possa ser questionada, o fato é que, enquanto família, o modelo permaneceu durante todo o século XIX e segue presente em muitas relações no contexto atual, embora a estrutura familiar e a forma de percepção da família tenham mudado muito. O fato é, também, que ainda permanecem ambiguidades e aspectos híbridos de relações desiguais, portanto, precisamos ainda compreender porque a democracia para na porta da casa. Compreender como estes elementos de mudanças estruturais concorrem para mudanças mais constantes é o que tem sido discutido nos estudos de Madureira (2004), Saffioti (2001), Gregori (1993), Medeiros (2005) e Santos (2010). Como estes homens são pensados nestes estudos? Que lugar estes homens ocupam na produção científica sobre as categorias de violência de gênero? E nas Políticas Públicas a respeito da violência de gênero? Ao abordar a temática sobre o enfrentamento da violência, a política nacional parte do princípio de que a mulher é vítima e o homem é agressor, reforçando-se assim a rotulação entre os aspectos binários, que são questionados por diversos estudos, entre eles os de Alves e Diniz (2005), Alvim e Souza (2005), Dantas e Mello (2008), Coelho e Carloto (2007) e Casimiro (2008). Deve-se considerar que a visibilidade da violência de gênero está associada ao papel das feministas que, ao longo das últimas décadas,

desenvolveram um grande esforço para denunciar a violência, que há séculos se vinha ocultando, retirando-a do ambiente privado e tornando-a um problema de ordem pública.

Sendo assim, as ações de enfrentamento à situação de violência são focadas no público feminino, tendo em vista que:

Nos últimos trinta anos, em que os estudos de gênero se consolidaram na produção acadêmica ocidental, foram produzidos trabalhos, especialmente no campo das ciências Humanas e Sociais, que discutem os homens e o masculino como faces malditas, das relações que geram desigualdades sociais e subordinam as mulheres (FONSECA, 2008, p. 27).

Observando através de uma perspectiva histórica, fazendo uma breve análise das correntes epistemológicas, teóricas e políticas que têm definido o conceito de gênero como categoria analítica e apoiando-se nos estudos de Fonseca (2008), buscou-se compreender o marco da categoria de gênero por meio de quatro eixos analíticos: o sistema de sexo/gênero, a dimensão relacional, as relações de poder e a ruptura da tradução do modelo binário de gênero nas esferas da política, das instituições e das organizações sociais.

Estes quatro itens estão interligados em um processo relacional. Assim, neste primeiro momento, postulamos a necessidade de realizar uma sistematização crítica deste debate, especialmente no que se refere aos estudos voltados aos homens e à masculinidade no campo da violência de gênero.

Conforme as centenas de artigos apresentados nos 32 grupos de trabalhos do Seminário Brasileiro de Sociologia, que ocorreu em Curitiba em julho/2011, observou-se os títulos que traziam os termos “mulheres” ou “feminino” totalizaram 22 trabalhos, enquanto os que se referiam aos termos “homem” ou “masculino/masculinidades” totalizaram apenas 6 artigos apresentados. Neste sentido, detectou-se uma lacuna em que a Sociologia, ao trazer questões de gênero para o debate teórico discute ainda de forma tímida a categoria de masculinidade. Esses dados ainda podem ser mais discrepantes quando a questão é a violência de gênero.

Esta pesquisa tem o interesse de contribuir no debate acerca da violência de gênero, buscando dar visibilidade aos contextos e aspectos das masculinidades que se aproximam de homens que agredem suas esposas. Deste modo, poderia vir a contribuir para, possivelmente, vislumbrar novos paradigmas teóricos no que se refere à violência de gênero.

4 OLHARES PARA AS MASCULINIDADES NO CAMPO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Conforme anunciado em vários pontos do texto, o objeto deste trabalho enfoca a violência de gênero e as masculinidades, como uma tentativa de complexificar o fenômeno da violência sob o olhar de quem agride e permitir visualizar, por outro ângulo, a violência de gênero. Estes olhares analíticos poderiam estar imbricados com diversos contextos teóricos, e também ser interventivos na violência de gênero. Desta maneira, também se sabe que, ao tomar a violência de gênero tanto como prática estruturada – como na condição de formas simbólicas de inscrição de normas, hierarquias, poderes, mandos e apropriações do outro – quanto como um lugar prático de direito do controle social e, igualmente, de um lugar metafórico para a visão social e política em nossa cultura, esta posição nos conduz, necessariamente, para uma conexão com o campo das masculinidades.

4.1 MASCULINIDADES

No Brasil, a partir da década de 1990, tem-se debatido sobre o contexto e as transformações das masculinidades enquanto categoria analítica. Connell (1995), Nolasco (1995), Oliveira (1998), Medrado (1998) e Fonseca (2008), entre outros, conectam os contextos por onde transitam os diversos conceitos sobre as masculinidades.

Oliveira (1998), ao apresentar seu estudo sobre como transita o tema masculinidade no meio acadêmico, possibilita visualizar alguns posicionamentos. Destaca aspectos das linhas discursivas desenvolvidas acerca do tema. Ele elenca categorias como: o discurso vitimário, que trata do masculino enquanto vítima de um conjunto de fatores sociais e psíquicos, e a masculinidade hegemônica, que é sustentada por alguns autores para dar conta da dinâmica de poder inscrita nas relações de gênero.

Connell (1995), ao escrever sobre “políticas da masculinidade”, traz para o debate concepções e questionamentos sobre como se manifestam as masculinidades após os anos 70. Nesse sentido, afirma que:

A masculinidade é uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero. Existe, normalmente, mais de

uma configuração desse tipo em qualquer ordem de gênero de uma sociedade (CONNELL, 1995, p. 188).

Ao analisar relações de gênero, Connell (1995) afirma que, para pensar sobre essas estruturas, é necessário enfatizar que gênero é muito mais do que interações face a face entre homens e mulheres. A categoria gênero possui influências do Estado, da economia, da família, da sexualidade, e não é apenas nacional, atua também com dimensões internacionais. Gênero é entendido como uma estrutura complexa. Dentro disso, Connell (1995) mostra que diferentes masculinidades são produzidas no mesmo contexto social. As relações de gênero incluem relações entre homens, que podem expressar relações de dominação, marginalização e cumplicidade também. Assim, uma determinada forma hegemônica de masculinidade é permeada por outras masculinidades. Neste aspecto, qualquer forma de masculinidade pode ser considerada complexa e, até mesmo, contraditória para este autor.

Existe uma narrativa convencional sobre como as masculinidades são construídas. Nesta narrativa, toda cultura tem uma definição da conduta e dos sentimentos apropriados para os homens. Os rapazes são pressionados a agir e a sentir dessa forma e a se distanciar do comportamento das mulheres, das garotas e das feminilidades, compreendidas como oposto. A pressão em favor da conformidade vem das famílias, das escolas, dos grupos de colegas, da mídia e, finalmente dos empregadores. A maior parte dos rapazes internaliza esta norma social e adota maneiras e interesses masculinos, tendo como custo, frequentemente, a repressão de seus sentimentos. Esforçar-se de forma demasiadamente árdua para corresponder à norma masculina pode levar à violência ou à crise pessoal e a dificuldade nas relações com as mulheres (CONNELL, 1995, p.189-190).

O autor chama nossa atenção para o fato de que a narrativa convencional vê o gênero como molde social e considera importante ver a construção das masculinidades, tanto quanto um projeto coletivo, quanto como um projeto individual.

A narrativa convencional de masculinidade permite analisar a construção das relações de poder e o que sustenta o comportamento violento adotado pelos homens nos diferentes espaços de convivência, seja no ambiente privado ou no espaço público. Esta narrativa aparada sustenta uma masculinidade hegemônica que, por sua vez, ocupa um lugar de dominação, repercutindo na violência de gênero.

Embora estejamos em pleno século XXI, é necessário reconhecer que as masculinidades predominantes em nossa sociedade continuam alicerçadas nestas

características, que sustentam as desigualdades de gênero, ou ainda, a subordinação das mulheres tanto nos espaços públicos como privados.

Nolasco (1995), ao escrever “O mito da masculinidade”, questiona o debate acerca do lugar que os homens ocupam e as tensões que permeiam as masculinidades. Neste sentido, o autor traz para o debate argumentos em torno do conceito masculino como um dilema contemporâneo.

Os homens têm dificuldades em compreender e lidar com situações em que se sintam desiludidos, apesar de terem sido socializados na ilusão de que nasceram para serem superiores uns aos outros. A este respeito, um dos aspectos da mudança se caracteriza exatamente pelo fato de os homens poderem renunciar e apoiar suas vidas sobre suas ilusões e situá-las sobre riscos e responsabilidades de seus projetos, que podem lhe trazer ganhos ou perdas. A vida assume, então, sua verdadeira característica de aventura, mistério e transitoriedade (NOLASCO, 1995, p. 30).

Contudo, esta tarefa de renunciar a uma representação de si, composta por responsabilidades de ser o provedor, que agrega múltiplas ilusões de força, virilidade e coragem, sem dúvida é também carregada pelo temor de não corresponder a essa expectativa, que é construída e alicerçada culturalmente.

A educação de um menino, tal como concebida por nossa cultura, desenvolve-se valorizando mais o esfacelamento das características emotivas da dinâmica subjetiva da criança do que propriamente um modelo de homem que transcenda as fronteiras de seu sexo e do uso que deve fazer do mesmo. Ao longo de sua vida, um menino vai aprendendo a sufocar e a não revelar o que sente. Com isso, sutilmente vai abandonando a si mesmo, e, deste abandono, nasce a ilusão de que a incorporação do estereótipo do macho lhe concederá, quando adulto, o resgate do paraíso perdido na infância (NOLASCO, 1995, p.47).

Nesse aspecto, Nolasco (1995) afirma que o modelo educacional que se sustenta no aniquilamento da infância, negando as dimensões inerentes a ela, propicia terreno para proliferar a violência e a tirania, que a violência masculina sustenta-se na negação das necessidades afetivas.

Fonseca (2008), ao descrever sobre as categorias de homens, masculinidades e poder, compreende que o ponto de partida é que não há uma única masculinidade. Investigar sobre masculinidades significa não apenas apreender e analisar os signos e significados culturais disponíveis sobre o masculino, mas também discutir preconceitos e estereótipos e repensar a possibilidade de construir outras versões e sentidos. O mesmo autor, ao analisar a categoria masculinidade, referencia que está relacionada a diversos arranjos que

permeiam o debate teórico. Neste sentido, faz uma breve comparação entre a que estão submetidos os homens e as mulheres:

Ao longo da história, as mulheres têm sido alvo de injustiças sociais de ordens variadas e, por mais conquistas que tenham alcançado, ainda estão distantes de se poder falar sobre uma efetiva equidade de gênero. Por outro lado, muitos homens em condições sociais (a) diversas também enfrentam, cotidianamente, a impossibilidade e a obrigação de responder ao modelo hegemônico de masculinidade (FONSECA, 2008, p. 45).

A partir destes conceitos, compreende-se que a construção das masculinidades e feminilidades precisa romper com o discurso de representação simbólica em que mulheres estão postuladas como vítimas e homens como os responsáveis. Fonseca (2008), afirma que é fundamental reconhecer a dimensão relacional do gênero, e, desta forma, desconstruir os argumentos culpabilizantes sobre os homens que demarcam o discurso de parte do movimento feminista, e que ainda faz-se presente, direta ou indiretamente, nas produções acadêmicas contemporâneas.

Podemos pensar neste mesmo sentido, quando Bourdieu (2007), afirma, amparado por Hegel, que “o real é relacional”. Assim, o autor afirma que “se é verdade que o real é relacional, pode acontecer que eu nada saiba de uma instituição acerca da qual eu julgo saber tudo, porque ela nada é fora das suas relações com o todo” (BOURDIEU, 2007, p. 31). Se o real é relacional, pensar a violência de gênero com este aspecto, faz com que ela não seja exatamente representada pelo mecanismo vítima e agressor, pois a dinâmica que lhe sustenta está na relação.

Para Fonseca (2008), esta condição não implica na desresponsabilização individual, mas em reconhecer que as análises que agregam a dimensão relacional do conceito de gênero, permitem compreender através de outro viés, a dinâmica social que hierarquiza as relações entre masculino e feminino.

Para Alves (2005), os estudos de gênero, apesar da abrangência analítica trazida pelo conceito durante muito tempo, focalizaram quase que exclusivamente as mulheres. Em muitos casos, os homens eram pensados a partir de suas relações de poder e hierarquia na sociedade, principalmente em relação às mulheres, sem serem tomados como objeto específico de estudo.

A perspectiva deste trabalho é a de interagir entre e com as tensões que permeiam o processo no mundo das masculinidades e feminilidades numa perspectiva relacional.

No processo de construção de si, esses homens constituídos como agressores fazem parte de um sistema simbólico. A experiência sobre o que é ser homem, envolve ordens simbólicas, referidas a gênero e a masculinidades nas quais eles se assumem em contextos compartilhados. Através da narrativa dos homens que agrirem, identificam-se características de masculinidades em comum, que estão atreladas à constituição de si, sendo estas amparadas pela relação de poder em que se revelam as relações de gênero. A relação com a heterossexualidade neste contexto de estudo, sustenta a violência de gênero, devido aos processos de reiteração das normas, dos modelos únicos e das identidades que se pensam como identificação com as normas vigentes. Segundo Louro:

[...] todas essas práticas e linguagens constituem sujeitos femininos e masculinos; foram – e são – produtoras de “marcas”. Homens e mulheres adultos contam como determinados comportamentos ou modelos de ser, parecem ter sido gravados em suas histórias pessoais. Para que se efetivem essas marcas, um investimento significativo é posto em ação: família, escola, mídia, igreja, lei participam dessa produção. Todas essas instâncias realizam uma pedagogia, fazem um investimento que, frequentemente, aparece de forma articulada, reiterando identidades e práticas hegemônicas enquanto subordina, nega ou recusa outras identidades e práticas [...] (LOURO, 1999, p.25).

Grossi (2004), traz importantes conteúdos que permeiam a construção das masculinidades. Fundamentada em Badinter (1985), afirma que os rituais de separação do menino da mãe, como um distanciamento para se construir o masculino, servem para a sociedade repassar os valores. E há uma diferença radical entre os rituais de iniciação do feminino e do masculino. Ou seja, os rituais de iniciação dos meninos são caracterizados pela violência física e pela crença que possuem segredos que não podem ser revelados às mulheres.

Estes rituais estão presentes nas mais diversas culturas e sociedades. Nas tribos indígenas, são realizadas inúmeras provas de passagem do menino para a vida adulta. Além das situações de violência, a sexualidade também é utilizada como constituidora da masculinidade. “O sêmen é o fluido corporal que representa simbolicamente a masculinidade, pois só os homens o produzem” (GROSSI, 2004, p. 7). Esta autora ilustra com o caso da Nova Guiné, onde a masculinidade é

construída, também, pela ingestão de sêmen de homens mais velhos, e isso possibilita aos meninos tornarem-se mais homens.

As masculinidades também fazem parte do rol das teorias que estão em desconstrução. Nolasco (1995) caminha neste sentido quando nos alerta de que é fundamental reconhecer uma dimensão relacional, das construções das relações de gênero e desconstruir o mito da culpabilização dos homens. Isso não implica no processo de desresponsabilização dos homens que agredem, pois cabe discutir ações preventivas e de resignificação de sua masculinidade. Como destaca Medrado (1998), ao invés de procurar os culpados, é necessário identificar como estes se institucionalizam.

4.1.1 Alguns ensaios sobre violência de gênero e masculinidades

Normalmente, quando começamos a falar em gênero, encontramos sua referência associada à ideia de ordem simbólica. Portanto, faz-se necessário definir o que estamos entendendo, neste campo, por este modo de compreensão. Trata-se da forma como se fez a naturalização das hierarquias entre os sexos, os significados culturais que reforçam e legitimam determinadas práticas sociais, normalmente desiguais entre homens e mulheres. No campo da violência de gênero, é comum encontrarmos referências a estabilidade de padrões de violência baseados na honra, no macho tomado como violento, e, por sua vez, na mulher submissa. Esta concepção, em vez de ser libertadora, está impreterivelmente estabilizada dentro de um ordenamento cultural que a mantém subordinada à hierarquia entre sexos e gêneros e a mitos de superioridade, conforme Butler (1998).

De outro lado, nesta ordem, a feminilidade não é um espaço autônomo com possibilidades de igualdade, de autogestão, de independência. É uma construção simbólica e de valores, desenhada por uma masculinidade que, por sua vez, lhe é parte integrante. Assim, nem sempre a igualdade baseada na diferença está ao alcance da mão, nem é suficiente alguma pequena modificação nos costumes.

Segundo Pisano (2004), revisitar esta perspectiva política nos desafia a abandonar o lugar cômodo da feminilidade que foi construída como um dos conceitos mais manipulados pela masculinidade e pelas próprias teorias em vários campos. Ao abandonar a feminilidade como construção simbólica, como conceito de valores, como modo de comportamentos e de costumes, abandonamos, também, o

modelo ao qual temos servido fielmente, e que temos instalado em nossas memórias corporais, até o ponto em que cremos que essa nossa memória corporal é nossa identidade e que, ao mesmo tempo, a tomamos como signo de rebeldia frente à masculinidade.

Estas concepções instalam as mulheres no espaço intocável da feminilidade masculinista, na voz do outro sobre elas, e também instalam os homens no outro pólo da relação. Deixam as mulheres relegadas à exaltação dos valores da feminilidade impregnada de essencialismos, o que leva ao desafio de que elas se assumam como sujeitos políticos pensantes e atuantes, embora as mesmas não tenham, até o momento, se livrado da violência, da pobreza e da exploração.

Estes desafios, portanto, colocam a mulher frente à necessidade de gerar novos espaços de luta e por outro, colocam os homens frente a frente nos caminhos feministas e sob a berlinda da problematização dos mecanismos de poder que eles geram, sistematicamente, sobre as mulheres e sobre seus próprios pensamentos. Esta é uma dinâmica interativa, que demarca o lugar do feminino e do masculino como sistemas de violência.

A sociedade destaca o masculino, tanto a respeito da forma como pensa a feminilidade como na masculinidade, sendo este um lugar de honra, de melhores e mais prazerosos lugares nos sistemas educacionais, nos sistemas de gerenciamento e mando, na cama, na casa, na mesa, ou nas esferas das políticas.

Com base nesta visão, constrói-se um universalismo binarizado, suportado em um padrão de práticas e de linguagens únicas, cuja demarcação espacial e temporal dará destaque a um sistema de gênero que é violento, porque esta legitimidade se outorga dentro de princípios violentos e de deslealdade ética, já que a mesma é reiterativa e de mão única (TAMANINI, 2012).

Segundo Pisano (2004), a leitura imposta de dois gêneros que dialogam, negociam ou geram uma estrutura social, tem sido parte das estratégias da masculinidade para manter a obediência, a docilidade e a submissão das mulheres em sua forma de relacionar-se entre si e com o mundo. Assim, a história das mulheres e das violências impetradas contra elas é a reiteração de uma norma de sucessivas derrotas a respeito do que elas são. Elas seguem marcadas, gestualizadas e controladas, e a masculinidade, neste sistema, segue gerando, produzindo e definindo o que é o conhecimento válido. Desta maneira, se pensados relacionalmente, os homens também se encontram inseridos em um sistema de

representações do qual parece que não podem sair porque lhes faltam linguagem, articulações, ou metas, fora da reiteração da ordem simbólica violenta. Se, de fato, eles têm levado vantagens históricas, por isso mesmo, são também eles os prisioneiros de um sistema tão gendricado quanto violento, e vivem e se constituem como efeitos desse poder. Assumir esta posição não significa torná-los vítimas; não lhes tira a responsabilidade sobre seus atos, ao contrário, os coloca frente a um quadro de problematizações necessárias a esta masculinidade, que nos desafia ao entendimento dos aspectos que fazem esta relação social, política e, sobretudo, cultural, capaz de gerar tantos sofrimentos quanto de impetrar gestos, palavras e/ou agressões verbais ou físicas, tanto na linguagem, na moralidade, ou no âmbito dos espaços que suas companheiras ocupam na casa, nas relações de amizade, no trabalho, na rua, na vizinhança, na externalização dos sentimentos, nas crenças, nos valores e, sobretudo, em sua corporalidade. Não é incomum pensar as mulheres, nos sistemas de classificação, como: imbecis, amorais, descontroladas, desleais, infiéis, ignorantes, incapazes de pensar sem estresse, emocionalmente perturbadas ou incapazes de raciocínio lógico, sobretudo, quando elas refletem sobre contextos tensos (HÉRITIER, 1984). Normalmente, elas são traduzidas como infelizes, quando só estão produzindo as problematizações e as responsabilizações necessárias ao meio, quando denunciam as estruturas patriarcais, burocratas e desumanas nas quais estão inseridas. É comum o forjamento de uma moral de demérito pessoal, social e institucional, da qual muitos compartilham e poucos se dão conta. A esse respeito, a antropóloga francesa Hérítier (1984) nos diz que os homens criaram para si próprios um campo reservado. Quando uma mulher penetra nele, sofre as consequências.

O tema aqui estudado, com toda a problematização que ele envolve, insere-se, portanto, na reflexão sobre o feminilizado e o político/cultural, que fizeram os processos de luta contra a violência impetrada sobre as mulheres e a necessidade de mudanças destas situações de violência.

No Brasil, o tema é marcado pelo quadro da Lei Maria da Penha e nos modelos de masculinidade que têm circulado no imaginário social, nas práticas políticas e institucionais, com ênfase para o combate à violência de gênero que atinge as mulheres e que, em boa medida, é causada por problemas graves e sérios também para o masculino, cujo modelo se alimenta da mesma cultura. Entende-se agora o masculino como um sistema simbólico, político, cultural e social que também

se perpetua no seio da família, muitas vezes com padrões de patriarca obsessivo por construir sua cultura e sua forma de ver o mundo, como domínio dos corpos, das ideias, dos pensamentos e sentimentos das mulheres, pois o que estamos afirmando é que as masculinidades e os estereótipos destas são construídos, reafirmados e consolidados pelos mesmos mecanismos que circulam nas práticas institucionais, políticas, culturais e familiares. Estas representações nem sempre se vinculam fora de uma perspectiva de poder, honra e violência. Nesse sentido, os homens correspondem através de expressões de suas masculinidades construídas desta maneira, o que, por vezes, pode se manifestar de forma violenta.

É importante seguir podendo simbolizar os corpos sexuais, produzindo reflexões e práticas capazes de romper com a submissão simbólica e com um tipo de masculinidade que mantêm as mulheres prisioneiras.

Este é um dos grandes desafios desse trabalho, quando se propõe a ouvir narrativas de homens. De outro lado, ouvir suas narrativas talvez permita problematizar, também, as estruturas simbólicas que compõem estas masculinidades. Pergunta-se se estes aspectos, assinalados com frequência em diferentes campos das teorias feministas, teriam interagido na vida de homens impetradores de violência contra as mulheres de maneira tal, que eles não possam se autonarrar fora desse sistema de valores. Seriam esses homens violentos pela própria natureza desse sistema de representações, e, portanto, seriam igualmente vítimas do próprio meio, conforme se encontra facilmente afirmado nas teorias que vitimizam a masculinidade? Ou estariam estes homens se autonarrando dentro de ressignificações por eles produzidas para fazer frente às pressões, aos apelos para que parem de bater, para dar respostas pontuais a um sistema de controle legal, ou familiar, situações culturais e locais, ameaças de abandono por parte da família? Estariam, assim, construindo um entorno de si, como um contêntor de possíveis conflitos que deveriam ser denunciados e, não necessariamente, se sentem inseridos em um sistema de mudanças? Frente às relações que os cercam, eles estariam construindo determinados padrões gendificados de relações violentas? Ou poderia ser, ainda, que estes homens, ao narrarem-se, estejam produzindo um sistema representacional sobre si que é reiterativo, não envolto, portanto, em uma nova postura de vida, nova política, cuja prática se autodetermina fora do padrão violento? Haverá alguma possibilidade nestas práticas para que eles se engendrem fora da linguagem, da percepção e dos muros que constituem os conteúdos dessas

violências? Eles se pensam em outros territórios do desejo como não violentos, delimitam outros horizontes para outros mundos no seu mundo, se pensam e se simbolizam frente a outras necessidades que não as da dominação e sua estrutura reiterativa? É possível pensar a masculinidade dentro de uma lógica nova, que não seja a da anti-mulher, ou de anti-homens, tão banalmente atribuída às feministas?

Neste sentido, assumir as teorias de gênero é permitir um passo em direção a compreender as relações sociais entre os sexos e seu uso, que rejeita explicitamente as explicações biológicas, como a de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz, e os homens têm uma força muscular superior (SCOTT, 1990). Nesta ordem cultural, portanto, gênero é uma perspectiva analítica utilizada para desnaturalizar as 'construções culturais' como é a criação de ideias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres.

Os meninos ganham brinquedos para chutar e quebrar, como bolas e carrinhos, enquanto as meninas ganham brinquedos que se associam à vida doméstica, como bonecas e utensílios domésticos. Percebemos que "força e potência" são formas reconhecidas de valor que o sistema impõe aos homens, são construídas socialmente (ACOSTA, 2003).

Assim, o gênero, além de ser uma perspectiva teórica, pode ser uma estratégia política para reivindicar certo terreno de definição, para insistir sobre a inadequação das teorias existentes em explicar as desigualdades persistentes entre as mulheres e os homens. Conforme Scott (1990), é também um movimento de saída, de expansão das fronteiras da crítica feminista, cujos paradigmas já não dão conta das demandas colocadas pelos embates vividos, tanto nos enfrentamentos teóricos, quanto nas disputas políticas travadas pelas feministas.

O paradigma metodológico é utilizado neste trabalho, na perspectiva de construir novas abordagens com relação ao resultado dos desdobramentos teóricos que trazem desafios para novos olhares a partir dessa categoria. Machado (1998) define esta transição através de três elementos. Primeiramente, a mudança passa por uma ruptura entre a noção biológica de sexo e a noção social de gênero, aspecto que pode ser bem útil ao campo, porque nos ajudará a perceber os elementos simbólicos que conectam a violência com a essencialização do feminino. No segundo momento, este olhar metodológico das relações de gênero privilegia tanto a mulher, quanto o homem, ou feminino e o masculino, e por último, que se está diante da afirmação da transversalidade de gênero, que transita pelas mais

diferentes áreas do social. Isto possibilita ver, por meio deste espelho, os conteúdos das narrativas de homens violentos, bem como o imaginário social compartilhado sobre o que é, e quem é esse homem, além do que eles se autonarram dentro de uma perspectiva gendrificada. Este modo de ver e analisar pode produzir meios de pensar uma desconstrução das teorias do “binário” homem-mulher, representados a partir da relação de correspondência fixa entre sexo macho, masculinidade para masculinidades, e entre sexo fêmea, feminilidade para feminilidades.

Para além dos desdobramentos teóricos, o desafio deste trabalho está pautado na perspectiva de compreender a razão pela qual é necessário desenvolver ações interventivas com homens autores de violência. Isto vai além do ato de responsabilizá-los, mas permite um repensar sobre sua condição de masculinidade. Também, em relação aos homens, existe todo um repensar sobre tal noção de destino sexual, muito atribuída às mulheres. As crenças sobre os apetites vorazes dos homens, em contrapartida à suavidade e à submissão das mulheres, por exemplo. Crenças sobre os apetites predadores, vorazes, sobre a avidez de animal que se atira sobre a presa está sendo, igualmente, problematizada pelos estudos de masculinidades inseridos nos estudos de gênero.

O relatório da IV Conferência sobre População e Desenvolvimento, em 1994 no Cairo, que elencou e atribuiu responsabilidades ao atendimento aos homens no campo da sexualidade e reprodução, assim como a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em 1995, em Pequim, são parâmetros importantes a respeito do maior envolvimento dos homens. No Brasil, algumas ONGs⁶ desenvolvem ações direcionadas aos homens, no campo da violência de gênero e sexualidade.

É certo que este debate não se encerra aqui, seus desdobramentos e problematizações constituem um campo de estudo que precisa ser amadurecido tanto no campo teórico quanto na formulação de Políticas Públicas que desmistifiquem o que de fato está imbricado nas relações da violência de gênero.

⁶ Instituto PAPAI Recife, PE. Instituto Pró-mundo, RJ. Instituto NOOS, RJ.

5 CONTEXTO GERAL E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO BRASIL, ASSIM COMO NO SERVIÇO DE ATENDIMENTO EM BLUMENAU

Para compreendermos melhor as políticas de intervenção do Estado no âmbito da violência de gênero, faz-se necessário compreendermos o processo de redemocratização, a partir da década de 80, quando o Brasil foi tomado por uma grande onda de mudanças através dos movimentos sociais e houve uma transição que problematizou diversos aspectos presentes no movimento feminista, entre eles as discussões sobre o uso do termo “mulher”, que começa a ser substituído pela perspectiva de que não se fala de uma mulher universal, mas de mulheres. Esta transformação possibilita às feministas caminhar em uma direção teórica radicalmente oposta àquela dos estudos estruturalistas. Informadas por princípios pós-estruturalistas semelhantes, lutam pelo estabelecimento e validação da categoria “mulher” tanto como sujeito, quanto como signo (COSTA, 2002). Ao fazer isso, elas argumentam que não estão construindo mais outra subjetividade essencializada, simplesmente porque, no patriarcado, nunca foi permitido à “mulher” a condição de sujeito. Além disso, tais reivindicações também resultam em uma contradição, pois a posição da “mulher” como sujeito – dado que ela só pode ser representada dentro da economia simbólica dominante – já foi definida pelo patriarcado como “o lugar do outro” segundo Costa (2002). A subjetividade feminina é “irrepresentável”, neste sentido essencializado.

Nos anos 80, as mulheres caminharam em direção ao feminismo da diferença, o que permitiu que a mesma fosse compreendida como cultural e não biológica. Tentou-se, dessa vez, recuperar as qualidades que a sociedade ocidental desvalorizou como ‘femininas’, tais como a subjetividade, a cooperação e a empatia. Elas também defendiam o argumento de que, para as mulheres alcançarem igualdade na ciência, ou em qualquer espaço, deveriam ocorrer mudanças nas teorias, nos laboratórios, nas prioridades e nos programas de pesquisa, nas aulas e nos currículos e na vida em sociedade. O grande valor do feminismo da diferença está em refutar a ideia de que a ciência e as instituições não são neutras em relação às questões de gênero. Este feminismo foi capaz de recorrer à categoria “mulher” sem retornar a uma posição de ficção e colocá-la na arena da luta política sem invisibilizar as demandas das mulheres e sem recorrer à fabricação de uma

identidade de gênero fixa. Assim, a posição do feminino é questionada pelas próprias exigências do campo social dentro do qual está situado. A insistência a respeito da especificidade feminina continua nos campos políticos e é, em muitas das questões, vinculada ao sujeito feminino como uma condição de possibilidade para as mulheres e para os empreendimentos teóricos e políticos mais incisivos e de mais profundo impacto entre as lutas contemporâneas contra a sujeição, a opressão e a dominação.

No caso da violência de gênero, é necessário compreender a construção do vasto conteúdo nela imbricado, tanto para o campo das essencializações do feminino, quanto para suas múltiplas posições. Estando as masculinidades em questão, como é o caso neste trabalho, torna-se indispensável considerar que as mesmas foram produzidas dentro das mesmas tensões que fizeram o campo para o feminismo. O primeiro se refere ao descentramento do sujeito, a fim de expor sua não fixidez essencial. O segundo movimento consiste na “instituição” de pontos nodais, fixações parciais que limitam o fluxo dos significados e de diferentes posições de sujeito. Desta maneira, a identidade é assumida politicamente, e está ligada à localização do sujeito (seja ela social, cultural, geográfica, econômica, sexual e assim por diante). O masculino e as masculinidades, portanto, também acompanham este campo de tensões políticas, de sujeitos que se instituem por uma determinada marca de subjetividade produzida em contextos (MATHIEU, 2005).

A revisão bibliográfica sobre o tema da violência contra a mulher reflete sobre os deslocamentos semânticos a respeito do uso do termo desde o início dos anos 1980 (DEBERT; GREGORI, 2008), e constituiu-se em uma das principais áreas temáticas dos estudos feministas no Brasil. Esses estudos são fruto de mudanças sociais e políticas no país, que acompanharam o desenvolvimento do movimento feminista, e do processo de redemocratização, pós-período da ditadura militar.

Nessa época, um dos principais objetivos do movimento era dar visibilidade à violência contra as mulheres e combatê-la mediante intervenções sociais, psicológicas e jurídicas, possibilitando, assim, que a “violência contra a mulher” saísse do privado e tornasse uma dimensão pública⁷, com exigência de intervenção

⁷ Conforme Lamoureaux (2009), a distinção entre o domínio público e domínio privado tem origem na antiguidade, no campo político. As relações entre o privado e o público se distinguem conforme a época, no entanto, podem-se verificar algumas constantes: o governo é sempre do domínio público, enquanto o doméstico está presente no campo privado.

estatal específica, nas esferas da segurança pública e da Justiça.

Desde o século XIX, grande parte do trabalho feminista foi romper com o confinamento das mulheres na esfera privada e assegurar-lhes o livre acesso à esfera pública, por meio das políticas sociais, igualdade jurídica, acesso a emprego, direito a voto, direito à educação, entre outros. Embora esta luta pareça estar aniquilada através da legislação que não faz distinção entre gêneros, etnia ou classe, sabemos que, na realidade, há ainda um vasto caminho a ser percorrido. Lamoureaux (2009, p. 211) afirma que “isso evidencia que, mesmo que as mulheres tenham ascendido à cidadania durante a primeira metade do século XX, o discurso sobre a diferença sexual e as esferas separadas não se amenizou”.

No campo da desigualdade de gênero, são inúmeras as políticas voltadas a buscar a garantia do espaço nos segmentos da sociedade, como as cotas nos partidos políticos. Godinho (2000) aponta que esta foi uma conquista do movimento de mulheres, como parte do reconhecimento destas, como sujeitos sociais. Essa é uma luta de décadas, que fez com que as instituições e a sociedade não tivessem como ignorar, nem deixar de falar em políticas de gênero e políticas direcionadas às mulheres.

A violência de gênero é um problema de ordem mundial, que vem amparado por toda uma construção histórica, e que está presente em todas as relações que perpassam as mais diversas instituições. No entanto, embora esteja presente em todo o mundo, inclusive em todos os países ditos civilizados e dotados dos mais diferentes regimes econômicos e políticos, a violência de gênero torna-se um desafio à sociedade ao retratar altos índices estatísticos que interferem, de forma direta e indireta, na economia, na cultura, e na vida da sociedade. A violência de gênero é uma violação dos direitos humanos que afeta milhões de pessoas em todo o mundo, sem distinções de raça, classe social, nacionalidade ou idade. De acordo com o Encontro Anual de Mulheres Parlamentares⁸, do Grupo de Mulheres Parlamentares, realizado em maio de 2012 no Chile, na América Latina e no Caribe os índices de violência de gênero são tão altos que chegam a intervir no desenvolvimento e economia da região.

A discussão, contudo, prosseguirá com um breve enunciamento sobre o surgimento das delegacias, das casas abrigo, da legislação e das Políticas Públicas.

⁸ Para saber mais, vide encontro anual de mulheres parlamentares ocorrido no Chile. (2012).

5.1 SURGIMENTO DAS DELEGACIAS

Em 1986, no estado de São Paulo, foi criada a primeira DDM (Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher). Este foi o marco inicial, que possibilitou a visibilidade da violência contra a mulher, até então acobertada pelo Estado. Conforme Debert (2006), o Brasil foi o primeiro país na América Latina a instituir delegacias especializadas de atendimento a mulher. A partir disso, expandiu-se para outros estados e municípios brasileiros, assim como para outros países da América Latina.

A criação destas instituições só pode ser compreendida no contexto da reabertura democrática dos anos 80 e da pressão exercida pelos movimentos feministas que, com muita veemência, criticaram o descaso com que a violência contra a mulher era tratada pelo sistema de justiça, particularmente pelo tribunal do júri e pela polícia (DEBERT, 2006, p. 16).

Contudo, ao observarmos o contexto histórico, citamos como ilustração um caso que sensibilizou e contribuiu para que o movimento feminista unisse forças em prol dos direitos das mulheres, que estavam sendo violentadas pelos seus companheiros. Em 1976, Ângela Maria Fernandes Diniz foi assassinada pelo marido, pelo fato de a mesma querer separar-se dele. A morte de Ângela e a libertação de seu assassino levantaram um forte clamor das mulheres, que se organizaram em torno do lema: “quem ama não mata”.

Conforme Debert (2006), no final da década de 70 houve uma grande repercussão na mídia nacional com relação a este homicídio, em que o acusado e réu confesso, por ser um rico empresário, foi inocentado pelo tribunal do júri com a tese de legítima defesa da honra. Este resultado deu um novo impulso ao movimento feminista, que provocou protestos e resultou em um novo julgamento, em que o réu foi condenado a quinze anos de prisão. Desde então, a violência de gênero começou a ter visibilidade e se tornou um problema do Estado, e as delegacias contribuíram para tornar público os dados estatísticos deste fenômeno.

No entanto devemos considerar as dificuldades e limitações que as DDMs enfrentam. Machado (2010), afirma que a incidência de dificuldades se manifesta em duas esferas, sendo a primeira no âmbito da delegacia e a segunda no âmbito da articulação com a rede de atendimento. Com relação às dificuldades internas, de ordem institucional, a autora as atribui às condições de operacionalidade, compreendida como banco de dados, sistematização de procedimentos através de instruções e recursos para a geração de informações, assim como as condições de

infraestrutura física, pessoal e tecnológica, e qualificação dos agentes policiais no que se refere à violência contra as mulheres. Machado (2010), com base em pesquisa sobre as DDMs, afirma que há uma precariedade de recursos tecnológicos e humanos, o que impede que se tenha um diagnóstico global ou nacional com relação à intervenção das DDMs. Ainda nesta perspectiva, a autora traz questões de como os agentes policiais veem as DDMs, concluindo que estes compreendem a instituição como um espaço ideal para investigar, assegurar, prevenir. E isso só seria possível com a presença de especialistas da assistência social, psicologia e área jurídica, além da interface com a rede de serviços. Assim é possível elencar diversas questões: seria possível centralizar as atividades nas delegacias? Ou em Centros de Referências, como prevê o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher?

5.2 O SURGIMENTO DAS CASAS-ABRIGO COMO FORMA DE COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Na década de 70, os movimentos feministas começaram a se manifestar em diversas partes do mundo. Sendo assim, fomentaram a criação de Casas-Abrigos para mulheres em situação de violência. Conforme Rocha (2007), o primeiro abrigo para mulheres em situação de violência foi criado em 1971, na Inglaterra, tendo como objetivo a garantia de refúgio e segurança para mulheres e seus filhos vítimas de violência. Assim, a partir desta experiência, foram construídos vários abrigos na Grã-Bretanha, Irlanda, Estados Unidos, Canadá, Austrália e vários países europeus.

O surgimento das primeiras casas-abrigo evidencia alguns traços comuns oriundos de uma conjuntura marcada pelo forte ativismo, denúncias e reivindicações dos movimentos feministas e de mulheres, na década de 70, visando romper as barreiras da invisibilidade das questões de gênero e a ausência de políticas, programas e serviços, visando criar e garantir os direitos das mulheres. (ROCHA, 2007, p. 96).

O surgimento das Casas-Abrigos como mecanismos e instrumentos de proteção à mulher em situação de risco, devido à violência provocada pelo companheiro, ocorreu a partir da necessidade de proteção a essa mulher ameaçada de morte. Ao saírem de casa em busca de alternativas para conseguir separar-se, é uma das conquistas no enfrentamento das situações de violência. Assim, as Casas-Abrigo foram compreendidas como um marco fundamental na história das mulheres

que buscam romper com o ciclo de sofrimento. Por isso, devem ir muito além de possibilitar um espaço que lhes garanta a segurança, alimentação e vestuário, mas sim, ampará-las por outros mecanismos que dêem suporte para que estas mulheres tenham a oportunidade de recomeçar a vida, e isso só será possível através de investimento em toda a rede de atendimento, que perpassa diversas políticas.

No Brasil, conforme Rocha (2007), as Casas-Abrigo foram criadas a partir dos anos 90. Primeiramente, em 1997, houve a implementação do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), que resultou no Programa Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Sexual, amparado pela luta do Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM). Este programa teve enorme influência no incentivo à criação de Casas-Abrigo em muitos municípios brasileiros. Também, tinha como objetivo apoiar políticas dos governos estaduais e municipais para a prevenção da violência doméstica e sexual. Em 2008, foi dada prioridade à implementação e construção das Casas-Abrigo, através de convênios com estados, municípios e organizações não governamentais. Embora o planejamento previsse um determinado orçamento, o governo, através de cortes, investiu somente 8,3% da verba prevista.

Deste modo, para a construção e/ou manutenção de casas-abrigo, em 1998, foram celebrados nove convênios entre o Ministério da Justiça e os Estados, os municípios e o Distrito Federal, totalizando R\$ 407 mil reais. Em 1999, foram doze convênios, orçados em R\$ 644 mil reais, representando 8,3% do valor que estava previsto no orçamento: R\$ 7.739.328,00. (ROCHA, 2007, p. 114-115).

Vale ressaltar que o estado brasileiro, à época, tinha como objetivo central estabelecer e implementar o estado mínimo, moderno e eficiente, que previa a redução dos desequilíbrios sociais através de políticas compensatórias. Num segundo momento, houve a inclusão do Programa de Combate a Violência Contra a Mulher, no Plano Plurianual de Investimento entre os anos de 2000 e 2003. Apesar de trazer aspectos oriundos deste modelo de estado, o empenho e atuação das equipes formuladoras e executoras do programa, amparadas pela atuação do movimento feminista, foi fundamental para dar partida ao combate à violência de gênero.

No item a seguir, busca-se trazer questões presentes no contexto da teoria de gênero e suas problematizações, que permitiram a formulação de políticas de enfrentamento à violência de gênero.

5.3 LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Somente a partir da década de 70 é que as instituições internacionais começaram a se posicionar com relação à violência contra a mulher. Isto ocorre quando, em 1975, a ONU – Organização das Nações Unidas – realizou o primeiro dia internacional da mulher, e em 1993, na reunião de Viena, propõe medidas para coibir a violência de gênero.

Neste aspecto, para descrever sobre a violência de gênero, faz-se necessário considerar como, ao longo da história, foram se edificando as relações violentas contra a mulher. Por exemplo, a questão do adultério cometido pela mulher, isto é, a relação sexual da mulher fora do casamento, dava o direito ao marido de assassiná-la. O código Civil brasileiro de 1930 atenuava o homicídio cometido pelo marido, quando houvesse o adultério por parte da mulher, no entanto, se fosse o homem a manter relação conjugal com outra mulher fora do casamento, esta situação era compreendida como concubinato, e não como adultério. O Código Civil de 1916 trouxe inovações, considerando o adultério de ambos os cônjuges, como razão suficiente para o desquite. A alteração na lei não significou que os maridos continuassem em defesa de sua honra, assassinando suas companheiras.

A sociedade, por meio de seus intelectuais, discutia as constantes absolvições dos criminosos pelos juristas da época, que se baseavam no Código Penal de 1890, principalmente no artigo 279, que tratava do adultério como delito. Mas, pouco foi feito em benefício do fim desse tipo de violência, pois durante anos, em nome da legítima defesa da honra, homens que assassinaram suas mulheres foram absolvidos por júri popular e essa tese ainda não se encontra de todo extirpada de nossos tribunais até hoje, além do que, essa estratégia segue sendo a mesma, ou seja, transformar vítimas em réus (NADER, 2009, p. 5-6).

É importante considerarmos que a violência contra a mulher não se resume a crimes em defesa da honra, já que estes possuem diferentes concepções e variam conforme o contexto onde ocorrem.

As políticas públicas e a legislação parecem não considerar a violência como parte dessa complexidade relacional. O foco continua sendo as mulheres e, assim, coerente com esse direcionamento, temos políticas, legislações e, conseqüentemente, serviços voltados para o combate à violência contra as mulheres, reafirmando a distinção sexual em detrimento da ordem de gênero.

No Brasil, é importante considerar que as políticas de institucionalização de serviços direcionados às mulheres foram implementadas a partir da criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, no ano de 1985, e, após 1994, este Conselho vinculou-se ao Ministério da Justiça. Em 2002, foi criada a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, também vinculada ao Ministério da Justiça, que tinha como prioridade o combate à violência contra a mulher, entre outras ações.

Em maio de 2003, foi criada a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres⁹. Através do decreto presidencial de 15 de julho de 2004, surgiu o PNPM (Plano Nacional de Políticas para as Mulheres). Este Plano foi constituído a partir das deliberações da Conferência de Políticas para as Mulheres, onde também foi nomeado, através da Presidência da República, um comitê com o fim de articular e monitorar as ações do Plano.

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres está estruturado em quatro áreas estratégicas: autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; educação inclusiva e não sexista; saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; e, enfrentamento à violência contra as mulheres. Tem, portanto, o objetivo de desenvolver ações que possibilitem a igualdade de acesso a oportunidades de educação, trabalho e lazer, o combate à violência, dentre outros. O referido Plano está organizado em cinco eixos temáticos:

1 - Enfrentamento da pobreza: geração de renda, trabalho, acesso ao crédito e a terra;

2 - Superação da violência contra a mulher: prevenção, assistência e enfrentamento;

3 - Promover o bem-estar e qualidade de vida para as mulheres: uso e ocupação do solo, saúde, moradia, infraestrutura, equipamentos sociais, recursos naturais, patrimônio histórico e cultural;

⁹Art. 22. À Secretaria de Políticas para as Mulheres compete assessorar, direta e imediatamente, o Presidente da República na formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres, bem como elaborar e implementar campanhas educativas e antidiscriminatórias de caráter nacional, elaborar o planejamento de gênero que contribua na ação do governo federal e demais esferas de governo, com vistas à promoção da igualdade, articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres, promover o acompanhamento da implementação de legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas que visem ao cumprimento dos acordos, convenções e planos de ação assinados pelo Brasil, nos aspectos relativos à igualdade entre mulheres e homens e de combate à discriminação, tendo como estrutura básica o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, o Gabinete, a Secretaria-Executiva e até 3 (três) Secretarias.

4 - Efetivação dos Direitos das Mulheres: civis, políticos, direitos sexuais e direitos reprodutivos;

5 - Desenvolvimento de políticas de educação, cultura, comunicação e produção de conhecimento para a igualdade.

O princípio de buscar a superação da violência contra a mulher, prevenir e garantir a assistência para o enfrentamento desta, possibilitou pensar políticas de combate à violência.

No Brasil, conforme os acordos internacionais expostos no início deste item, criou-se a Lei nº 11.340/2006¹⁰, Lei Maria da Penha, que entrou em vigor no dia 22 de setembro de 2006. Essa lei, além de tipificar as formas de violência, traz medidas protetivas à mulher vítima de violência doméstica e familiar, e, na esfera punitiva, proíbe a aplicação das chamadas penas alternativas, principalmente os benefícios da Lei nº 9099/95. Além disso, priorizando os crimes praticados contra a mulher nos ambientes doméstico, intrafamiliar e afetivo, instituiu os Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Dentre as medidas protetivas elencadas na Lei 11.340/2006, algumas merecem destaque por causa dos seus feitos intimidativos, bem como pela garantia da integridade física e moral da ofendida. Dentre estas medidas está a obrigação da Autoridade Policial de garantir proteção à mulher, encaminhá-la ao hospital, fornecer-lhe e aos dependentes o transporte que se fizer necessário, acompanhá-la ao domicílio para a retirada dos pertences pessoais e dos filhos quando necessário, encaminhá-la ao abrigo de proteção e garantir os Direitos Humanos que se acham positivados na Constituição Federal. No entanto, ao mesmo tempo em que responsabiliza, através da punição aos homens autores de violência, possibilita também, o encaminhamento destes homens para serviços de reabilitação e educação. Especificamente, o art. 35 da referida lei determina que a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e/ou promover, no limite das respectivas competências, entre outras coisas: “V – centros de educação e reabilitação para agressores” (BRASIL, 2006). Já o artigo 45 da mesma lei prevê alterações no artigo 152 do código Penal, acrescentado o seguinte parágrafo: “Nos casos de violência doméstica contra a mulher, o juiz pode determinar o

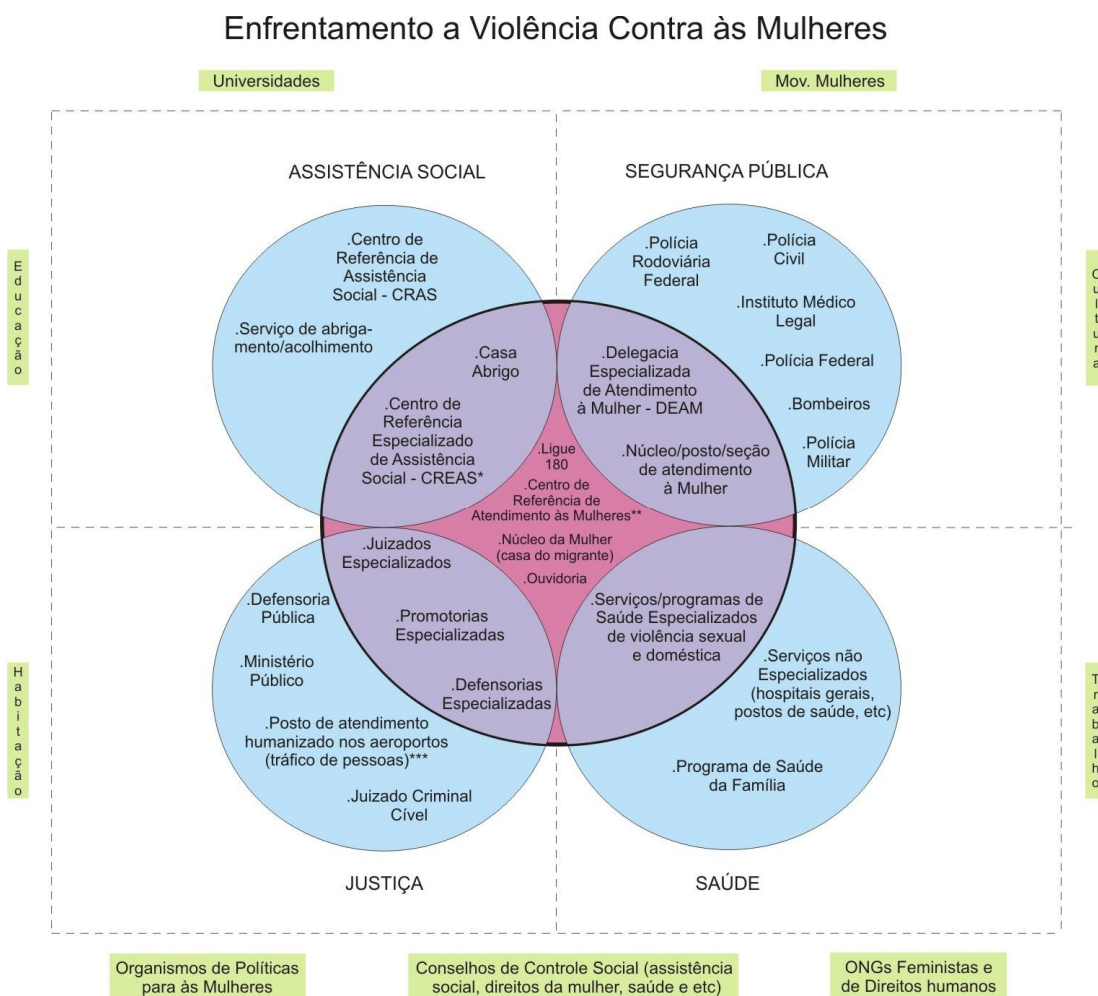
¹⁰ Para mais informações, vide Brasil (2006)

comparecimento obrigatório do agressor nos programas de reeducação” (BRASIL, 2006).

Importante, ainda, mencionar o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher (BRASIL, 2010), lançado em agosto de 2007, pelo Governo Federal, e revisto em 2010. O mesmo tem por objetivo acordar metas entre a esfera federal e os estados e municípios brasileiros na perspectiva de efetivar ações de enfrentamento à violência contra as mulheres através de políticas públicas integradas em todo o território nacional. Neste sentido, compreende-se que a violência constitui um fenômeno de caráter multidimensional, que requer a implementação de políticas públicas amplas e articuladas nas mais diferentes esferas da vida social, como na educação, no mundo do trabalho, na saúde, na segurança pública, na justiça, na assistência social, entre outras.

O Pacto, através das ações elencadas, se sustenta em três pilares: a transversalidade de gênero, a intersetorialidade e a capilaridade. A transversalidade de gênero tem por objetivos garantir que o fluxo da violência contra a mulher e de gênero perpassasse as mais diversas políticas públicas setoriais. A intersetorialidade, por sua vez, se divide em duas ações, as quais se subdividem em duas dimensões: a primeira, de ordem horizontal, composta por parcerias entre instituições setoriais e atores em cada esfera de governo (ministérios, secretarias, coordenadorias, etc.); a outra, vertical, o que sugere uma maior interface entre políticas nacionais e locais em diferentes áreas (saúde, assistência social, justiça, educação, trabalho, segurança pública, entre outras). E, por último, a capilaridade destas ações, programas e políticas, levando a proposta de execução de uma política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres até os níveis locais de governo, em parceria com os municípios. Assim o pacto Nacional Pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres sugere (figura 1):

Figura 1 – Enfrentamento a Violência Contra as Mulheres



FONTE: BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, 2010.

5.4 ALGUNS DADOS DE VIOLÊNCIA NO BRASIL

Conforme dados de pesquisa realizada pelo Instituto AVON/IPSOS¹¹, na qual foram entrevistados 831 homens, 15% deles (totalizando 124 homens) afirmam ter praticado agressão grave. Destes, 38 homens justificaram a prática da violência por ciúmes, 33 por alcoolismo, 21 por traição, 19 afirmam que foram provocados, 18 por problemas econômicos, 12 por desconfiança e 12 não identificaram o motivo. Estes dados apontam questões significativas no campo da compreensão da violência contra a mulher. Entre os diversos tipos de violência doméstica sofridos pela mulher, 80% dos entrevistados citaram violência física, como: empurrões,

¹¹ Dados de pesquisa realizada pelo Instituto AVON/IPSOS (2011). Foram entrevistadas 1800 pessoas em 70 municípios brasileiros, homens e mulheres maiores que 16 anos.

tapas, socos e, em menor escala (3%), até a morte. Ou seja, a violência física é a face mais visível do problema, mas muitas outras formas foram apontadas pelos entrevistados. Em 62% dos casos, os entrevistados reconhecem ter cometido agressões verbais, xingamentos, humilhação, ameaças e outras formas de violência psicológica, como a violência doméstica.

Com relação ao que faz com que uma mulher permaneça numa situação de violência, 27% afirmam que é a falta de condições econômicas para se sustentar, e 20% que é a falta de condições para criar os filhos. Outro dado nos mostra que 17% das mulheres citam o medo de ser morta como principal razão para uma mulher agredida continuar em uma relação abusiva. Esta pesquisa realizada pelo Instituto AVON/IPSOS revela ainda que, em 52% dos casos, os entrevistados acham que juízes e policiais desqualificam o problema, e isso pode influenciar na decisão da mulher de denunciar ou não a violência. Outro aspecto apontado no relato acima mostra que a violência cometida é caracterizada pela dependência química do companheiro, pela falta de condições (econômicas) para separar-se e pelo alto índice de uso de SPA (65,6%), revelando que a violência de gênero também é um desafio à saúde (DUARTE, P. C. V.; STEMPLIUK, V. A.; BARROSO, L. P., 2009). Os dados levantados, além de revelarem indicadores de saúde, permitem pensar sobre as consequências do consumo de SPA nos mais diversos aspectos da vida. Além do uso recreativo ou ritual, inserido na cultura e na economia dos países, em muitos casos, o consumo de drogas se associa a problemas graves como a ocorrência de acidentes, violência, produção ou agravamento de doenças variadas, queda no desempenho escolar ou no trabalho, transtornos mentais e conflitos familiares, entre outros.

Apesar dos dados não demonstrarem a relação entre o uso de SPA e a violência de gênero, eles oferecem informações importantes sobre aspectos relevantes e refletem, de modo inequívoco, a gravidade, amplitude e magnitude desses problemas em nosso país, além dos prejuízos que se estendem em múltiplas dimensões sociais e individuais. Conforme este estudo, no Brasil, o álcool e o tabaco são as drogas mais consumidas, sendo a dependência do álcool encontrada em mais de 12% da população com mais de 12 anos de idade. Esta é a maior parte das causas de internações ocorridas em 2007 e deve-se a transtornos mentais e comportamentais decorrentes do uso do álcool (CID-10: F10), correspondendo a aproximadamente 69% dos casos. Quanto ao sexo, 88% das internações ocorreram

em indivíduos homens. Aparentemente não houve mudanças importantes na distribuição das internações por uso de drogas, segundo o sexo, ao longo dos anos. Ao analisar a prevalência de afastamento do trabalho devido a consumo de drogas, observamos que a maior porcentagem de afastamentos ocorre na faixa de 25 a 49 anos. Em todos os anos, a porcentagem de afastados do sexo masculino é superior a 90%.

Também foi computado o número de mortos em acidentes com vítimas associados ao consumo de álcool, ocorridos nas rodovias federais do Brasil, nas Regiões e Unidades Federativas entre os anos de 2004 a 2007. Os estados em cujas rodovias federais morreram mais pessoas em acidentes em que o condutor havia bebido são: Santa Catarina, com 58 mortos, e Minas Gerais, com 45 mortos. Essas mortes representam 14,8% e 11,5%, respectivamente, do total de mortos no período. As Regiões Nordeste e Sul, juntas, respondem por mais de metade dos mortos no país.

Foi possível notar que as porcentagens de condutores do sexo masculino e feminino envolvidos nos acidentes são aproximadamente constantes ao longo do tempo, cerca de 90% de homens e 4% de mulheres.

O número absoluto de acidentes cresceu no Brasil como um todo e em todas as regiões geográficas, no período de tempo observado, totalizando 498 ocorrências em 2004, 653 em 2005, 1.032 em 2006 e 1.909 em 2007. O estado onde ocorreu o maior número de acidentes foi Santa Catarina, com 834 acidentes. Esse número corresponde a 20,4% dos acidentes. Em seguida, vem o estado de Minas Gerais que, representando 11,5% do total, contribuiu com 469 acidentes.

No entanto, a presente pesquisa não se limita a este campo de análise. Os relatos contidos nos Boletins de Ocorrência e nos históricos de atendimento revelam situações complexas e de muita gravidade, cujo enfrentamento diz respeito a diversas esferas (governamentais e não governamentais).

Com relação aos tipos de violência cometida, conforme pesquisa intitulada “O mapa da Violência 2012”, realizada pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLASCO), estes centraram-se na violência física, que é preponderante, englobando 44,2% dos casos. A psicológica ou moral representa acima de 20%. Já a violência sexual é responsável por 12,2% dos atendimentos.

Para a Fundação Perseu Abramo¹², 46% das mulheres agredidas e 50% dos homens agressores confessos apontam como principais razões para que episódios de violência de gênero ocorram em seus relacionamentos os fatores referentes ao controle de fidelidade. As mulheres (23%) destacam, ainda, predisposição psicológica negativa dos parceiros (alcoolismo, desequilíbrio etc.) e sua busca de autonomia (19%) não respeitada ou não admitida pelos mesmos. Os homens alegam também que foram agredidos primeiro (25%).

Outro dado relevante foi observado quando os entrevistados se referiam “às piores coisas de ser mulher”, sendo que 55% indicou aspectos ligados à vida privada e doméstica, como cuidar da casa, cuidar dos filhos e dos afazeres domésticos. Em 32% dos casos, associaram que as piores coisas de ser mulher estariam ligadas à vida pública, como a função de provedora do orçamento doméstico, isto é, a questões relacionadas ao trabalho, autonomia, salário, gerenciamento dos recursos financeiros, no que diz respeito a questões exteriores ao ambiente doméstico.

Entre “as melhores coisas de ser homem”, o brasileiro destaca atributos masculinos, sobretudo biológicos, tais como: não engravidar, não parir, não menstruar (37%); ter maior liberdade e independência do que as mulheres (33%) e ter mais oportunidades no mercado de trabalho (31%).

Entre “as piores coisas de ser homem” destacam o peso do papel tradicional de gênero, de ser provedor ou cobrado por tal papel (26%). Mas, para 37%, não há nada pior em ser homem e nem pior em ser mulher.

Ainda segundo a pesquisa da Fundação Perseu Abramo e SESC, outro aspecto complacente refere-se ao processo de divisão sexual dos trabalhos remunerado e doméstico e ao tempo livre. Cerca de metade das mulheres (52%) faz parte da População Economicamente Ativa (PEA), contra quatro em cada cinco homens (79%). Apenas uma em cada quatro declara-se dona-de-casa (25%).

Entre as que estavam fora da PEA, mas já tinham exercido trabalho remunerado tem-se 24% das mulheres (excluídas as aposentadas). As razões para que as mulheres tenham parado de trabalhar é o fato de que se concentraram nos papéis tradicionais de gênero, como ter e cuidar de filhos (30%), dar conta do trabalho doméstico (16%) ou ao fato de ter casado (12%). Uma em cada três (35%)

¹² Pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo em 25 estados brasileiros, 3.546 pessoas (homens e mulheres com mais de 15 anos) em agosto de 2010.

diz ter parado por razões do mercado (demissão, falta de oportunidade, salário insuficiente etc.).

A jornada semanal média de trabalho doméstico das brasileiras é de 29 horas e 21 minutos, somando-se o tempo dedicado a serviços de limpeza, cozinhar, lavar e passar roupa (17h44'), cuidado com as crianças (10h) e com pessoas idosas ou doentes (1h37'), contra 8 horas e 46 minutos de trabalho declarados pelos homens – ou seja, um tempo três a quatro vezes mais curto do que o das mulheres.

Estes dados e essas possíveis comparações trazem questões que estruturam elementos importantes para se pensar a violência de gênero. Poder-se-ia elencar, de cada gráfico, uma série de conexões que nos inserem nos aspectos mais estruturais da violência, e isso será desenvolvido à medida que tivermos mais compreensão a respeito dessas conexões. Os aspectos expostos até aqui, localizam o contexto desta pesquisa e falam do esforço que empreendemos para construir os subtextos e para dar visibilidade ao tipo de dados que se encontram registrados no serviço do qual se partiu para realizar a pesquisa.

Visibilizar estes dados possibilita dar uma cara aos registros, ao modo de produção dos registros e permite fazer arqueologia (FOUCAULT, 2008), de uma realidade que se ocultava, porque faltava olhar as camadas de informações, buscando os saberes e discursos instituidores de sujeitos presentes nos boletins de ocorrência e nos prontuários. Refere-se a um poder-saber que incide, principalmente, ao nível da linguagem e no controle e circulação dos discursos, que normatizam e incitam as práticas de sexualidade, dos corpos, das agressões. Um biopoder que segue constituindo, assim, práticas de dizer de si e dos outros, incitados e regulados por uma escuta especializada (que, segundo Foucault, se iniciou com a confissão, a medicina e com a terapêutica a partir do século XVII), mas que segue atuando sobre a vida e sobre o corpo como máquina. No seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento de sua docilidade, na sua integração em sistema de controle eficazes e econômicos – tudo isso que caracteriza as disciplinas anátomo-políticas do corpo humano (FOUCAULT, 2006). Como, porém, não se trata de um processo do passado, segue-se tentando visibilizar, desta forma, o biopoder, que marca um poder que se dá sobre a vida. Nesse sentido é um poder “positivo”, pois é a partir dele que se cria uma ordem de governabilidade, que é o elemento indispensável do desenvolvimento do capitalismo, mas também dos sujeitos. Esta governabilidade se

dá a partir da ação de instituições, procedimentos, análises e cálculos, que criam uma ordem disciplinar, que se mantém não só como uma ordem exterior, mas que é também interna ao indivíduo, assumidas como técnicas de si. Na perspectiva de Butler (2004), aparecem como atos repetitivos, de performances, de repetições estilizadas de ações que têm como efeito aproximar o ideal (norma) de uma base substancial de identidades (fixadas no sexo biológico) e no que ele representa em termos simbólicos e de práticas sociais. Quanto ao sexo e à organização mental das ideias (representações, mitos, utopias, sexo pensado), para usar Mathieu (1991), as práticas (relações sociais entre os sexos: o sexo ação) são questões seguidamente colocadas em perfeita sintonia e, por vezes, contraditórias. Quanto às contradições, são valoradas ou são ocultadas, quando certas lógicas são colocadas em ação. Quanto à ambiguidade das práticas, se manifesta dentro da consciência comum, tanto quanto dentro das análises das ciências sociais e dos movimentos de mulheres, das instituições, da legislação.

Assim procedendo, dá-se voz e cara ao serviço de atendimento ao homem autor de agressão, nos discursos e nos documentos aqui transformados em narrativas de um vivido. Igualmente, pretende-se visibilizar o perfil destes homens, que são constituídos e são instituídos como agressores. Eles falam de si, mas também são produzidos pelo discurso da vítima e dos técnicos dos serviços, principalmente do profissional que os entrevistam, acolhem, recomendam e acompanham.

Conforme Goffman (apud MILLER, 1995, p. 47):

O que o indivíduo é para si mesmo não é algo que ele inventou. É o que os outros, que lhe são significativos, chegaram a ver que ele seria, o que eles chegaram a tratá-lo como sendo, e o que, em consequência, ele deve se considerar ser, se quiser atuar com os que com ele atuam.

Isso quer dizer que, os dados visualizados até este ponto, revelam a existência um discurso que interfere diretamente na constituição deste homem autor de agressão. O sujeito é o da experiência de campo e de sua interpretação dessa experiência. Esta posição funciona, em boa medida, como uma posição reflexiva da parte do autor, e desses homens consigo mesmos. Do ponto de vista da perspectiva de gênero, funciona, de um lado, como um discurso de regulação, e de outro, como possibilidade de novas inteligibilidades sobre si mesmo. Ao mesmo tempo, existem processos de agenciamento da subjetividade, e, assim como pensa Foucault, a

subjetividade e a objetivação do sujeito emergem dessa relação com o processo de sua instituição. No caso do homem agressor, o agenciamento se constrói a partir de duas tecnologias: o movimento do serviço e suas estratégias e a narrativa de si. Tanto um quanto o outro atuam como mecanismos de biopoder, mas que tem efeitos positivos frente às políticas é quem está investindo para dar voz aos homens que estão imbricados com violência de gênero, com a convicção de serem eles próprios vítimas de situação de violência. Este aspecto incomoda sobremaneira, porque não é incomum encontrarmos estudos, posições de profissionais, especificamente psicólogos e assistentes sociais, que atribuem à violência presente a experiências traumáticas, ou fatos vividos na infância. Esta relação parece produtora de processos de patologização, como uma cadeia de continuidades quase impossível de ser rompida ou de ser explicada de forma demasiadamente simples.

Portanto, compreende-se que o conteúdo do relato da história de vida destes homens poderia visibilizar conteúdos outros imbricados nestas situações de violência.

Diante dos dados apresentados até este ponto, foram pensadas as possíveis conexões com o contexto nacional da violência de gênero, já que as mulheres que vivenciam esse fenômeno compartilham desta desigualdade que interfere de forma direta no processo de enfrentamento da violência. Isto é, as dificuldades de se manterem no trabalho formal devido às responsabilidades domésticas e os cuidados com os filhos que lhe são atribuídas (UNBEHAUM, 1998), podem contribuir e condicionar, ainda mais, a mulher ao ciclo da violência. De outro lado, ao associar o homem agressor ao processo social mais amplo, e ao definí-lo dentro de um modo “negativo”, revela-se um sujeito que se constrói pelo agenciamento institucionalizado, e pela reflexão que é produzida por instituições a respeito deste sujeito, de suas ações e da forma de intervenção proposta por meio de políticas defasadas. “Esta dinâmica é parte constitutiva da reflexividade institucional, como elemento das instituições modernas que estruturam a atividade social nos ambientes modernos” (GIDDENS, 1993, p. 39). Ao mesmo tempo, nos coloca frente à tensão de pensar como este homem é proposto ao serviço por meio de um discurso e de práticas institucionalizadas pelo Estado e como ele se produz nesta auto-identidade, que nos parece estar em aberto. É importante observar que, ao se elaborar a categoria “homem agressor”, fundamentam-se e justificam-se as possibilidades de intervenções, ao mesmo tempo em que se define quem será investido de poder de

intervenção, de agenciar, de contenção e de prevenção, e quem será destituído desses poderes. Isso fica mais evidente ao considerarmos dois aspectos: a) Tanto o diagnóstico, quanto a caracterização de um sujeito como agressor, tem elementos objetivos e subjetivos que fazem as definições, avaliações e práticas interventivas frente a um ato de agressão, b) O processo em questão trata da construção de uma categoria identitária (pensada, aqui, nos termos sociológicos) que se projeta a partir de um agenciamento, de uma identificação, em contato com fatos relatados, com registros e discursos e com testemunhos de práticas de agressão que leva, ao final, o desejo de falar de si, c) Os processos de terapia e as tentativas de resgate deste homem, de resgate de sua família, de sua relação com a vida e com os filhos, com os parentes, o trabalho e os amigos. Tudo passa por uma tentativa terapêutica e por um processo de incitação discursiva, que envolve o dizer de si mesmo e a constituição de um ser que se reconhece no interior de um coletivo compartilhado com outros homens. Eles passam a se autonarrar até o ponto do reconhecimento de que têm um problema: 'Eu sou um homem violento'. Nas reuniões de grupo, o dizer de si é um processo instituidor de um lugar discursivo e também da aceitação de uma posição que os abre à intervenção do outro, à medida que ele é instituído e se institui como homem agressor. Assim, cumpre-se a perspectiva de autonarrativa que é desejada pelo serviço onde o homem se encontra. Como se, ao chegar este momento, o auto reconhecimento funcionasse dizendo ao serviço que as estratégias estão corretas e, obtido este posicionamento do homem, fossem então cerceados os processos de intervenção.

O presente autor assume a posição de que a possibilidade de diálogo é realizável somente de forma autêntica, quando marcamos nossa fala, seu contexto de produção e, mais ainda, como afirma Mirian Grossi (2004), quando assumimos que a subjetividade do(a) pesquisador(a) é marca indelével do trabalho de campo. Assim, quando marca o texto com este olhar e esta percepção, está inteiramente absorvido nela e com esta forma de organizar seu processo do conhecer, que fala das relações com o tema e das relações com os problemas de pesquisa que escolheu. Deste modo, também inscreve seu olhar neste contexto, por meio dos dados coletados, das falas recolhidas em entrevista e de sua experiência profissional de modo mais do que comprometido com uma teia de significados, de angústias e grande esforço para compreender seu próprio tema. Não existe neutralidade em pesquisa, pois, as possibilidades de "revelação e ocultamento" de determinadas

dinâmicas são condicionadas por essa condição de posição. Assim, faz um esforço para criar ferramentas teóricas, conceituais e metodológicas capazes de desmontar pressupostos sexistas e a misoginia do conhecimento (linguagem, ironia, risos, gozação, dores, defesas das vítimas e exaltação de masculinidades compatíveis com a violência).

5.5 SERVIÇO DE ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM BLUMENAU

Em Blumenau/SC, no ano de 2001, foi implementado o PPCVDI, surgido a partir de ações com grupos de mulheres, através do Programa Alinhavando Cidadania¹³, objetivando a construção de espaços para reflexão crítica das relações sociais com enfoque sobre as questões de gênero, raça/etnia, classe, idade, violência no interior das famílias, estímulo à participação feminina na vida comunitária e à organização de trabalhos coletivos para a geração de renda familiar. A partir de tal intervenção, foram apontadas pelas mulheres inúmeras problemáticas enfrentadas em seu cotidiano que diziam respeito à violência doméstica, discriminação social, alcoolismo, uso de SPA, doenças, desemprego etc., o que implica dizer, também, a presença de situações de violência, tanto no espaço de convivência familiar, como no espaço público.

Visando encaminhamentos para solucionar tais questões, a Secretaria Municipal de Assistência Social, em parceria com ONGS¹⁴ e OGS¹⁵, iniciou em agosto de 1999, uma mobilização em torno dessa problemática. À época, várias regiões do município foram atingidas com encontros falando a respeito dessa temática. Como resultado da mobilização, surgiu o Fórum em Defesa das Pessoas

¹³ Alinhavando Cidadania – Programa da Secretaria Municipal de Assistência Social, que desenvolvia ações de geração de renda voltadas às mulheres em todas as regiões do município de Blumenau

¹⁴ ONGs - Organizações Não Governamentais; Ordem dos Advogados do Brasil – Blumenau; Câmara da Mulher Empresária (ACIB); SESI – Serviço Social da Indústria; Rede Feminina de Combate ao Câncer; AMPE – Associação das Micro e Pequenas Empresas; SESC – Serviço Social do Comércio; Movimento de Mulheres 08 de Março; Clube Internacional das Sorooptimistas de Blumenau; Movimento de Alfabetização e Cidadania (Secretaria Municipal de Educação).

¹⁵ OGS – Organizações Governamentais; Centro de Ciências Humanas e da Comunicação – Departamento de Serviço Social FURB; Comunidades Eclesiais de Base – CEBS; EPAGRI; Delegacia da Mulher, Criança e Adolescente; PROMENOR; Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente; Rotary Club de Blumenau; APROSSMIVI – Associação de Serviço Social do Médio Vale do Itajaí; Centro de Direitos Humanos; Conselho Tutelar (Centro e Garcia); Centro Espírita Amor, Fé e Caridade; Fórum dos Trabalhadores; Consulta Popular; Secretaria Municipal de Assistência Social.

em Situação de Violência Doméstica. Esta mobilização desencadeou o Programa de Prevenção e Combate a Violência Doméstica e Intrafamiliar, via Lei municipal nº 5.825/2001. A operacionalização deste programa tem por base legal a Constituição Federal, de 05 de Outubro de 1988, a Lei Federal n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993 (que dispõe sobre a organização da Assistência Social), a lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente) e o Fórum em Defesa às Pessoas em Situação de Violência Doméstica.

A lei municipal que implementou o PPCVDI prevê, em seu Art. 3, as seguintes ações:

I – Elaborar ações preventivas e conscientizadoras sobre a violência contra a mulher;

II – Estimular, apoiar e desenvolver estudos e diagnósticos sobre a situação da violência contra a mulher;

III – Estabelecer, em parceria com as Secretarias afins, programas de formação e treinamento dos servidores públicos municipais, visando capacitar profissionais para atender às especificidades do problema da mulher em situação de violência;

IV – Formular e executar as políticas que visem minimizar a ação da violência contra a mulher;

V – Submeter-se ao regime interno da Casa Abrigo e às demais orientações dos responsáveis, em especial quanto à reestruturação de sua vida e a busca de situações que lhe garantam a subsistência própria e de seus filhos.

Parágrafo único. O Atendimento dos requisitos previstos neste artigo, como condição de acolhimento e de permanência, será objeto de contínua avaliação pela equipe multidisciplinar da Casa Abrigo. (SANTA..., 2001)

O PPCVDI é financiado pelo Fundo Municipal de Assistência Social e sua prática interventiva se dá em dois eixos:

a) No Campo da Proteção: através do serviço de abrigamento às mulheres e seus filhos, em situação de risco pessoal, provocado pelo fenômeno da violência doméstica.

b) No Campo da Prevenção e Promoção: por meio do serviço do Centro de Apoio a Família em Situação de Violência Doméstica e Intrafamiliar - PPCVDIF. O objetivo principal deste programa é garantir atendimento, de forma integrada, a

família em situação de violência, como também ao autor da agressão. Cabe salientar que este projeto é pioneiro no Estado de Santa Catarina.

c) Campo da Proteção: Casa Abrigo Tritonha Eliza Mackedans Machado – “Casa Eliza.”

A casa abrigo começou suas atividades em setembro de 2001, a princípio em um local alugado e, a partir de 12 de novembro de 2004, passou a atender as mulheres e seus filhos em sede própria, construída em parceria com o governo Federal, Estadual e Municipal.

A “Casa Eliza” possui capacidade para atender, em média, 28 pessoas, tendo como objetivo acolher e proteger as mulheres e seus filhos menores de 18 anos em situação de violência doméstica e intrafamiliar, oferecendo-lhes condições para o desenvolvimento de sua autonomia pessoal e social, bem como o fortalecimento da autoestima. Trata-se de um serviço de caráter sigiloso e temporário, onde as usuárias poderão permanecer por um período conforme sua necessidade. O atendimento é ininterrupto, em regime aberto.

No campo da Prevenção e Proteção, o Centro de Apoio às Famílias oferece acesso, apoio e referência às famílias em situação de violência doméstica e intrafamiliar aos seguintes serviços: socioassistencial, psicológico, bem como aos demais serviços públicos da rede, em local com infraestrutura para trabalhos socio-educativos. Tem como objetivo acolher e apoiar famílias em situação de violência doméstica e intrafamiliar, buscando garantir seus direitos, propiciando condições de fortalecimento da autoestima e autonomia pessoal e social, com enfoque de gênero.

A metodologia adotada enfoca como eixos norteadores de ação: o grupo familiar, a inclusão, a proteção, a prevenção, a autonomia, mediação dos conflitos, acompanhamento sistemático, atendimento interssetorial e interdisciplinar na rede de serviços governamental e não-governamental. Esta política envolve todo o grupo familiar na abordagem, com uma equipe interdisciplinar, que busca, no coletivo, reunir estratégias e alternativas para o rompimento com o ciclo de violência.

Os serviços oferecidos pelo Centro de Apoio são:

- a) Atendimento socioassistencial;
- b) Atendimento psicológico;
- c) Atendimento coletivo e/ou familiar (atendimento interdisciplinar);
- d) Apoio jurídico;

e) Ações socioeducativas com mulheres, com homens autores de agressão, com adolescentes e com casais que interromperam o ciclo de violência, mas desejam ressignificar os valores conjugais (ação interdisciplinar);

f) Visita domiciliar;

g) Motivação para inclusão em política de capacitação e preparação para o mundo do trabalho, e/ou inclusão em empreendimentos solidários (ações intersetoriais);

h) Organizar atividades de cunho preventivo nas comunidades (ação interdisciplinar).

Este PPCVDI foi um serviço ousado no campo da intervenção e abordagem com famílias em situação de violência. Além de surgir como uma proposta que abriu possibilidades de ir além da proteção, este centro foi implementado em 2001, com serviços de prevenção e proteção, cinco anos antes da implementação da Lei 11.340 (Lei Maria da Penha). Ainda que o PPCVDI esteja no âmbito das políticas públicas e que possua limitações de recursos, sejam humanos, materiais ou técnicos, possibilita alternativas de suporte, embora talvez não seja suficiente, como visto anteriormente. Conforme sugere o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, o enfrentamento da violência contra a mulher está associado à rede intersetorial, entre outros serviços (Assistência Social, Segurança Pública, Saúde e Justiça, ONG e OG).

Conforme dados fornecidos pela SEMASCRI, atualmente (Nov/2012) o PPCVDI possui 280 famílias que estão em situação de violência de gênero e que encontra-se em atendimento. Parte destas famílias participa de atividades através das ações socioeducativas com grupos (adolescentes, mulheres, homens e casais). Em outros casos, são realizados acompanhamentos através de visitas, atendimentos socioassistencial, psicológico ou interdisciplinar.

5.6 A VIOLENCIA DE GÊNERO EM BLUMENAU COM O FOCO NOS HOMENS

Para a realização deste estudo, foi feito um levantamento de dados nos prontuários de atendimentos de 125 homens que participaram das atividades do grupo entre junho de 2004 – quando se iniciaram as atividades com o grupo de homens – a junho de 2012. Este material do levantamento permite ter a compreensão das características destes homens, no contexto onde estão inseridos.

No entanto, faz-se necessário esclarecer que estes dados possuem limitações, já que não se dispõem de dados e pesquisas acerca de homens relacionados à violência de gênero no município de Blumenau, reconhecendo que, além de aspectos como profissão, idade, estado civil, uso de SPA, tipo de violência que cometeram, existem outras características que este breve perfil não contempla, como por exemplo, aspectos culturais, econômicos da cidade e região, história familiar e social, que podem também fazer conexões com a violência de gênero.

Para a caracterização do perfil dos homens, procura-se identificar a idade, profissão, escolaridade, se possuem história de dependência química, que tipo de droga utilizam ou que tipo de substância psicoativa (SPA), se eram casados no momento em que foram atendidos ou se estavam separados, qual era o estado civil quando foram desligados do programa ou, se ainda continuam em atendimento, qual o estado civil atual e qual o tipo de violência cometido por eles, relatada nos Boletins de Ocorrência ou nos prontuários de atendimentos. Nestes documentos constam informações sobre o atendimento prestado à família a partir do PPVCDI, o relato formulado no ato da denúncia, além de outros dados que permitiram traçar um rápido perfil da violência relatada pela companheira (ou ex-companheira) nos serviços de atendimento (delegacias, casa abrigo) por onde ela passou.

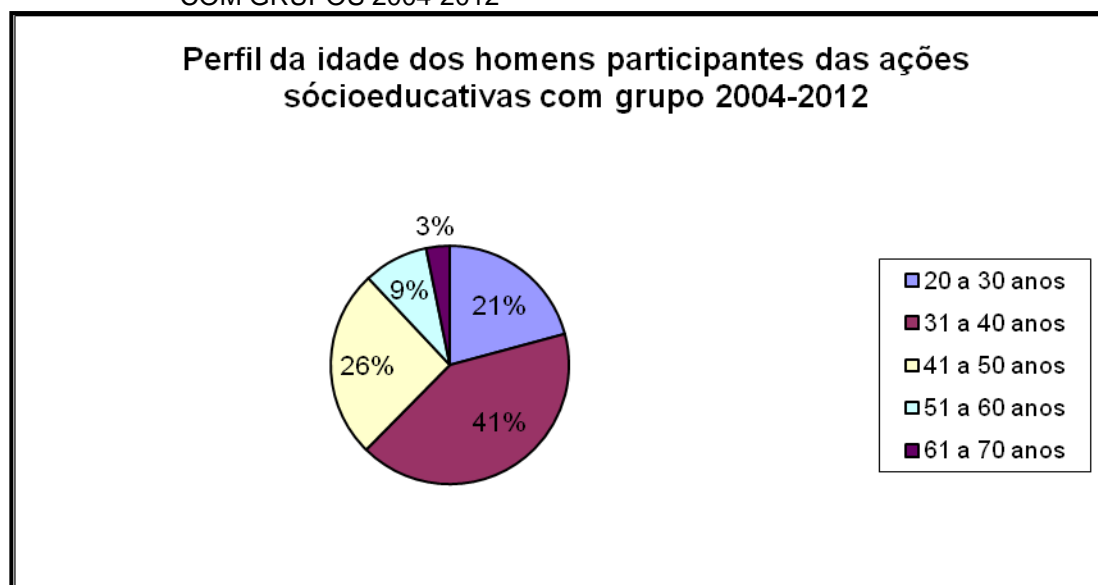
Conforme o gráfico 1, apresentado mais adiante, a faixa etária com maior índice de ocorrência é dos 30 a 40 anos, equivalendo a 41% dos homens; outros 26% têm em média de 41 a 50 anos, e 21% têm menos de 30 anos. Estes números nos permitem afirmar que cerca de 88% são homens jovens que têm menos de 50 anos de idade. Este dado poderia trazer algumas indagações tais como: Será que os homens com menos de cinquenta anos possuem relações mais violentas com suas companheiras? Haveria alguma questão geracional na violência de gênero? Será que tais resultados estariam associados a questões de competição, posse, poder, honra, virilidade, aspectos capazes de gerar inseguranças, medo, baixa autoestima, portanto, violência na relação conjugal?

Nesse sentido, Muszkat (1998), ao desenvolver uma pesquisa com famílias em situação de violência, traz alguns apontamentos e características dos homens que cometem violência. Entre elas, destaca uma forte ligação entre virilidade e violência, onde o domínio e o controle são os meios utilizados pelos homens violentos. Nolasco (1995) argumenta sobre o imaginário masculino e as ideologias de guerra, em que os meninos são estimulados a constituir sua identidade com

características de força física e espírito guerreiro, aspectos presentes na visão de mundo masculina, que prega a defesa da sua honra e poder.

Estes homens seriam violentos porque as mulheres são permissivas em relação à violência, já que algumas delas convivem com a violência há anos e não buscam ajuda, ou ainda, compreendem a violência como natural, com o pensamento de que “mulher deve apanhar mesmo”? Estes aspectos sugerem, de imediato, outras questões, tais como: é possível que se fale de capacidade de interromper ciclos da violência por parte dos serviços de apoio? É possível pensar nestas mulheres como agência de si, autônomas para agir por si mesmas, com empoderamento e maximização do poder de agir? Elas poderiam ter uma reaproximação de si, como capacidade afetiva, psíquica e intelectual? Estes homens agem porque se sentem injuriados, prejudicados, ofendidos em sua posição de masculinidade quando impetram práticas de violência?

GRÁFICO1 – IDADE DOS HOMENS PARTICIPANTES DE AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS COM GRUPOS 2004-2012



FONTE: O autor (2012) *

*NOTA: Dados coletados dos prontuários de atendimentos referentes ao Programa de Prevenção e Combate a Violência Doméstica e Intrafamiliar durante os anos de 2004 a 2012. Blumenau, SC.

Quanto à questão profissional, cerca de 33% são trabalhadores da construção civil, cujas atividades laborais estão relacionadas à força física. Este dado ainda precisa ser amadurecido, pois traz consigo diversos aspectos que podem ser relevantes no campo da violência de gênero, já que é comum definir o masculino por sua força, virilidade, potência, robustez e insensibilidade, embora se saiba que a

presença de estereótipos não está, necessariamente, em todos os contextos de compartilhamento da experiência sobre o masculino. Este fato seria gerador de uma *hexis* corporal, baseada no conceito de Bourdieu (1996)¹⁶, assim, estes homens teriam introjetado uma *hexis* própria de homens brutos, pouco intelectualizados, fortes fisicamente, e com baixa autoestima. Estariam eles, portanto, sujeitos a serem violentos? O homem teria uma estrutura psíquica diferente? Essas disposições físicas expressas pelo corpo e pelo comportamento são fatores condicionantes da violência de gênero?

Embora, no caso de Bourdieu, seja visível o esforço em romper com a dicotomia natureza-cultura, não se pode deixar de observar uma boa dose de biologização nestas afirmações e contrapartes, que são acadêmicas em muitos autores, e popularmente disseminadas. Seguramente, faltam mais complexos e profundos estudos, sobretudo sobre sexualidade masculina e reprodução, o que, segundo Gutmann (2009), poderia contribuir para desafiar a conclusão comum de que a permissividade masculina e a relativa reserva feminina são, em parte, inatas. Essa situação não se deve a preconceitos feministas reversos contra os homens, mas à totemização geral da sexualidade masculina, que é compartilhada em nossa cultura. Para Gutmann (2009), em uma época de psicologia evolucionista e de medicalização de toda maneira dos alegados processos corporais - a crença na hipersexualidade dos homens tem, em muitos contextos culturais, se tornado nada mais do que uma ilusão totêmica tratando da sexualidade masculina como uma sexualidade naturalizada, fixada e inteiramente distinta da feminina.

De fato, muitas teorias feministas de desigualdade de gênero ajudam a dar um arcabouço dentro do qual se é capaz de desenvolver os estudos de masculinidade e reprodução, mas essa crença pode ter contribuído para que a mulher fosse considerada menos cultural e mais moldada pela natureza.

O equivalente a estas crenças sobre a mulher se encontra, por exemplo, em Stoller (1978), quando afirma que a mãe, como ser socialmente inscrito em uma cultura, legisla minuciosamente sobre a dicotomia dos gêneros, e que, muito cedo, estabelece diferenças e distinções no seu trato com o bebê menino ou menina. Portanto, a menina se orgulha da semelhança (equivalência com o seu modelo),

¹⁶O conceito de *hexis* corporal é definido por Bourdieu como uma dimensão que possibilita a internalização das consequências das práticas sociais e de sua exteriorização através do modo de falar, andar, gesticular, olhar dos agentes sociais.

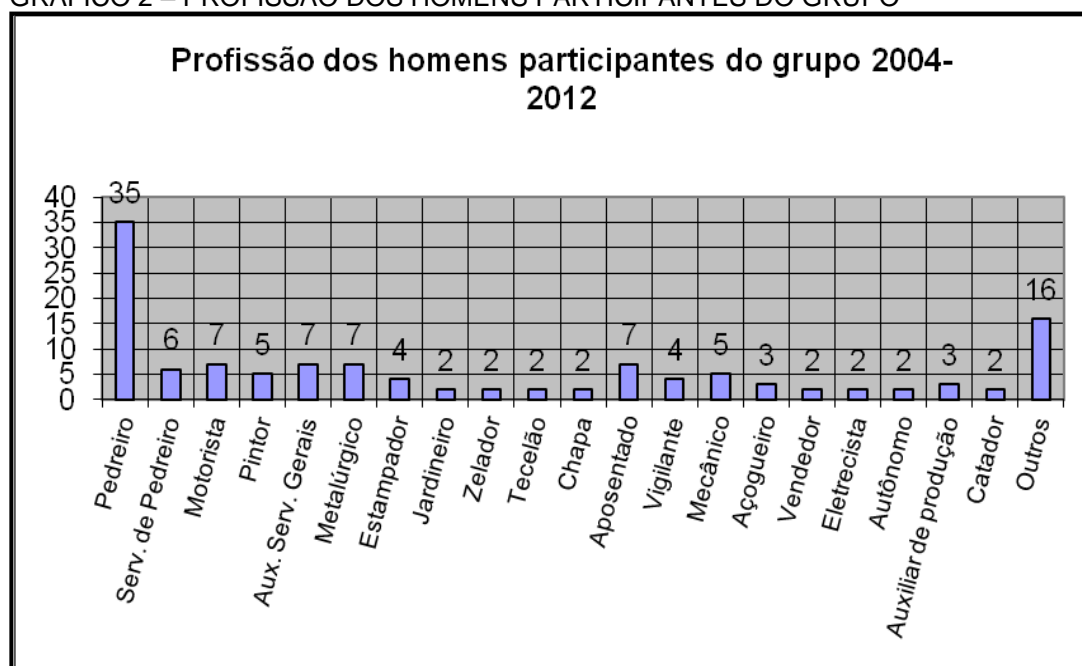
embora, para o mesmo autor, esta relação se apresente ambivalente, e ele se mantenha com um pé no biológico como determinante.

Assim, em Stoller (1978), ao pensar o que constitui a base que norteia as ordens simbólicas, revela-se através de aspectos minuciosamente estruturados a construção do sujeito. A partir desta lógica, se produziria um importante aprendizado para a subjugação e a dependência. E, ao contrário, o menino produziria uma identidade cultural própria, livre da inferioridade e, portanto, superior, comumente associando superioridade à violência. Mas, como pensar a baixa autoestima, tão apresentada nos estudos sobre violência de gênero? Seria ela efeito do mesmo sistema, ou estamos falando de outros processos, que de fato não são dicotômicos, apesar do compartilhamento dessas crenças?

Esta desnaturalização é um processo difícil e vai além de qualquer abordagem de ordem psicanalítica. Cabe dar voz à narrativa de si a estes homens, para não aprisionar estes discursos em marcas da subjetividade fora da responsabilidade ética, que faz demandar sentidos no interior do seu próprio narrar e do seu sentir, e da garantia dos direitos humanos. Não é de uma história psicológica, ou biológica, uma função da vida privada de hábitos animais ou fecundidade vegetal que se fala. E, sim, fala-se de relações desiguais, violentas, e que comprometem a família, os amigos, a vida de mulheres e seus filhos. Como desmascarar os seus efeitos é parte do mesmo processo de mostrar como tudo isso se constitui: tarefa impossível de todo, neste momento.

O gráfico 2 demonstra que a maior parte dos homens exerce atividade manual. Diante desta constatação, poderia se dizer que o universo de homens intelectualizados (portadores de conhecimentos e de palavras bem postas, ponderadas, flexíveis, tolerantes, democráticos) é menos violento? Isso se deveria ao fato de serem conhecedores de direitos e portadores de uma *hexis* corporal que não se baseia em violência pela força? Neste caso, a violência se reserva aos homens considerados sem instrução? E as sutilezas do artista, ou do acadêmico, ou do intelectualizado de classe média, ou do empresário não contariam? Eles fazem sedução e não violência, falam baixo e só gritam quando não podem ser ouvidos por seus pares, participam das estruturas de violência, mas consideram normal que assim o seja?

GRÁFICO 2 – PROFISSÃO DOS HOMENS PARTICIPANTES DO GRUPO



FONTE: O autor (2012) *

*NOTA: Dados coletados dos prontuários de atendimentos referentes ao Programa de Prevenção e Combate a Violência Doméstica e Intrafamiliar durante os anos de 2004 a 2012. Blumenau, SC.

De acordo com os arquivos do PPCVDI, os dados do gráfico 2 poderia conduzir, facilmente, por estes caminhos de afirmações, de que a violência de gênero está associada a um perfil de trabalhador que não é intelectualizado, um trabalhador habituado à força bruta. Estes dados poderiam se somar à baixa escolaridade e, portanto, caracterizar um perfil facilmente essencializado com ideias como: homem trabalhador braçal, com baixo salário e baixa escolaridade revela o perfil dos autores de violência de gênero? Ou homem jovem, conforme dados do gráfico 1?

O fato de que, neste trabalho, o perfil masculino tenha estas características, não se permite dizer que a violência, quando possuidora dos elementos que a caracterizam como violência de gênero, é impetrada sempre por homens com este perfil. Assim, precisa-se considerar que a forma como o homem vive e sente sua masculinidade, e como ele se sente atingido pela companheira, pode estar interferindo em sua percepção de mundo, em seu desejo de controle, em sua vingança, ou no amor que ele é capaz de elaborar. A vontade de sair, expressa por sua companheira, bem como a de ter uma profissão, sonhar, ter liberdade, ascensão profissional, e ter a capacidade de viver a vida, com relação a diversos aspectos

como sua sexualidade e seu desejo, podem estar imbricando tensões e resultando no ato da violência.

Como não diz respeito só à classe, geração, perfil profissional ou escolaridade, os aspectos parecem revelar conteúdos que são de outra ordem, como: sentimento de inferioridade, honra, domínio, poder, virilidade e mando. Quando um menino nasce, o seu referencial é atribuído a um modelo de macho, cujo processo inicia com mecanismos de negação de toda e qualquer demanda afetiva.

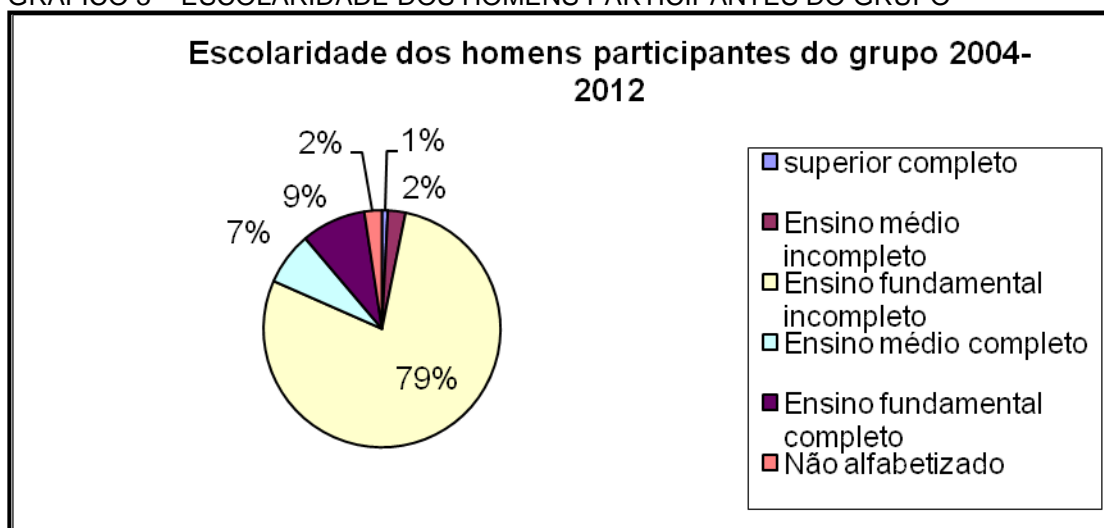
Nas crenças compartilhadas em nossos contextos, não é incomum fazer referência aos genitais, à força, aos apetites predadores, vorazes, à avidez de animal que se atira sobre a presa, que persegue a presa afincadamente; que ataca outras aves ou animais, que conquista o outro. Existem, em todo o mundo, crenças sobre esses apetites vorazes dos homens. Chega-se a afirmar, em alguns círculos acadêmicos de psicólogos evolucionistas, que foram descobertos os motivos primordiais da licenciosidade masculina. Uma compulsão interna dos machos para espalhar a semente, segundo Gutmann (2009). Evidentemente, não se compartilha, neste trabalho, de uma perspectiva essencializada, desta maneira, que considera biologizante ou psicologizante, e que também é criticada por Gutmann (2009). Porém, não se pode negar a relação de violência nestas relações, e sequer os elementos culturais que nela estão engendrados, como efeitos de um mesmo discurso, seja ele psicológico, biológico, moral, social ou cultural. São explicações sobre complexidades que, por vezes, reduzem o campo analítico, mas isto não pode despolitizar e negar a realidade, já que a violência segue sendo praticada sobre as mulheres. Este efeito de poder necessita destas estruturas binárias, duais e, inclusive, destes discursos sobre as diferenças, para se produzir tal qual se manifesta, e são causa e efeito ao mesmo tempo (FOUCAULT, 2006).

Nestas formas de perceber e, conseqüentemente, engendrar práticas sociais, ao mesmo tempo em que meninos e meninas são educados de formas diferentes, os meninos são desde cedo orientados a agirem como provedores e protetores, treinados para lidar com o sofrimento, sem chorar suas dores físicas e emocionais. E, embora não seja verdade que o homem não sinta dor, sua expressão como um exercício cultural é atribuída às mulheres. O homem deve ignorá-la, sob pena de ser desvirilizado e inferiorizado, pior, relegado ao mundo das mulheres. Portanto, a violência masculina também é estimulada pela educação: o menino deve revidar se

apanhar, como também deve praticar esportes em que a violência sempre esteja presente e é aceita. Desta maneira, também está imbricada uma imagem identitária masculina ligada ao não ser homossexual, mulher, mas sim, a ser forte, capaz e protetor, violento, decidido e corajoso (BRAZ, 2005).

Nesse contexto, a escolarização destes homens pode estar relacionada às possibilidades profissionais, pois o gráfico 3 demonstra que 79% possui ensino fundamental incompleto, sendo este aspecto relevante, uma vez que a instituição escolar se constitui como um instrumento que influencia no processo de formação e de construção do sujeito.

GRÁFICO 3 – ESCOLARIDADE DOS HOMENS PARTICIPANTES DO GRUPO



FONTE: O autor (2012)*

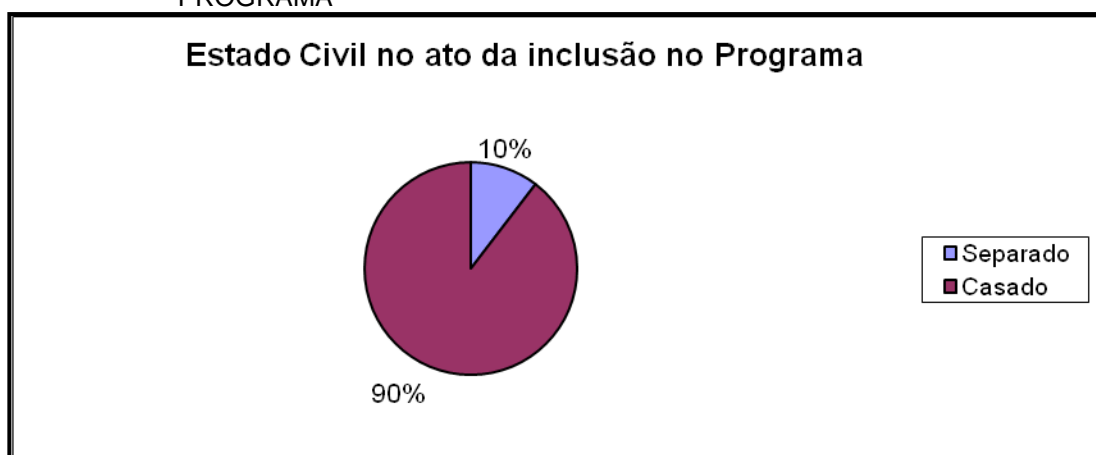
*NOTA: Dados coletados dos prontuários de atendimentos referentes ao Programa de Prevenção e Combate a Violência Doméstica e Intrafamiliar durante os anos de 2004 a 2012. Blumenau, SC.

Em compensação, o empoderamento, o dar respostas objetivas diante da vida, faz com que ele desenvolva um comportamento que corresponda às exigências sociais, mantendo, frente a elas, atitudes de senhorilidade e força (NOLASCO, 1995). Ou ainda, afirmar que os homens se sentem compelidos a competir por recursos, *status*, domínio e controle das parceiras sexuais, estando propensos a perpetuar a violência para assegurar o sucesso (NOLASCO, 2001). Não atingindo estes objetivos, estariam sob o risco de serem percebidos como perdedores, inferiores ou ainda estariam desonrados? Sendo esta uma hipótese, podem estar expressando o sentimento de raiva em relação ao que idealizam sobre seu poder a sua vontade, na forma de agressões, que se desenvolvem, em sua maioria dentro

da relação de casamento, como é possível visualizar no gráfico 4. Este aspecto talvez pudesse ser pensado dentro da lógica simbólica da senhorilidade, da continuidade dos modelos de autoridade e de mando, como constituídos e constitutivos dos sistemas culturais que fazem o masculino. Deste modo, o desafio seria trabalhar o caldo cultural, tão difícil, tão sutil por vezes, e que se produz dentro da cultura como sistemas violentos que se organizam e são produtivos em seus efeitos, já que se tornam úteis ao sistema que eles produzem.

Com relação ao estado civil no momento em que estes homens foram atendidos no PPCVDI, 112 eram casados ou viviam em união estável, correspondendo a 90%, e 13 deles (o equivalente a 10%) estavam separados. Através deste dado, é plausível afirmar que a violência de gênero ocorre, na sua maioria, com aqueles que estão casados ou vivem em união estável, sendo que ela ocorre em menor escala nos casais que já se separaram, como se constata no gráfico 4.

GRÁFICO 4 – ESTADO CIVIL DOS HOMENS NO MOMENTO DA INCLUSÃO NO PROGRAMA



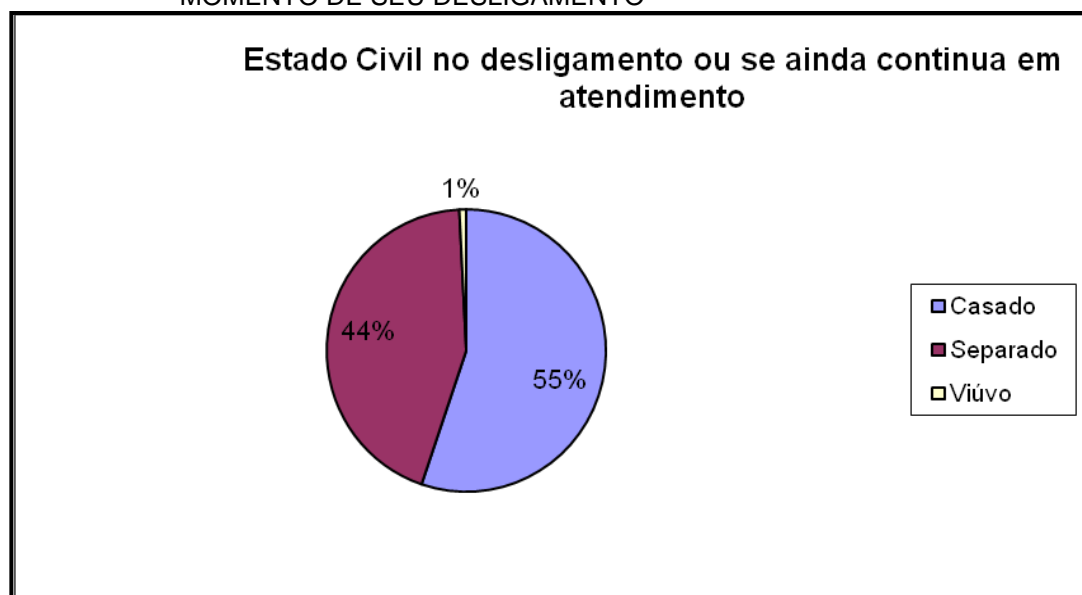
FONTE: O autor (2012)*

*NOTA: Dados coletados dos prontuários de atendimentos referentes ao Programa de Prevenção e Combate a Violência Doméstica e Intrafamiliar durante os anos de 2004 a 2012. Blumenau, SC.

Assim, ao identificar o percentual de separações após o ingresso da família junto ao serviço, é possível problematizar se a ruptura com a violência estaria, em parte, associada com a ruptura conjugal, pois apenas 55% continuam em união estável (gráfico 5). Isso traz algumas implicações que permeiam o processo de ruptura com a violência. A separação do casal seria uma forma eficaz de romper com o ciclo da violência? Porque estes homens se manifestam mais violentos em

situação de conjugalidade? Eles acreditam que, com outras companheiras, tudo seria diferente? Seria a relação com sua companheira o fator desencadeador da violência?

GRÁFICO 5 – ESTADO CIVIL DURANTE A PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA OU NO MOMENTO DE SEU DESLIGAMENTO



FONTE: O autor (2012)*

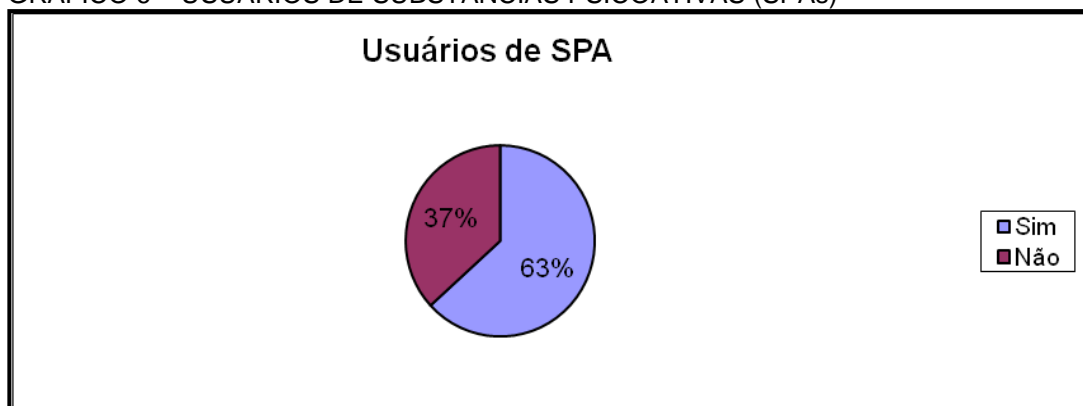
*NOTA: Dados coletados dos prontuários de atendimentos referentes ao Programa de Prevenção e Combate a Violência Doméstica e Intrafamiliar durante os anos de 2004 a 2012. Blumenau, SC.

Ou este perfil pode estar associado ao fato de que os homens que possuem atividades profissionais de nível intelectual são conhecedores de seus direitos e deveres e agredem suas companheiras em proporção muito menor? Ou ainda, seria a violência contra a mulher tão absurda, que as famílias com nível profissional mais intelectualizado omitem as situações de violência para não torná-la pública?

Pensa-se que esta rede é mais complexa porque envolve a instituição familiar mais ampla, e as tecnológicas de si, como discurso e representações que se sustentam em posições de dominância e subordinação. São mecanismos que se moldam e multiplicam os desejos em vez de reprimi-los, que geram e condicionam energias em direção a práticas de violência, ao mesmo tempo que de culpa e subordinações. Este poder se espalha e não pode ser pensado como repressivo, mas como constitutivo de muitas posições e narrativas. Este discurso e esta prática de violência ou de subordinação produz sujeitos enredados, coniventes e essas forças sustentam seus efeitos: a violência.

No gráfico 6, visualizam-se os dados referentes à dependência química, relacionada ao uso de drogas lícitas e ilícitas. Dos 125 homens autores de agressão, 79 (63%) são dependentes químicos ou estavam sob o uso de substâncias químicas no momento em que agrediram suas companheiras. Este é um dado relevante, pois embora não se possa afirmar que o uso de drogas lícitas ou ilícitas, ou SPAs, seja um fator que gere violência, não é impossível deduzir que o uso destas substâncias possa desencadear formas explícitas de violência de gênero.

GRÁFICO 6 – USUÁRIOS DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS (SPAs)



FONTE: O autor (2012) *

*NOTA: Dados coletados dos prontuários de atendimentos referentes ao Programa de Prevenção e Combate a Violência Doméstica e Intrafamiliar durante os anos de 2004 a 2012. Blumenau, SC.

Entre as características já descritas a respeito dos homens que agredem suas companheiras, o alcoolismo se faz presente entre os dados relevantes. No Brasil, o primeiro levantamento nacional sobre os padrões de consumo de álcool, realizado pela Secretaria Nacional Antidrogas em 2007, afirma que 52% dos brasileiros acima de 18 anos bebem, pelo menos, uma vez ao ano. Entre os homens, o índice é de 65%, e entre as mulheres 41%. Dos homens, 11% bebe todos os dias e 25% consome bebidas alcoólicas de uma a quatro vezes por semana (BRASIL, 2007).

Ao analisar a violência de gênero e a dependência química, não se pode concluir que uma está associada à outra, no entanto, este dado deve ser considerado, tendo em vista que a dependência de álcool é um problema de saúde, e, portanto, deve ser tratado.

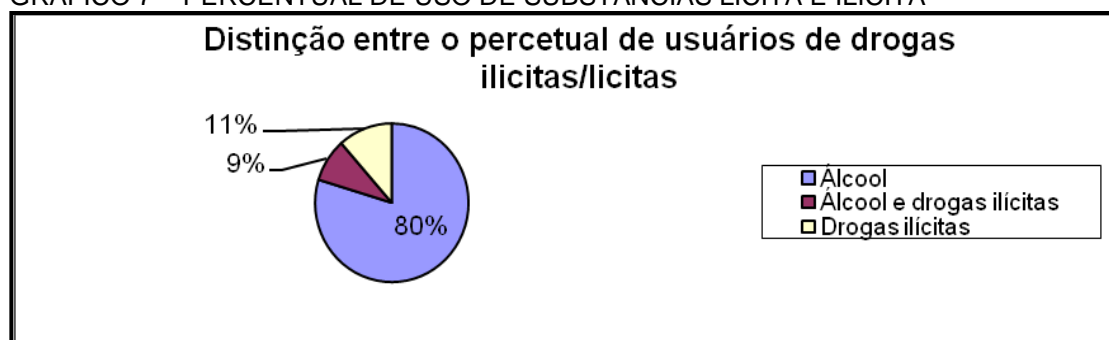
As implicações deste problema, com dimensões incalculáveis, devem ser permanentemente discutidas. As relações entre a violência de gênero e o uso não somente de álcool, mas de SPA, é um desafio para a área de saúde, bem como para

as esferas políticas e cabe a ambas as áreas o planejamento de medidas protetivas, intervencionistas, ou, ainda, a internação compulsória.

A associação entre dependência química e violência de gênero parece abrir precedentes para uma compreensão mais ampla sobre ambas, no entanto, deve-se ter atenção, pois a dependência pode agir como minimizador do ato de violência cometido, assim como limitar as possibilidades de discussão sobre o mesmo (MEDRADO, GRANJA, 2009).

O gráfico 7 mostra que dentre os 79 homens dependentes químicos, 63 (80%) são usuários de álcool, e 7 (9%) são usuários de álcool associado a outras drogas ilícitas, restando 9 (11%) homens que são usuários somente de drogas ilícitas.

GRÁFICO 7 – PERCENTUAL DE USO DE SUBSTÂNCIAS LÍCITA E ILÍCITA



FONTE: O autor (2012) *

*NOTA: Dados coletados dos prontuários de atendimentos referentes ao Programa de Prevenção e Combate a Violência Doméstica e Intrafamiliar durante os anos de 2004 a 2012. Blumenau, SC.

Observa-se, na Tabela 1, que 63,2% dos homens participaram de até cinco reuniões. Considerando o esforço realizado pelo programa e o retorno dado pelos homens, poder-se-ia pensar os motivos que levam o homem a não aderir (em sua maioria) às atividades de grupo. Seria a exposição pessoal, a vergonha, ou questões ligadas à homossexualidade os fatores que os levaria a não participarem de um grupo de homens que agrediram as suas respectivas companheiras? No caso dos frequentadores, eles estariam frequentando o programa como uma estratégia para recuperar as companheiras, ou para que elas voltem para casa? Podem ser inúmeros os motivos que levam um homem a ingressar, e permanecer – ou não – numa reunião de um grupo de homens que agrediram suas respectivas companheiras. Alguns destes motivos serão problematizados no decorrer da pesquisa e da análise.

Considerando que a margem dos que participaram em mais de cinco reuniões quase se iguala aos que participaram de mais de dez reuniões, poder-se-ia dizer que os homens que participam em mais do que cinco reuniões aderem de forma mais efetiva, podendo ultrapassar as dez reuniões. Com relação a este aspecto, pode-se sugerir que o percentual dos homens que frequentam, junto com o grupo, mais de cinco reuniões (36,8 %) é relativamente alto, considerando que estes homens são convidados a participar das atividades de grupo de forma espontânea, isto é, sem determinação judicial.

TABELA 1 – FREQUÊNCIA DE PARTICIPAÇÕES DOS HOMENS NOS GRUPOS

Quantidade de reuniões	Homens/números	Homens%
Até 5 reuniões	79	63,2
De 6 a 10 reuniões	22	17,6
Mais de 10 reuniões	24	19,2
Total	125	100

FONTE: O autor (2012)*

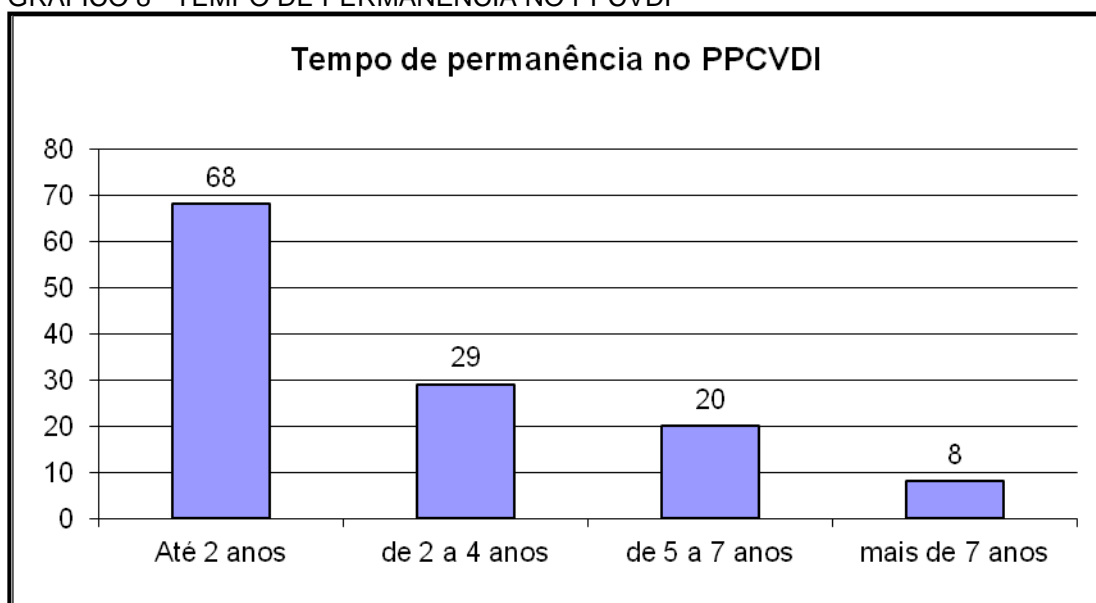
*NOTA: Dados coletados dos prontuários de atendimentos referentes ao Programa de Prevenção e Combate a Violência Doméstica e Intrafamiliar durante os anos de 2004 a 2012. Blumenau, SC.

Outro elemento a ser considerado, está relacionado ao tempo de permanência no atendimento junto ao PPCVDI. Conforme o gráfico 8, 54,4% dos homens permaneceram em atendimento até dois anos, 23,2% até quatro anos, 16% até sete anos e 6,4% mais de sete anos.

Os dados do gráfico 8 também mostram que 35,6% das famílias dos homens que frequentaram ou ainda frequentam as atividades de grupo do PPCVDI, permaneceram vinculadas ao atendimento por mais de dois anos. O que isso quer dizer? Este tempo de permanência das famílias em atendimento estaria apenas vinculado à metodologia deste serviço? Que critérios são utilizados para o desligamento destas famílias? Seria a ruptura com a violência sofrida? Que características e quais aspectos permeiam as relações de violência de gênero?

Ao analisarmos estes dados, muitas são as questões imbricadas, no entanto, poder-se-ia dizer que a violência de gênero esta conectada aos valores de construção do sujeito? Ou a ruptura com essa violência de gênero está associada à mudança no âmbito das experiências com masculinidades e feminilidades? Isto está enraizado nas relações de gênero?

GRÁFICO 8 - TEMPO DE PERMANÊNCIA NO PPCVDI

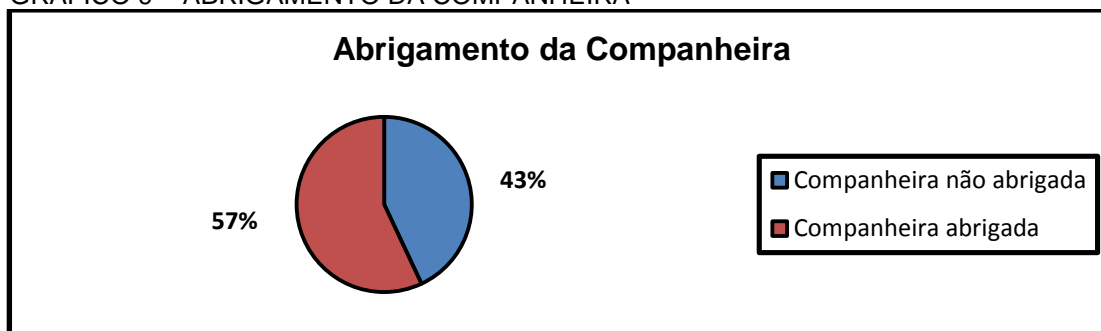


FONTE: O autor (2012) *

*NOTA: Dados coletados dos prontuários de atendimentos referentes ao Programa de Prevenção e Combate a Violência Doméstica e Intrafamiliar durante os anos de 2004 a 2012. Blumenau, SC.

Conforme o gráfico 9, é possível visualizar que a companheira de 71 (57%) destes 125 homens participantes das atividades de grupo foi abrigada devido à situação de risco de morte impetrada por eles.

GRÁFICO 9 – ABRIGAMENTO DA COMPANHEIRA



FONTE: O autor (2012)*

*NOTA: Dados coletados dos prontuários de atendimentos referentes ao Programa de Prevenção e Combate a Violência Doméstica e Intrafamiliar durante os anos de 2004 a 2012. Blumenau, SC.

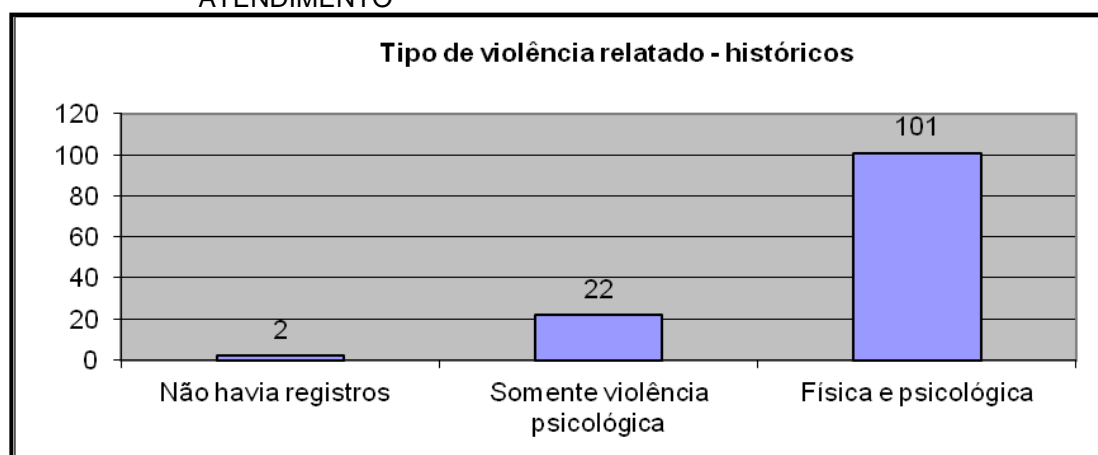
A seguir, apresentam-se os dados sobre o tipo de violência cometida por estes homens, conforme relatado nos Boletins de Ocorrência e nos históricos de atendimento da Casa Eliza (educadores) e pelos técnicos (psicólogos e assistentes sociais) do PPCVDI. Ao olhar estes dados, deve-se considerar que o relato da violência é produzido em momentos diferentes e por instituições diferentes. Analisar o relato de uma mulher no momento em que ela vai à delegacia, fato que ocorre

após a agressão, pode ter características muito particulares em termos de sofrimento, intensidade de linguagens, percepções, raivas, dores, ressentimentos e conteúdos. É um relato muito intenso, com dor e com poucas palavras. Considera-se, ainda, que quem escreve o relato, ou quem recebe o relato, nem sempre o faz com os elementos de complexidade necessários para expressar o sentimento, a dor ou a gravidade do fato, ou seja, de forma objetiva, mas que retrate dados aproximados da narrativa. A acolhida de uma mulher na delegacia é de fundamental importância, já que é ali que se dá início a todos os encaminhamentos jurídicos. Talvez não ocorra, nestes relatos, o espaço do contraditório, da ambiguidade, que são ferramentas de elaboração da dor. Ou, talvez, quem acolhe não tenha complexidade interpretativa para perceber os elementos envolvidos e seus significados complexos.

Já na Casa Eliza, no momento em que a mulher dá entrada, é feito uma acolhida, geralmente realizada por uma educadora, que anota um breve histórico da violência que ocasionou o abrigo, além de outras informações pessoais. Os atendimentos realizados pelos técnicos (assistentes sociais e psicólogos) geralmente ocorrem alguns dias depois do abrigo.

No gráfico 10, observam-se dados sobre o tipo da violência relatada pelos técnicos nos históricos de atendimento. A violência psicológica representa 17,6%, as violências física e psicológica somam 80,8% e em 1,6% (2 casos) não houve registro da forma de violência cometida.

GRÁFICO 10 – TIPO DE VIOLÊNCIA PRATICADA REGISTRADA EM HISTÓRICOS DE ATENDIMENTO



FONTE: O autor (2012) *

*NOTA: Dados coletados dos prontuários de atendimentos referentes ao Programa de Prevenção e Combate a Violência Doméstica e Intrafamiliar durante os anos de 2004 a 2012. Blumenau, SC.

Os dados do gráfico 11 demonstram que 80,8% dos homens cometeram violência física e psicológica, sendo que 10,9% destes também praticaram violência sexual contra suas companheiras, isto é, dos 101 homens pesquisados, 11 deles, além da violência física e psicológica, também cometeram violência sexual, lembrando que este dado foi extraído dos históricos de atendimento¹⁷.

GRÁFICO 11 – TIPO DE VIOLÊNCIA PRATICADA



FONTE: O autor (2012)*

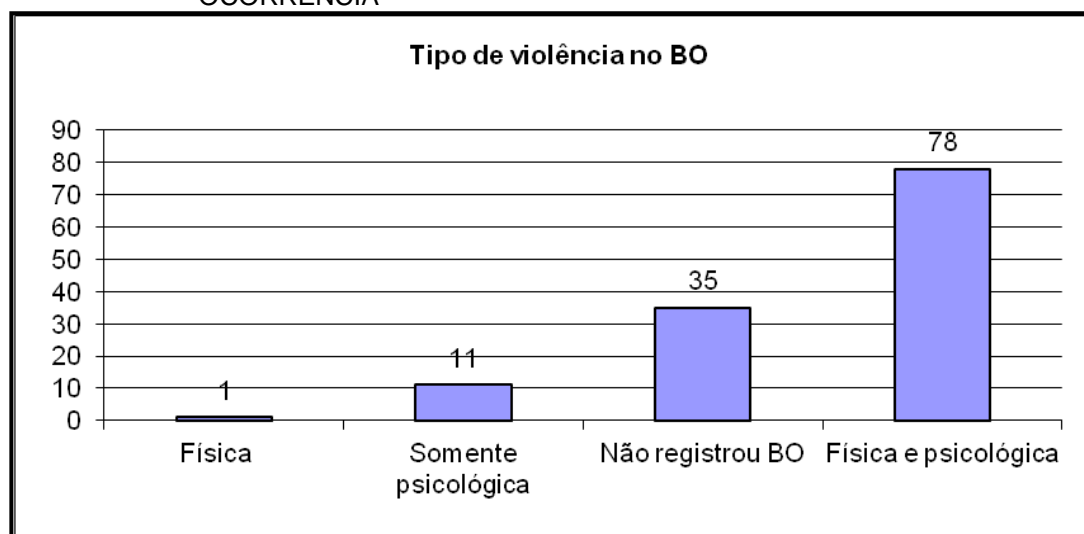
*NOTA: Dados coletados dos prontuários de atendimentos referentes ao Programa de Prevenção e Combate a Violência Doméstica e Intrafamiliar durante os anos de 2004 a 2012. Blumenau, SC.

Estes dados se diferenciam quando observados os relatos dos Boletins de Ocorrência, conforme o gráfico 12. Em 62,4% dos casos, há registro de violência física e psicológica, ao passo que em 28% não se registrou Boletim de Ocorrência. Em 8,8% dos casos foi relatada violência psicológica e apenas em uma situação foi relatada somente violência física. O fato não haver registro de Boletim de Ocorrência em 35 agressões cometidas revela que, juridicamente, estes homens autores de violência ficam ilenos de sua responsabilidade diante dos relatos de violência registrados nos prontuários de atendimento, conforme demonstrado nos gráficos 10 e 11.

Outro dado relevante é que, dos 125 prontuários, houve registro em Boletim de Ocorrência de somente três situações de violência sexual, percentual menor do que o relatado nos históricos de atendimentos, onde 11 casos foram relatados.

¹⁷ Por históricos de atendimento são entendidos os arquivos documentais onde são registrados os atendimentos realizados pelos assistentes sociais, psicólogos e educadores da Casa Eliza.

GRÁFICO 12 – TIPO DE VIOLÊNCIA PRATICADA REGISTRADA EM BOLETINS DE OCORRÊNCIA



FONTE: O autor (2012) *

*NOTA: Dados coletados dos prontuários de atendimentos referentes ao Programa de Prevenção e Combate a Violência Doméstica e Intrafamiliar durante os anos de 2004 a 2012. Blumenau, SC.

5.7 A VOZ DA MULHER NOS BOLETINS DE OCORRÊNCIA E NOS HISTÓRICOS DE ATENDIMENTOS NO PPCVDI

As violências cometidas nos relatos se referem à ameaça com faca, ameaça de morte, hematomas, atear fogo em roupas, tentativa de sufocamento e até mesmo esfaqueamento da companheira. Estes dados vão ao encontro das formas de violência citadas nos estudos de Portela (2005), Menezes (2005), Dabat (2005), Teixeira (2009), Saffioti (1996), Fundação Perseu Abramo (2010), Simão e Toneli (2010) e Teixeira (2010). Já as expressões de violência contidas nos Boletins de Ocorrência contemplam ameaças de morte, ameaças de atear fogo na casa, ameaça de expulsar a mulher de casa e, em alguns casos, estas ameaças tornavam-se realidade. Além disso, há relatos de corte com faca em braço, queixo, agressão com violão, com cinta, socos e puxões de cabelo. Houve casos em que os homens jogaram roupas fora de casa, praticaram tentativa de sufocamento na frente dos vizinhos, bem como, em um dos casos, o agressor chegou a quebrar o braço da mulher. Trata-se, portanto, de diversas formas de agressão e de violência, com o uso de uma ampla diversidade de objetos para praticá-las.

A partir da experiência profissional do autor, que trabalha há dez anos como assistente social, é possível afirmar que são muitas as razões que condicionam uma mulher a permanecer numa situação de sofrimento, mas uma das mais citadas é o

medo de ser morta pelo companheiro, como se pode constatar nos relatos das vítimas, extraídos dos documentos pesquisados:

Relata a comunicante, que vive em união estável há cerca de 05 anos com o autor dos fatos, e que na data e local acima mencionados, seu Amásio estava em visível estado de embriaguez, e que lhe agrediu verbalmente com várias palavras de baixo calão. Então, deslocou-se até a casa de seus pais com seus filhos, logo após, o autor foi até o seu encontro e começou a lhe ofender na frente de seus familiares, bem como, quebrou alguns objetos da casa de seus pais, tentando lhe agredir, sendo que, então, deixou a residência no intuito de evitar ser agredida. OBS: a comunicante deseja receber medida protetiva para que o autor deixe a residência que coabitam. (Boletim de Ocorrência, Jan/2009).

Relata a comunicante que o autor, seu ex-companheiro, com quem viveu durante seis anos e têm dois filhos, foi até a residência da comunicante e perguntou para o irmão da vítima se ela estava em casa e, diante da negativa da resposta, o autor pronunciou as seguintes palavras: “então amanhã vai começar a ter morte”. Antes ainda, às 19h, em descumprimento à medida protetiva referente aos autos X, o autor foi à padaria onde trabalha a comunicante e pediu para falar com ela. (Boletim de Ocorrência, Ago/2009).

O relato apresentado traz algumas das formas de violência denunciadas no momento do registro do Boletim de Ocorrência. Esta mulher fez a denúncia por duas vezes e, nos dois casos, ela expôs situações de violência física e psicológica. A seguir, o relato da mesma mulher nos históricos de atendimento sobre a violência sofrida:

Realizado atendimento interdisciplinar com Sra. Nilce¹⁸. Verbaliza que a situação de conflito está muito delicada. Havia feito Boletins de Ocorrência diante da situação de violência. Em contato com Dr. Rose, da delegacia, foi agendado depoimento para Sra. Nilce nesta mesma data, no período vespertino.

Verbaliza que seu ex-companheiro, Sr. Gildo, algum tempo após ter saído do abrigo Casa Eliza, vem lhe seguindo/perseguindo, e que dia 30/08/2009, quando Nilce foi visitar seus pais, Sr. Gildo estava lhe aguardando. Ela já possui uma decisão judicial de afastamento dela e dos filhos, sendo que ele foi até a residência dos pais dela, de posse de uma faca, efetuando ameaças de morte. Diz, ainda, que foi acionada a PM. Agrediu a irmã com tapas e puxões. Quando Sr. Gildo agrediu a irmã, Sr.^a Nilce e o pai, em defesa, reagiram, agredindo o mesmo. Quando a PM chegou todos foram para a Delegacia registrar Boletim de Ocorrência. Após, todos foram liberados. Sra. Nilce e os familiares foram para casa onde Nilce estava residindo por medo de possíveis atitudes do Sr. Gildo. O mesmo a ameaçou e a sua irmã e a seu pai de morte. Em contato com Dra. Rose (Delegada), Sra. Nilce e seu pai iriam prestar depoimentos.

Nesta ocasião, Sra. Nilce foi incluída em programa de repasse financeiro para custear aluguel em outro bairro, mas, passados aproximadamente dois meses,

¹⁸ Todos os nomes são fictícios, para preservar a identidade de cada um dos personagens envolvidos.

Sr. Gildo descobriu o endereço. Sendo assim, a Sra. Nilce foi residir em outra cidade, acessou o benefício financeiro de R\$350,00 por seis meses, tendo por finalidade garantir o mínimo de suporte para estabelecer-se.

Conforme os históricos, o Sr. Gildo também recebeu atendimento interdisciplinar, com o objetivo de fazer uma reflexão sobre seu conflito com sua ex-companheira. Nos registros, constatou-se que ele “afirma que tem dificuldades em lidar com situação de conflito”. O mesmo participou de duas reuniões com o grupo de homens.

Os relatos das situações de violência trazem aspectos complexos e diversos, relacionados ao processo de construção das masculinidades e das feminilidades. Apresenta-se uma clara hierarquia de gênero, que são percepções, por vezes, muito essencialistas: amor e controle interagem fortemente em muitos desses processos, e de maneira ambígua ou contraditória já à partida. Ao mesmo tempo, estes sujeitos são produtores de sintomas (a violência), produzem significados e vulnerabilidades, e também sofrem seus efeitos. É uma experiência de poder do homem (“eu sou livre enquanto atrelo”), e da mulher (“eu me calo”). Esta violência é útil ao próprio sistema violento.

Abaixo segue histórico de um atendimento com uma ex-companheira de um dos homens participante das atividades de grupo:

Dona Angelina diz que se sente muito ameaçada pelo companheiro. Já está fora de casa desde o dia da agressão e se encontra na casa da filha. Tem medo de voltar para casa e ser esfaqueada, pois seu marido sempre guarda duas facas bem grandes debaixo do colchão. Foi parar no abrigo porque seu marido quis levá-la a força para casa. Tem medo que ele a mate. Sua filha diz que ela nunca mais vai voltar para o marido, pois já sofreu e apanhou muito dele, e que quer recomeçar uma vida nova. Diz que viveu 35 anos de casada não sabe como. Afirma que foi casamento arranjado pelo pai dela, e que nunca gostou do marido. O amor da vida dela é o pai da filha mais velha. Ela diz que casou grávida, mas seu marido, na época, não sabia, pensava ser dele a criança. Quando soube, começaram as agressões. Ela tem 5 filhos: uma menina de 13 anos, um menino de 14, outro de 24 que é alcoólatra e vive nas ruas, outro já falecido há 6 meses, de vírus HIV. E a filha mais velha, de 35 anos. (sic).

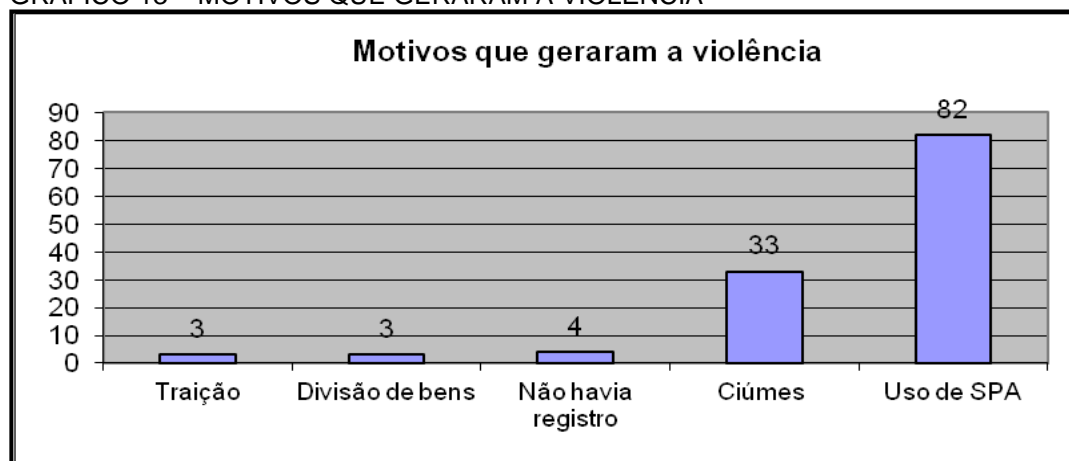
Este relato traz a história de Sra. Angelina, que estava há 35 anos casada. Ela revela a situação de conflito que estava presente quando começou a relacionar-se com seu ex-marido. Contou, ainda, que, grávida de outro homem, que o casamento fora arranjado por seu pai. Nestes 35 anos de convivência com o homem que a agrediu, tiveram 4 filhos (Ana, de 13 anos, Bernardo, de 14, Artur, de 24 e Jean, de 28). Jean faleceu recentemente, por ser usuário de SPA e portador de HIV,

Artur é morador de rua e usuário de SPA, Bernardo ficou sob os cuidados do pai, e Ana esta sob os cuidados da mãe.

Sra. Angelina é analfabeta e nunca trabalhou fora de casa. A família possuía sítio e a renda familiar era proveniente das plantações e do cultivo de hortaliças. Através destes relatos, observaram-se as formas de violência ao longo da história desta família. As dificuldades de convivência familiar, o abandono da casa pelos filhos e, por último, de Sra. Angelina, que depois de muitos anos, tomou a iniciativa de denunciar o companheiro. Ela também entrou com processo de separação e partilha de bens. Parte do terreno foi vendida e Sra. Angelina adquiriu uma casa onde foi residir com sua filha.

Em conformidade com os dados dos históricos de atendimentos e da ficha cadastral, percebe-se que o uso de SPA é um dos motivos de agressão mais frequentes (gráfico 13). Observou-se que 65,6% dos 125 prontuários pesquisados foram denunciados pela companheira, que aponta o alcoolismo ou uso de outro tipo de droga como causa da violência cometida pelo companheiro. 26,4% afirmaram que o ciúme foi o motivo que gerou a violência, 3,2% não registraram os motivos, 2,4% alegam divisão de bens e o mesmo percentual afirma que o motivo foi a traição.

GRÁFICO 13 – MOTIVOS QUE GERARAM A VIOLÊNCIA



FONTE: O autor (2012)*

*NOTA: Dados coletados dos prontuários de atendimentos referentes ao Programa de Prevenção e Combate a Violência Doméstica e Intrafamiliar durante os anos de 2004 a 2012. Blumenau, SC.

Schneider e Faria (2009) realizaram levantamento sobre o perfil dos usuários do Centro de Atenção Psicossocial - Álcool e Drogas – CAPS-AD de Blumenau entre 2005-2007. Estes autores afirmam que entre os anos de 2005 e

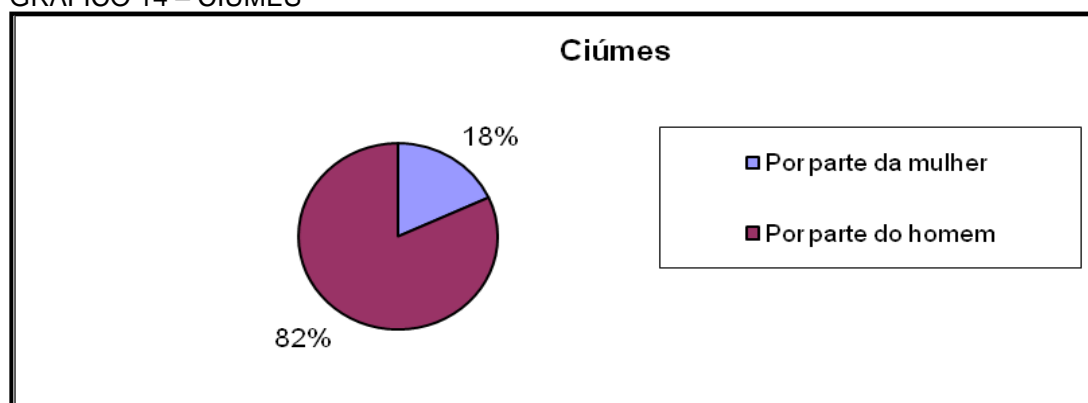
2007, ingressaram neste serviço 1122 usuários. Nestes três anos, foi observado um aumento constante na procura por este serviço, sendo que o número de adesões foi aumentando de 276 em 2005 para 378 em 2006 e para 468 em 2007. Desses usuários, 989 (88,15%) eram do sexo masculino e 133 (11,85%) do sexo feminino.

Dessa forma, ressalta-se que a população masculina é a mais atingida pelo problema da dependência de SPA, levando à consequente procura de tratamento. Sabe-se, no entanto, que questões culturais têm influência sobre o uso de SPA. Blumenau, por exemplo, realiza anualmente a Oktoberfest¹⁹, e ainda há muitas outras festas no mês de outubro na região, as quais incentivam o excessivo consumo de bebidas alcoólicas, sendo a cerveja e o chope as bebidas principais, portanto, indispensáveis das festas. Em Blumenau e região existem mais de dez cervejarias. Ainda que isso tenha uma forte influência na economia blumenauense, pode ocasionar o uso abusivo de bebidas alcoólicas e, certamente, as consequências deste problema de saúde virão à tona. Não se localizou, no entanto, estudos problematizando as conexões sobre o uso de álcool em Blumenau relacionado exclusivamente a aspectos culturais.

Constatou-se ainda que, das 33 situações em que o motivo que gerou a violência foi o ciúme, em 6 dos casos o ciúme partiu da companheira. Neste sentido, compreende-se a necessidade de problematizarmos a dinâmica da violência. Os dados indicam, então, que em 82% dos casos o ciúme foi por parte dos homens e em 18% dos casos foi por parte das mulheres (gráfico 14).

¹⁹Sua primeira edição foi realizada em 1984. Ela nasceu inspirada na maior festa da cerveja do mundo, a Oktoberfest de Munique, na Alemanha. Ostenta um número admirável: em suas 28 edições mais de 17 milhões de pessoas passaram pelo Parque Vila Germânica. Isto significa que um público superior a 700 mil pessoas, em média, por ano, participou da festa desde a sua criação. O segredo para este sucesso é simples: a Oktoberfest de Blumenau é um produto que se mantém autêntico, preservando as tradições alemãs trazidas pelos colonizadores há 160 anos. À noite, é no Parque Vila Germânica que todos se encontram e fazem da Oktoberfest um acontecimento incomparável. Todas as tradições alemãs afloram na sua máxima expressão, através da música, da dança, dos belos trajes, da refinada culinária típica e do saboroso chopp. Disponível em: <<http://www.oktoberfestblumenau.com.br/oktoberfest/historia>>. Acesso em: 31 dez. 2012.

GRÁFICO 14 – CIÚMES



FONTE: O autor (2012) *

*NOTA: Dados coletados dos prontuários de atendimentos referentes ao Programa de Prevenção e Combate a Violência Doméstica e Intrafamiliar durante os anos de 2004 a 2012. Blumenau, SC.

Com estes dados, pode-se ter uma breve noção sobre as características dos homens autores de agressão no PPCVDI, sinalizando quem são eles. O panorama traçado através das respostas revela que 63% são alcoolistas ou dependentes químicos e, na sua maioria, são jovens, visto que 88% têm menos de 50 anos de idade; apresentam baixa escolaridade, sendo que 79% não completaram o ensino fundamental; 90% são casados, 90% são autores de violência tanto física quanto psicológica e, na sua maioria, são trabalhadores em atividades manuais, sendo que 35% trabalham na construção civil.

Essa relação com os sujeitos é produzida por poderes dispersos na relação familiar, nas técnicas discursivas e agressivas que são utilizadas em um sujeito que facilmente tem como meta a defesa da sua honra, da sua palavra, do seu brio. Esse modo de ser masculino reproduz os elementos que nos informam sobre os processos de transformações ocorridas no sistema de poder e de subjetivação da sociedade contemporânea. Como a disciplina que, a cada dia, deixa de ser explicada e compreendida a partir da coação direta dos indivíduos e que se desloca por vezes, para uma estratégia de sedução emocional de manipulações de identidades, para agressões físicas, emocionais e psicológicas.

6 ANÁLISE DOS DADOS

Nos próximos itens serão analisados os dados coletados através das narrativas dos entrevistados, dos prontuários dos serviços de atendimento e dos Boletins de Ocorrência registrados.

6.1 AUTORES DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Nesta etapa, buscou-se visibilizar elementos que contribuam para a compreensão de como se dá a construção das masculinidades, porque se entende que muitos dos elementos que fundamentam a violência de gênero são constituídos nos e pelos mesmos processos que fazem a constituição das práticas e percepções de gênero dentro dos processos do instituído como masculino.

Para facilitar a compreensão de novos aspectos deste campo, far-se-á uma breve apresentação do perfil dos entrevistados.

Segundo os prontuários de atendimento no PPCVDI, estes homens são relativamente jovens, estando na faixa entre 22 e 43 anos.

Pietro, 37 anos, está separado há aproximadamente 8 meses, é pai de três filhos (11, 9 e 7 anos) da última companheira, e de dois filhos de relacionamentos anteriores. Trabalha como selador e possui renda formal de aproximadamente R\$1.100,00. Atualmente, reside com sua mãe, no mesmo condomínio onde reside a ex-companheira e os filhos. É dependente de álcool e, por diversas vezes, fez tratamento junto ao CAPS-AD. Está há seis meses sem consumir bebidas alcoólicas. Frequenta as atividades de grupo desde 2007. Coursou até a 6ª série do ensino fundamental.

Ciro, 47 anos, está separado há aproximadamente um ano e dois meses, desde que ateou fogo na casa onde residia com sua ex-companheira. Permaneceu preso por cem dias. Tem cinco filhos (6, 8, 11, 18 e 19 anos) e também uma enteada de 23 anos. É dependente de álcool, mas nunca fez tratamento. Desde que se separou não está mais fazendo uso de bebidas alcoólicas. Trabalha em empresa como pedreiro e recebe aproximadamente R\$1.050,00. Estudou até a 4ª série. Reside em casa cedida pelo seu patrão. Frequenta as atividades do grupo desde março de 2012.

Ari, 54 anos, está separado há aproximadamente 3 anos. Tem quatro filhos (4, 7, 10 e 13 anos), sendo que os três mais velhos estão sob seus cuidados há aproximadamente seis meses. Trabalha informalmente como servente de pedreiro. Possui renda equivalente a um salário mínimo e reside em casa cedida por familiares. Estudou até a 6ª série do ensino fundamental e frequenta as atividades do grupo desde março de 2012.

Antenor, 39 anos, está separado há aproximadamente dois anos e é pai de quatro filhos (6, 17, 18 e 20 anos). É dependente de álcool, faz tratamento e também já esteve internado em instituição terapêutica. Participa das atividades do grupo de homens desde 2006. Trabalha informalmente como pintor e recebe o equivalente a um salário mínimo. Reside na casa situada em terreno dos familiares (sua ex-companheira saiu da casa com os filhos). Estudou até a 4ª série.

Moisés, 36 anos, está separado há aproximadamente um ano. Tem quatro filhos (2, 5, 8 e 10 anos). Trabalha formalmente como auxiliar de serviços gerais e recebe aproximadamente R\$1.100,00. Atualmente, reside com outra companheira. Participa das atividades de grupo desde 2008. Estudou até a 7ª série do ensino fundamental.

Dos cinco entrevistados, quatro deles possuem emprego formal. Observou-se que, em muitos aspectos, esses homens que permanecem no serviço de atendimento se assemelham, por exemplo, no estado civil. Todos são separados e possuem filhos com suas ex-companheiras, ou seja, apesar da separação continuaram tendo contato com a mãe de seus filhos.

Outro ponto que chama atenção é o fato de que apenas dois deles estão morando em casa que é cedida por alguém. Isso pode mexer com seus valores de masculinidade, pois após sua separação, os mesmos ficaram em condições de submissão a alguém.

Nolasco (1995) traz aspectos referentes às características centrais sobre a masculinidade. Ele aponta que a masculinidade é medida pelo poder, pela riqueza e pelo sucesso adquirido pelos homens. Normalmente, depende do homem ser emocionalmente reservado; a dependência em momentos de crise requer que os homens não revelem seus sentimentos. Neste sentido, precisar de ajuda de outros para garantir a subsistência de seus filhos pode também influenciar na vida, no sentimento e na subjetividade desses homens.

A dependência de Substâncias Psicoativas (SPAs) aparece em três desses homens descritos acima. Apesar disto, não se pode vincular a violência de gênero ao uso de SPAs diretamente, pois esse é um dos fatores que potencializam os conflitos entre os indivíduos, porém não são as causas únicas desses.

Outro dado que chama atenção é a escolaridade desses homens, que não passa do ensino fundamental incompleto. Porém, não se pode generalizar e dizer que a violência de gênero ocorre nas relações entre indivíduos que não possuem um nível de escolarização mais avançado. Acredita-se que os resultados obtidos geraram este perfil porque o contexto desta pesquisa é o de um público alvo atendido pelos serviços do PPCVDI vinculado a Política da Assistência Social do Município. Pessoas com maior nível de escolarização possivelmente teriam renda mais alta, possuindo condições financeiras melhores e buscariam outros caminhos.

A seguir mencionam-se outros aspectos presentes na vida destes homens, os quais foram retirados dos relatos dos Boletins de Ocorrência e dos históricos de atendimento. São descrições realizadas pelos serviços de atendimento, e, ainda, as narrativas dos próprios homens sobre como viveram e executaram situações de violência de gênero. Para facilitar a organização do texto, subdividiu-se em cinco as categorias de análise que vão ao encontro dos objetivos propostos neste trabalho:

- 1) Características dos entrevistados, segundo registros nos Boletins de Ocorrência e históricos de atendimento no PPCVDI;
- 2) Elementos elencados nas narrativas das agressões praticadas;
- 3) Como se veem no ato da agressão;
- 4) Como se sentem com relação a abordagem policial, na delegacia ou Fórum;
- 5) Elementos do processo de construção de si relacionados à família de origem, escola, vida sociocultural e comunitária.

6.2 CARACTERÍSTICAS DOS ENTREVISTADOS SEGUNDO REGISTROS NOS DOS BOLETINS DE OCORRÊNCIA E HISTÓRICOS DE ATENDIMENTO NO PPCVDI

Nesta parte do trabalho, mostram-se aspectos que podem contribuir para o entendimento sobre como são constituídas as masculinidades dos homens autores

de violência de gênero. É importante compreender que o relato dos Boletins de Ocorrência é um registro realizado a partir da interpretação do que foi narrado ou denunciado. Nesse sentido, é notório que possui limitações, pouca ou pobre descrição, interpretações focadas de modo a, muitas vezes, impedir uma explicação objetiva e precisa dos fatos denunciados.

O atendimento interdisciplinar aponta o relato da mulher através do olhar técnico (da assistência social e psicologia), e traz impressões do que a mulher narra durante o atendimento, mas também revela o que se interpreta sobre o conteúdo da narrativa apresentada pela mulher.

Sendo assim, visibilizou-se a voz e a cara do serviço de atendimento ao homem autor de agressão, nos discursos e nos documentos aqui transformados em fontes, para compreender as narrativas de um vivido que possibilitem perceber as masculinidades presentes nas práticas de violência.

Cabe olhar atentamente, pois estes homens falam de si, mas também são produzidos pelo discurso da vítima e dos técnicos dos serviços, principalmente do profissional que os entrevista, acolhe, recomenda e acompanha. Miller (1995) afirma que o indivíduo é para si, não é algo que ele criou, mas sim o que os outros lhe atribuem ou o tratam como sendo. Ou seja, o autor agressor é constituído como tal pelos outros.

Este discurso escrito que se analisa, traz no seu conteúdo uma forma de constituição do sujeito agressor. Desta maneira, reportamo-nos a Foucault (2008) sobre suas análises de como o discurso expressa e constitui sujeitos. Com relação ao homem agressor, o agenciamento se constrói a partir de duas tecnologias: o movimento do serviço e suas estratégias e a narrativa de si.

Na sequência, seguem as narrativas das mulheres expressas nos Boletins de Ocorrência e nos históricos de atendimentos. Posteriormente, apresentar-se-ão as narrativas onde os homens falam de si.

Relato da companheira de **Sr. Pietro**:

Afirma que possui problemas de convivência com Sr. Pietro, que o mesmo é nervoso e lhe agride verbalmente, e nunca chegou a lhe agredir fisicamente. (HISTÓRICO DE ATENDIMENTO, out./2006).

Diz que o mesmo lhe xinga de vagabunda, puta, etc. Também ameaça de agressão física. Isto ocorre faz tempo e o convívio entre ambos está complicado. (BOLETIM DE OCORRÊNCIA, mar./2008).

Relato da companheira de **Sr. Ciro:**

[...] relata que o companheiro a ofende moralmente e faz uso imoderado de bebida alcoólica, “eu sou muito dependente dele” (sic). Afirma que o marido não ajuda em casa, e quando recebe o salário gasta em bebidas e jogo. (HISTÓRICO DE ATENDIMENTO, nov./2006).

[...] Ciro está cada vez mais agressivo, chega em casa alcoolizado e a agride [...] não entrou com o processo de separação porque tem medo, e está se sentindo aprisionada, violentada. Chorou muito durante o atendimento. (HISTÓRICO DE ATENDIMENTO, ago./2007).

Relata a comunicante que o autor é seu marido, e que ele ateou fogo na residência onde morava com ela, resultando na perda total de seus bens e da casa. Conforme certidão de ocorrência nº X – 3º Batalhão do Bombeiro Militar. É o relato. (BOLETIM DE OCORRÊNCIA, ago./2011).

Relato da companheira de **Sr. Ari:**

Relata que sofre violência doméstica, principalmente psicológica, desde o início do relacionamento [...] O mesmo é usuário de álcool e não tem emprego fixo. (HISTÓRICO DE ATENDIMENTO, nov./2006).

Relata-nos a comunicante, que o autor lhe ofende moralmente e também os filhos, as vítimas citadas. O referido não trabalha, não providencia o sustento da família, além de ficar no bar embriagado diariamente e depois chega em casa, ofende e agride fisicamente as crianças. (BOLETIM DE OCORRÊNCIA, mar./2007).

Relato da companheira de **Sr. Antenor:**

A usuária apresenta uma história de vida marcada por rupturas e retornos à relação com seu companheiro [...] Alega que muitos desses retornos foram ocasionados pelas vulnerabilidades sociais que enfrentou, e continua a enfrentar, vendo na figura do companheiro o do provedor do lar. [...] a usuária foi agredida após defender seu filho de uma surra que este estava levando do pai, quando Antenor passou a agredi-la com socos na região do abdômen. Afirma que o mesmo é atendido pelo CAPS-AD. (HISTÓRICO DE ATENDIMENTO, dez./2005).

Vera afirma que o seu companheiro Antenor “esta cada vez pior” (sic). Que o mesmo ingere bebida alcoólica demasiadamente. [...] Que a agrediu no sábado passado e que esta sentiu muitas dores no abdômen. Orientada a registrar novo B. O. Todavia, diz que não acredita na polícia. Anteriormente, relata que também deseja separar, mas ainda não teve tempo de procurar uma casa para morar (HISTÓRICO DE ATENDIMENTO, jul./2007).

Sra. Vera estava muito abalada. Afirma que está a procura de casa para alugar, pois Sr. Antenor está muito debilitado devido ao uso abusivo de álcool. Que ocorreram conflitos entre David (filho de 15 anos) e Sr. Antenor. Que teve que intervir para separá-los (HISTÓRICO DE ATENDIMENTO, abr./2010).²⁰

Relato da companheira de **Sr. Moisés:**

²⁰ Neste prontuário não havia fotocópia do Boletim de Ocorrência

Sra. Carmela verbalizou que a situação está delicada. Desde que o oficial de justiça esteve na sua casa com a medida de afastamento do lar, não conversa mais com seu ex-marido. Afirma que o mesmo não saiu de casa e está sob uma situação muito tensa. (HISTÓRICO DE ATENDIMENTO, jun./2007).

Relata a comunicante que foi agredida verbalmente e ameaçada pelo autor supracitado, que é seu ex-marido. Que a comunicante possui vários registros contra o autor. Relata ainda que o autor é usuário de drogas. (BOLETIM DE OCORRÊNCIA, fev./2012).

Ressaltam-se, através destes históricos, as características que fazem parte do relato das mulheres, em diferentes momentos e diferentes abordagens.

Logo na primeira situação, Sra. Rita (ex-companheira de Sr. Pietro), expressa através do Boletim de Ocorrência uma dor por ser chamada de vagabunda e puta. Neste caso, Sr. Pietro viola sua honra, agredindo-a através de palavras. É muito comum que este tipo de agressão seja impetrado contra mulheres. Normalmente, se atribui a qualidade de sua desonra com o fim de ferir sua moral. Mas que ordem simbólica está invisibilizada quando se pensa que a mãe, a irmã ou a esposa é puta? A puta normalmente é construída no estigma público, e com a mãe ela não cabe. Porque chamar a mãe ou mulher de puta e vagabunda, ou mandar “se foder”, como também se ouve em muitos casos?

Primeiro, é preciso frisar que este é um marcador cultural, baseado na honra do masculino, e um importante discurso de controle social masculino sobre os corpos. Trata-se de violência dos corpos e da moral. Ofende, sobretudo, quando dito pelo marido, irmão, pai, porque o efeito do poder como mãe, subjetivou-se como um espaço do intocado, do sagrado, do que não pode ser profanado. Nesta dinâmica, o prazer, ou a possibilidade de que esta mulher viva sua sexualidade, estão excluídos, e não só da cabeça desses homens, mas também da cabeça das mulheres. Mãe é afastada da sexualidade, embora o assunto teime em voltar no ato de chamá-la de puta e vagabunda. Considerando-se este aspecto, escutar a palavra “puta” faz um efeito de desonra muito importante e gera-se um enorme sofrimento. A mãe troca seu corpo pelos filhos, a prostituta troca seu sexo. Definir a mãe e a mulher/ esposa como puta é lembrar para si mesmo que elas têm sexo, que incomodam, e, melhor então, desonrar. Seu sexo, e não a reprodução, atua como definidor do seu lugar simbólico que, uma vez interagindo com a condição de baixa instrução, baixa renda, falta de autonomia afetiva, constitui as condições para os processos de violência simbólica, discursiva, psicológica e física. A ofensa moral, embora não explicitada, o

conteúdo, sempre parece ser a que mais dói a mais forte, e aparece em quase todas as situações. As mulheres que, nesse contexto, são portadoras de processos de socialização estigmatizantes, se subjetivam em normas culturais que em nada lhes ajuda a viver o sentido da condição de lutar para buscar experiências sobre si mesmas e sobre o mundo que as cerca, que sejam mais positivas e incisivas do ponto de vista social.

Além desses aspectos, observaram-se, nas cinco situações acima, alguns pontos em comum entre eles, tais como o uso de álcool (entre quatro deles), as agressões psicológicas (presentes em todos os relatos anteriores), a dependência econômica do companheiro, a violência presente também contra os filhos. Chamou a atenção, ainda, em uma das narrativas, a descrença com relação a justiça (“todavia diz que não acredita na polícia”).

Podem-se visibilizar alguns aspectos que demarcam características dos homens autores de agressões quando a mulher verbaliza que se sente “aprisionada”, violentada psicologicamente, em todos os relatos dos Boletins de Ocorrência e dos históricos. Isso permite pensar que o sentimento de posse sobre a companheira, entendida como característica de uma masculinidade violenta, é uma das formas utilizadas pelo homem para manter a mulher sob seu poder.

Alguns elementos já podem ser destacados, tais como: o fato da mulher não confiar na segurança pública, as dificuldades para se sustentar, sobretudo, se não possui outra residência, a ausência de condições econômicas, o medo e a preocupação em como vai dar conta de cuidar dos filhos. O fato de mudar-se para outra residência está associado a outros problemas como: mudança de creche para os filhos, escola e, por vezes, local de trabalho. Ainda, o fato de ter que arcar com as despesas, tendo em vista a lentidão nos processos de separação litigiosa, e, geralmente, nestes casos, o agressor ameaça não ajudá-la, como forma de pressionar a ex-esposa a voltar para casa.

Neste sentido, pode-se concluir que a violência de gênero está conectada às masculinidades que:

- a) Reforçam o sentimento de posse sobre a mulher;
- b) Possuem poder de recursos financeiros ou a moradia;
- c) Têm visões estereotipadas sobre os papéis nas relações de gênero;
- d) Apresentam uso imoderado de SPAs;
- e) Apresentam episódios de ciúme.

Percebe-se que os aspectos que compõem as masculinidades de homens autores de agressões podem ser explicados por construções teóricas que vão além de apontar a vítima e o agressor, ou opressor e oprimido (SCOTT, 1990; BUTLER, 2003; COSTA, 1998; NICHOLSON, 2000; MACHADO, 1998, 2001; PISCITELLI, 2002). Não se trata de um modelo binário de um homem contra uma mulher, contra si mesmo, contra outros homens, como reflexo de uma sociedade de classes, hierárquica, autoritária, sexista, classista, militarista, racista, impessoal e laica, canalizada através de um homem individual. É um fenômeno de conteúdos mais complexos, que envolve tudo isto e o modo como se constituem os processos de subjetivação de si.

No próximo item, visibilizar-se-ão as narrativas dos homens, e, após analisadas, poder-se-á conectar os aspectos sobre as masculinidades narradas pelas mulheres através dos Boletins de Ocorrência e históricos de atendimentos com a percepção de si dos homens pesquisados.

6.3 ELEMENTOS ELENCADOS NAS NARRATIVAS DAS AGRESSÕES PRATICADAS

Analisar-se-ão, nesta etapa, as narrativas de cinco homens autores de violência de gênero que, como já explicitado, continuam em atendimento junto ao PPCVDI. Estas narrativas permitem evidenciar características distintas, que se conectam e se diferem ao longo das entrevistas.

Na entrevista com Pietro, ele narra situações de violência com as ex-companheiras (anteriores à última também, mas estas não chegaram a ser atendidas no PPCVDI). Ao se referir à violência praticada contra uma das ex-companheiras, ele afirma:

“eles foram em três camburão me buscar daí, que eu queria jogá ela pela janela. Joguei ela pela janela da casa e quebrei tudo dentro de casa, não deixei nada dentro de casa. Ela não queria que eu bebesse, e acabei que, no dia que era pra conhecer a família, eu comprei uma caixinha de cerveja, [...] Só que amanhã não quero que você beba! E eu já endoidei e fiquei machista, pensei: “pronto, por causa de parente vou deixar de beber minha cervejinha”, aí fui e tomei, e cheguei lá nos parentes já tava chapado, [...] Qué, que um homem não beba, se tu toma tu fica agressivo, entendesse!” (Pietro).

Neste momento, Pietro narra a situação com entusiasmo, afirma que foi residir em Porto Belo, cidade litorânea de SC, e que depois de dois anos e meio de convivência, passou a se desentender com a sua companheira, já que a mesma queria impedi-lo de tomar cerveja. Através desta narrativa, é possível interpretar que o desencadeamento da violência pode estar associado ao uso de álcool. Também é possível pensar que a narrativa de Pietro sobre o uso do álcool seria uma das formas de explicar e, ao mesmo tempo, redimir-se sobre os atos de violência cometidos (ALVES, DINIZ, 2005). O uso de álcool, quando associado à violência de gênero, possui diversas formas de interpretações. Primeiramente, pode-se pensar sobre o efeito desinibidor que ele provoca, e que poderia contribuir para o desencadeamento da violência. Outra percepção é a de que o uso de álcool pode estar relacionado a uma “desculpa”, que seria socialmente aceita, justificando o comportamento violento do agressor, como consequência da ingestão de álcool. Uma terceira maneira de se pensar esta questão, é que a ingestão de álcool e os atos de agressão são fatores que podem revelar uma personalidade compulsiva.

Outro aspecto que aparece nesta narrativa diz respeito ao modo como ele se posiciona frente ao pedido da esposa para que não ele bebesse por causa dos parentes. Com a frase “por causa de parente vou deixar de beber minha cervejinha”, ele não admite a interferência de outras pessoas, sobretudo parentes, incluindo aí outros homens. O entrevistado assume-se como alguém que marca uma posição violenta. Revela características de uma masculinidade que se vincula a formas de poder sustentadas por atitudes reiterativas de comportamento violento, sobretudo frente a regras e ao desafio de manter-se sóbrio. Este aspecto pode estender-se para diferentes lugares, espaços de convivência, seja no ambiente privado ou no espaço público (CONNELL, 1995). Esta narrativa apresentada por Pietro sustenta uma masculinidade hegemônica que, por sua vez, ocupa um lugar de dominação repercutindo em violência de gênero.

“Aí eu tinha tomado as cerveja, tava numa boa, tava tranquilo. Aí [ela] chegou na varandinha e disse: “que é essa foto dessa vagabunda aqui que ta colocado aqui no teu celular?”. “Vagabunda não, essa é minha filha! Tu é cega? Não ta vendo que é minha filha?”. “É, essa vagabunda só vem colocar a foto no teu coisa, eu não quero a foto dessa vagabunda da tua filha dentro da coisa!” “Vai pra dentro de casa, vai pra dentro de casa, que tu não vai sair aqui”, ela disse: “não, não”. “Vai pra dentro de casa, vai pra dentro de casa que eu não vô te batê aqui!” Aí, quando eu viro as costa, dá uns cinco metro, ela endoido, pego um banco quadrado e me jogou, quando me jogou deu no meu dedo aqui. O banco passou por cima da minha cabeça, deu na minha cabeça pra me derrubá, aonde foi que eu não vi mais

nada. Aí eu cheguei e dei-lhe, né, paah!, paah!, Ela caía, ela levantava, eu dava de novo. Ela caía e levantava, eu dava de novo, aí quando eu vi que melou sangue no nariz dela, que ela quis se levantar de novo, eu dei um coice no lado do pescoço dela, que ela caiu de verdade, aí chegou nego vizinho do lado e o João, um vizinho meu, me puxaram pra trás a mão assim e me levaram pra casa deles” (Pietro).

Observa-se o relato da companheira de Pietro no Boletim de Ocorrência, que a mesma afirma que ele “lhe xinga de vagabunda, puta etc.” Ele porém, não aceita que outra mulher chame sua filha de “vagabunda”.

Roberto da Matta (1981, p. 15) diz: “[...] na casa podemos fazer coisas que são condenadas na rua, como exigir atenção para nossa presença e opinião, querer um lugar determinado e permanente na hierarquia da família e requerer um espaço a que temos direito inalienável e perpétuo”. Isto parece acontecer com estes homens. Dentro deste lugar, elementos da rua não podem ser colocados no lugar de sua honra. Sua filha é sua honra, como, então uma mulher ousa falar dela? A sexualidade se apresenta no subtexto desta complexa rede de sentidos, que são utilizados como marcadores de violências.

Pietro aponta, através de sua narrativa durante os atos de violência, a presença de bebidas alcoólicas, ou seja, ele se reconhece enquanto alcoolista, mas também assume que o comportamento agressivo não fora desencadeado pelo uso de bebidas alcoólicas, apesar de saber que o fato de estar alcoolizado poderia contribuir para a agressão. “Ai eu tinha tomado as cerveja, tava numa boa, tava tranquilo, ai chegou na varandinha e disse: ‘que é essa foto dessa vagabunda aqui que ta colocado aqui no teu celular?’”. Nesta situação, Pietro deixa transparecer que agrediu a companheira pelo fato da mesma ver, em seu celular, foto de sua filha, e que, por ciúmes, teria ofendido chamando-a de “vagabunda”. Nesta situação, o ciúme, associado ao fato de Pietro estar alcoolizado, pode ter contribuído para que o mesmo agredisse sua companheira.

Outro elemento a ser considerado é o fato de Pietro alegar que sua companheira não o obedeceu e, por isso, a agrediu: “vai pra dentro de casa que eu não vô te batê aqui”. O “pacto de silêncio” é desejado para que a violência siga sendo útil a este sistema de efeitos de poder. Assim, este processo é constituidor e constituinte de violências, e poderia seguir sendo produtivo. O silêncio é uma das suas chaves sancionadoras.

Outro fato narrado por Pietro foi que sua companheira lhe agrediu com um objeto e, posteriormente a isso, verbaliza os atos de agressões que cometeu.

Pietro relata, ainda, ato de violência praticado contra familiares da ex-companheira:

“[...] vi que tinha três camburão na frente de casa. Daí me levaram. No outro dia, sentado no bar [...] o ex-cunhado sentou do meu lado e tirou satisfação de mim, porque eu tinha batido na irmã dele. Eu já tinha fumado um baseado de manhã cedo e tinha tomado mais cerveja em cima, entendeu? Daí eu olhei pra cara dele e disse: “o que tu tens a ver com a minha vida? Eu tô perguntando da minha irmã, e não de você! Então, se for da tua irmã, se carque daí, aí ele pegou e disse: tu é homem pra bater na minha irmã, mais em mim não!” Quando ele falo, peguei a garrafa e taquei aqui assim na caixa da cabeça dele, aí já melô, aí onde foi que ele furou uma veia central da cabeça dele, entendesse? [...] Onde eu chamei tudo pro pau daí, chamei o véio, chamei a véia, chamei os dois cunhados e mais a cunhada. [...] Vocês não me abram a boca, nem um de vocês aí dentro, eu quebro tudo vocês a pau! Entendeu? Porque o único que bateu em mim forte foi nos onze ano de idade [...] No outro dia de manha foi o sogro e a cunhada lá casa, e a cunhada quis erguer a voz, aí eu disse: dou cinco minutinhos pra você saí daqui, se não eu te quebro de pau, nem que eu vou pagar na Maria da Penha, que eu te quebro de pau eu te quebro, tu nunca mais apareça e coloca os pés dentro da minha casa! E não esqueço não, qualquer um da raça de vocês, se botar no meu caminho, pode mandar você, teu pai, teu marido, teus cunhado, teus irmãos, quem quiser da raça se meter na minha vida, se entremeta, mais pode virem bem! Só que daquela vez eu tava armado, tinha pegado um trinta e oito do meu irmão, tava armado.” (Pietro)

A negação de suas fragilidades, de suas fraquezas, seus medos podem ser expressões para Pietro se consolidar enquanto homem, expondo, através da força, da coragem, representações de masculinidades que podem ser compreendidas como características de homens autores de violência de gênero. Os homens vão construindo sua crença em sua superioridade como gênero, e a elas são agregados valores de visão de mundo, como: disciplina, o endosso a autoridade, a moral, a valentia, coragem, entre outros. Esses valores são expressões subjetivas, o que leva a compreender que esta visão de mundo masculina está impregnada de forma normativa, e que é constantemente vigiada, sutilmente, através do processo de socialização em que estão submetidos os meninos (NOLASCO, 2001).

Compreende-se que Pietro, ao demonstrar valentia frente aos parentes de sua companheira, corresponde a este modelo de comportamento violento que possui raízes profundas, alicerçadas nos valores que dão sustentação a esta masculinidade.

Os sentimentos que relacionam um homem a situações de violência são muitos e as diferentes narrativas míticas me auxiliaram a identificá-los. Pensar a violência masculina nos dias de hoje, é, de certo modo, pensar o que faz com que um sujeito se sinta homem, situando, ainda, estes sentimentos à luz do que foi um guerreiro, ou cavaleiro ou um herói. (NOLASCO, 2001, p. 245).

Se faz necessário compreender como estas masculinidades são construídas. Sendo assim, o autor conecta o processo de construção destas masculinidades e a sua relação com a construção desta masculinidade violenta. Estas possuem características em comum. Por isso, busca-se visibilizar os mitos construídos em diferentes culturas, desde onde as masculinidades são construídas em torno da resistência. Um homem que suporta a dor terá a alegria de ser reconhecido enquanto homem. O sacrifício de Isaac, os ritos de passagem vividos por meninos na adolescência, as mortes violentas dos heróis gregos, a crucificação de Cristo, as mortes nas guerras, as mortes violentas em acidentes de trânsito e homicídios (NOLASCO, 1995).

Considerando estes aspectos, pode-se fazer uma conexão entre a prática da violência narrada por Pietro aos familiares da companheira e sua percepção sobre si. Na sua compreensão de masculinidade, ele se apresenta como forte, macho, desprovido de medos.

“[...] onde eu chamei tudo pro pau daí, chamei o véio, chamei a véia, chamei os dois cunhados e mais a cunhada. [...] Vocês não me abram a boca nem um de vocês aí dentro, eu quebro tudo vocês a pau! Entendeu? Porque o único que bateu em mim forte foi nos onze ano de idade.”

Essa narrativa remete a analisar o contexto de uma situação em que a violência psicológica e física praticadas por Pietro não se restringem apenas a sua companheira, mas também aos seus familiares. Novamente, ele avisa: “não abram a boca”. Claramente, uma forma de sustentação de seu poder.

Ainda, ao se referir a esta ex-companheira, narra que gostava dela: “essa eu fiquei dois anos, dois anos e pouco, essa eu chegava bêbado em casa, ela lavava meus pé e dava banho em mim e colocava na cama, entendeu.” (Pietro).

“Assim, não dava mais carinho que nem ela dava antes, entendesse? Como é que ela vai dar mesmo, chegava bêbado, catingando álcool! [...] Eu já tinha aquilo na cabeça: “ah! Ela não dá mais bola pra mim mesmo, vou encher a cara”, e eu tomava um litrão véio de cinquenta e um e não levava duas hora, daí eu não tomava mais a cerveja, entendesse? [...] aí eu já até andei brigando em bar, [...] e eu não tinha medo, podia ser um cara forte, um cara grandão, eu, a hora que eu endoidava, que eu tava fora, ca cabeça cheia do álcool, não tinha mesa de sinuca, aquelas de pedra, que eu não virava de perna pra cima, e os cara tinha que sair correndo, só se eles me avançasse, me agarrasse, ou me afirmasse pra mim não fazer besteira, por que se não, eu quebrava tudo! Homem pra mim é o cara ter um, honra a honra dele, né, ser honesto, né, com os negócio que o cara faz, ter uma família e honrar as leis [...] Meu pai trabalhava com negócio de corte de madeira, daí meu pai começou a se enturmar com essas gente, aí meu pai aprendeu a beber [...] Nessa época aí, eu já tinha uns doze anos, aí até

nessa fase aí eu já dava uns gole de cachaça, foi aonde eu aprendi a tomar. Eu aprendi no lado do meu pai [...] a mulher é assim, né, cara, ela não vai aguentar o cara que chega toda vida bêbado em casa, que nem eu chegava. Eu chegava toda vida bêbado, toda vida reinando em casa. Porque daí a minha mulher, ela não dava mais bola pra mim, entendesse? Aí eu botava aquelas coisa na cabeça, daí às vezes eu pensava até que ela tinha outro.” (Ciro)

“[...] aí fui e tomei e cheguei lá nos parentes já tava chapado, aí fui lá, atendi tudo, fiz carne assada pra eles tudo, fui atendê elas chapadão já, chegô no dia de noite, me ignorando, nós dois não vai dá mais! Mas por quê? Mas porque, falei pra ti que não quero que tu bebe. Qué, que um homem não beba, se tu toma tu fica agressivo, entendesse? [...] eles foram em três camburão me buscar daí, que eu queria joga ela pela janela, joguei ela pela janela da casa e quebrei tudo dentro de casa, não deixei nada dentro de casa.” (Pietro)

“[...] eu parei de beber três vezes, mas por causa dessas brigasseiras, ó Ricardo, que começou essa nossa brigasseira de separação. Não, claro que tem, 70% é o álcool, tu sabe disso. Eu digo uma coisa pra você: claro que o homem é covarde de bater em uma mulher inocente, mas quando a mulher começa a provocar, provocar, o cara já tá bêbado.” (Antenor)

Estas situações narradas por Ciro, Pietro e Antenor evidenciam que eles atribuem o fato de ficarem “agressivos” ao alcoolismo. Ciro, ao ser questionado de como se comportava em casa, quando estava alcoolizado, afirma: “eu chegava e quebrava as coisas em casa, né, muitas vezes eu fiz isso! Eu não batia na Ana”. Observamos que o mesmo afirma não bater na companheira, no entanto quebrava os objetos da casa. Ele impetrava claras formas de intimidação por intermédio dos objetos da casa. Após, o mesmo relata a prática da violência.

Fonseca (2008) afirma que não há uma única masculinidade. Sendo assim, pensar as masculinidades presentes nas narrativas, possibilita apreender e analisar os signos e significados culturais, mas também discutir preconceitos e estereótipos e repensar a possibilidade de construir outras versões e sentidos. Assim, estes homens são constituídos de masculinidades que vão além da violência perpetuada, pois trazem consigo outras masculinidades presentes no meio social e comunitário que, de certa forma, podem contribuir para que exercitem as masculinidades violentas.

É possível pensar as masculinidades através de diversos arranjos. No caso, os homens em condições sociais diversas estão submetidos a corresponder a modelos de masculinidades, ou ainda, a um determinado modelo hegemônico de masculinidade.

Pode-se, ainda, pensar nos sentidos que as narrativas de Pietro, Ciro e Antenor produzem com relação às masculinidades demarcadas por práticas de

violência. A falta de controle sobre os atos praticados, sentimento de culpa, a ausência de afeto e diálogo na relação com a companheira, sentimentos de rejeição e dificuldades em lidar com seus sentimentos são elementos presentes no contexto destas masculinidades (NOLASCO, 1995). A forma de reagir diante dos atos de agressão pode estar direcionada a corresponder a comportamentos compreendidos como essenciais na vida destes homens, que estão ainda presentes nas práticas institucionais.

As agressões verbais ou físicas narradas, tanto na linguagem, como na moralidade, caracterizam as masculinidades no âmbito da violência, presente na casa, nas relações de amizade, no trabalho, na rua, na vizinhança, na externalização dos sentimentos, nas crenças, nos valores e, sobretudo, em sua corporalidade.

“Foi dia seis de agosto, eu nunca vou esquecer disso, [...] fiquei o dia todo jogando e tomando, quando chegou umas seis hora da tarde, eu já tava doido, doido. Tudo que eu olhava, não enxergava mais nada, de tão alcoolizado que eu tava, e daí, eu não sei como, eu toquei fogo na casa, a minha mulher até no B.O dizia assim, que eu bati nela, botei fogo na casa né, eu não sei se eu bati nela, eu não sei se eu botei fogo na casa, eu não sei, eu não me alembro. Se eu falar que eu me alembro, eu não me alembro! [...] No outro dia, eu tava na casa do meu irmão, aí eu escutei eles falando que eu tinha feito isso, aquilo, aquele outro, daí eu berrei com meu irmão, desesperado, daí eu disse: você está brincando, irmão, que eu fiz isso é, tu fizeste tudo isso aí. [...] Eu só sei que eu fiz por causa que os outros falam que eu fiz, né.” (Ciro)

“Uma vez eu di um tapa nela, ela me agrediu, mas eu di um tapa assim, tipo defesa. Ela me avançou na cozinha, aí eu levei a mão assim e bateu no rosto dela, depois, no caso, ela alegou no B.O que eu tinha pulado nela de faca, tinha ameaçado de morte. Esse B.O que ela registrou contra mim, mas fora disso, eu nunca bati nela. [...] desculpa eu não pedi, porque no caso, eu que tava sendo vítima, então não havia o porque de eu tá pedindo desculpas se ela me agrediu, e além de tudo não fazia janta, não fazia nada.” (Ari)

Na narrativa acima descrita, Ciro não se reconhece enquanto autor dos fatos. Esse discurso pode ser situado a partir de uma perspectiva específica, enquanto vítima, também percebida na narrativa de Ari, que se vê como sendo vítima desta situação, compreendido conforme Oliveira (1998) como “discurso vitimário”. Este autor analisa que há “os custos de se estar no topo”, e faz uma crítica a este discurso vitimário. Afirma que os homens se favorecem da submissão das mulheres, e se fazem, ou são vistos, como oprimidos nas relações de gênero. Em determinados aspectos, os homens estão mais vulneráveis com relação às

mulheres, como na questão da expectativa de vida, e emocionalmente mais limitados. Estes aspectos fazem o preço “por estarem no topo”. Por ora, percebe-se que os homens gostariam de parar de pagar este preço, mas não desejam sair do topo (OLIVEIRA, 1998).

Desta forma, pode-se entender que os homens sempre estariam se beneficiando pelo sistema de poder que possuem em relação às mulheres, e que este preço que estariam pagando é inferior aos ganhos desta masculinidade hegemônica.

Moisés, ao relatar os momentos de tensões na violência vivida, também se põe em condição de vítima, dizendo que a causa e os motivos que geraram a violência foram provocados pela companheira, que não assume suas responsabilidades com relação aos cuidados dos filhos e da casa.

“[...] aí era daquela hora que eu não conseguia me aguentar, e muitas vezes era a hora que as crianças tavam chegando do colégio, trocando de roupa, só que eu não dava o tempo dela se defender, eu já chegava agredindo com palavras, nunca com brigas, bater, essas coisa, não, mas, muitas vezes, ela pulava em cima de mim, que eu chamava de malandra. [...] aí ela se sentia humilhada, aí ela vinha pra cima de mim, era onde que eu errava desse lado, [...] eu não tinha essa paciência, aquele afeto de carinho pra chegar e conversar, eu já era mais explosivo, então onde que é que agente recebia esporro do serviço, chegava em casa e explodia com ela! [...] Então eu agredia com palavras, já eu, me arrependo muito desse lado, muitas vezes quando nós discutia, ela pulava em mim com faca, ou agressão e eu tentava tirar dela, porque eu chamava nome pra ela, na verdade quem começava era eu, eu falava nome pra ela.” (Moisés).

Conforme relato de Moisés, o mesmo compreende que, pelo fato de trabalhar fora de casa, era sua companheira quem tinha a obrigação de cuidar dos filhos e da casa. Neste sentido, Unbehaum (1998) afirma que a atribuição do cuidado ainda continua sendo das mulheres, e associa esta ideia à maternidade, devido à ligação com o corpo, sendo este um elemento muito forte em nossa cultura. Essa compreensão é instituída no imaginário social como uma função natural da mulher. Apresentada por Moisés na sua narrativa, essa visão do cuidado, ou do não cuidado, de sua companheira com relação aos seus filhos influenciou na geração dos conflitos. É importante observar que esta postura de cobrança de Moisés sobre sua companheira está amparada por toda uma construção social onde se vê a mulher imbuída de vocação materna, muitas vezes instituída por médicos, juízes, professores, igrejas e também pelo Estado. Tanto é verdade que em praticamente todas as creches, os educadores são, em sua quase totalidade, formados por

mulheres. Ainda nesta narrativa, Moisés reconhece as agressões que fez, e as atribui ao fato de sua companheira não ter atendido sua expectativa de manter a casa em ordem e cuidar dos filhos.

Através da narrativa de Moisés, também se pode observar que a representação pela qual ele entende ser seu papel, está estabilizada dentro de um ordenamento cultural e uma norma masculina, a qual entende a mulher enquanto única responsável pelo cuidado da casa e dos filhos. Ele mantém a companheira subordinada, reforçando a hierarquia entre sexos e gêneros (BUTLER, 1998). Assim, a companheira de Moisés não possui autonomia com possibilidades de igualdade, de autogestão, de independência. É uma construção simbólica e de valores, desenhada por uma masculinidade que, por sua vez, lhe é parte integrante.

Ari, apesar de admitir ter agredido a esposa, também se situa como vítima, tendo que agredir para se defender.

Uma vez eu di um tapa nela, ela me agrediu, mas eu di um tapa assim, tipo defesa. Ela me avançou na cozinha, aí eu levei a mão assim e bateu no rosto dela. Depois, no caso, ela alegou no B.O que eu tinha pulado nela de faca, tinha ameaçado de morte, nesse B.O que ela registrou contra mim, mas fora disso eu nunca bati nela (Ari).

Antenor também atribui a responsabilidade pelos atos da agressão à esposa. Afirma que a mesma o ofendia, e por isso ela “merecia” ser agredida. Nesta narrativa, observam-se aspectos ainda muito atrelados a comportamentos que, de certa forma, correspondem às masculinidades caracterizadas por agressividade, virilidade, honra. Dessa forma, de acordo com Nolasco (1995), se produz uma legitimidade da agressão.

“[...] bota o pé pra dentro da casa, você não quer briga e a muié quer briga, e ela sempre achando que tava certa, tava certa, e eu que tava certa, aí é isso! Tu conversa lá numa boa, daí aquela discussão começa, porque todo marido e mulher tem uma discussão, aí começa e blá,blá,blá e você não é macho, e você não é home, bata aqui, bata aqui, foi o que a Vera fazia! Lá no começo, que eu tava com ela, eu arrochei ela a paulada, mas depois nunca mais bati, [...] aí tem que vê, por que uma coisa, vou te falar, meu querido, ninguém bate em ninguém se não merecer. [...] se a mulher não trabalha, não ajuda, o cara chega já estressado em casa, a muié taca-lhe o pau no cara, taca-lhe o pau, taca-lhe o pau, e você não quer brigar e você não quer bater, não quer brigar, não quer bater, não quer surrar, não quer fazer nada e a muié lá: ah! por que você não é macho, porque você não é homem, me pule, venha, me bata pra ver o que eu vou te fazer. Ai é onde que dá morte, o cara já ta estressado, só ele trabalhando, só ele fazendo pela vida, é aonde dá morte”. (Antenor).

Esta narrativa de Antenor permite pensar em outros aspectos das masculinidades, que está sustentada por um sistema simbólico, político, cultural e social, presente também no seio da família, com padrões de patriarca obsessivo por construir sua cultura e sua forma de ver o mundo, com o domínio do corpo, das ideias, dos pensamentos e sentimentos da companhia.

Muszkat (1998), ao desenvolver pesquisa com homens violentos, pertencentes às camadas “pobres” da população, percebeu que há uma forte ligação entre virilidade e violência, sendo esta amparada por preconceitos e discriminações referindo-se à condição feminina, marcada pela exclusão e subalternidade.

O domínio e o controle são as ferramentas mais comumente utilizadas pelos homens violentos. Uma publicação interna do Texas Council on Family Violence aponta para algumas de suas formas: ameaças, intimidação, abuso emocional, abuso econômico, desvalorização e culpabilização, isolamento e manipulação de filhos. Algumas, senão todas essas formas, serão facilmente detectadas nos casos apresentados, sejam elas manifestadas de forma explícita ou disfarçada, como nas crises de ciúme, na culpabilização da mulher sobre problemas com os filhos ou na culpabilização da mulher sobre a própria conduta violenta dos homens. (MUSZKAT, 1998, p 216)

As razões pela quais os homens agredem, apresentadas através das narrativas aqui descritas, correspondem a estes aspectos elencados por Muszkat (1998). Antenor traz, na sua narrativa, questões relacionadas à sexualidade, sendo este um elemento que contribui para a construção de conflitos.

“Andréia, vamo transar? Não, numa boa, tudo dando risada, [...] puxava ela pra cama: “vamo transar?” “To com dor de ouvido! Ai meu ouvido, ai meu ouvido.” Pô, tá bom, eu respeito, ser humano tem que respeitar. No outro dia a mesma coisa, dando risada, gargalhada, jantava, aí chegava na cama: “vamo transar?” “To com dor de dente! Ai meu dente”... Pô, foi oito mês assim cara, e eu falei pra ela, falei esses dias: “se tu tivesse me corneado eu não sentia tanto do que você me fez”, porque você sabe que quando o cara é corno, ele mete o pé na bunda e vai embora, mas não, ali ela fazia assim, chegava no outro dia, chegava em casa, pô, tu vê que a tua esposa de tantos e tantos anos, “vamos?” ela diz: “não tô com dor nas costas hoje”, no outro dia: “tô cansada”, pô, todo dia, foi oito mês assim, cara! Aquilo ali, eu também tenho que desistir, né. Pô, você tem uma mulher, tá dormindo do lado dela, vamos dizer que semi-nua, e não tem nada com nada, aí o bicho pega, né! [...] tu chega sãozinho como eu te falei agora pouco do sexo, tu chega em casa, meu, tu sabe disso, tu é macho né, com o bagulho duro e a mulher não quer nada, seis mês, sete mês, oito mês e nada! Se tivesse corneando o cara, tudo bem, mas não, de ruim, de ruim, aquele bicho é ruim, portanto de tão ruim que é, tu viu.” (Antenor)

A questão da sexualidade, embora não apareça em todas as entrevistas, pode ter grande influência sobre as relações de violência.

Os modelos clássicos de conduta e o comportamento sexual excluem aqueles que não obedecem e seguem modelos pré-estipulados. Os estudos de gênero vêm problematizando as essencializações que fixam os modelos de homem e mulher perfeitos, baseados em atributos considerados inatos e naturais, o que será considerado errôneo, pois toda a formação de identidade ocorre através de fatores históricos e sociais e de posições performáticas dos sujeitos (BUTLER, 2003).

As diversidades dentro da vida privada e das relações entre os sexos masculino e feminino levam a uma transformação das relações sociais, transformando também antigos valores e hierarquias. A atualidade fará com que o indivíduo desenvolva uma relação reflexiva com toda a coletividade social e suas casualidades.

As sociedades modernas trazem consigo o que é denominado “pânico moral”, que costuma ter origens diversas, mas que se tornam muito mais estigmatizantes no que se refere à sexualidade. Estes pânicos visam mascarar um comportamento conservador sobre um remoto perigo de decadência moral, o que geraria a desorganização social tão temida pelos conservadores. O pânico moral é constituído por meio de um consenso, partilhado por um grande número de membros da sociedade, contra um certo grupo de indivíduos que ameaçam a estabilidade da sociedade e da ordem social.

Este número significativo de pessoas que se sentem ameaçadas tende a concordar que algo deverá ser feito a respeito destes indivíduos e dos seus comportamentos incômodos. Este “algo a ser feito” representa um maior fortalecimento de aparatos para o controle social, tendo até como consequências a criação de leis, o aumento das condenações e menosprezo público a determinado estilo de vida considerado intolerante.

No caso, Antenor, através de sua narrativa, reproduz uma masculinidade que está amparada na compreensão de que o ato sexual é imprescindível, na garantia de sua satisfação, ou em não saber lidar com o sentimento de rejeição, não reconhecendo outros aspectos relacionados à ausência de diálogo com a companheira, ou até mesmo na compreensão pela falta de desejo da mesma.

Na narrativa de Ari, este aponta outro elemento: o de sentir-se enganado pela companheira. Em sua narrativa, afirma que ficou surpreso quando o Conselho

Tutelar levou sua esposa e filhos para um abrigo, e que os motivos ficou sabendo quase que dez dias após a retirada da esposa e filhos de casa. Segue a narrativa:

“Eu chorei, eu chorei por que ela fez tudo pelas minhas costas. Quando eu chegava em casa, ela dizia que me amava, que gostava de mim [...] ela fazia esses boletim de ocorrência tudo sem eu saber [...] levaram ela pro abrigo como se eu fosse um bandido, um marginal ou assassino, não disseram pra onde levaram as crianças, nada, e depois de uma semana que eu fui saber [...] dali uma semana, pra dez dias, veio um oficial de justiça me entregar o ofício, daí eu fui saber o problema que tava acontecendo!” (Ari)

Ari sentiu-se como um bandido, ou assassino. Sua narrativa traz elementos que fazem parte das relações entre o casal: a ausência de diálogo. Ele apresenta uma narrativa onde se coloca como vítima de uma situação arquitetada pela esposa e com apoio das instituições como Conselho Tutelar, Delegacia e Abrigo. Neste caso, é possível perceber que Ari estava assumindo o já mencionado “discurso vitimário”.

“[...] chegava em casa não tinha janta, não fazia janta, às vezes eu chegava, encontrava panelas sujas de extrato de tomate que tinha feito macarrão, e não tinha feito janta, falava que as crianças já tinham comido, e se eu quisesse comer era pra mim fazer alguma coisinha pra mim, e eu cansado do serviço, ter subido o morro todo empurrando a bicicleta, o que tava fazendo o dia todo se não tava trabalhando fora? [...] o cara faz de tudo, bota as coisas dentro de casa e ela não quer fazer a parte dela no caso. Outro conflito era que não parava em casa, vivia na casa dos outros, pros meus filhos, até hoje, ela nunca levantou de manhã cedo pra fazer um café pra eles ir pra escola, eles levantavam da casa, lavavam o rosto e iam pra escola sem um pingado de café, sem um lanche, sem nada.” (Ari)

De certa forma, o discurso de Ari nos remete a pensar que a atribuição do cuidado da casa e dos filhos está direcionada à esposa. A tarefa de manter a casa está destinada a Ari, portanto, isso lhe dá o direito de exigir que as tarefas domésticas sejam desempenhadas de forma eficiente pela esposa, e quando estas não o são, geram motivos para o desencadeamento de conflitos. Unbehaum (1998) afirma que existem, ainda, outros elementos que contribuem para que se perpetue o cuidado como uma atribuição feminina, por exemplo, a legislação que prevê uma licença-maternidade de quatro meses e, para os homens, a previsão é de quatro dias úteis. Ainda, podemos pensar que o fato da mulher afastar-se do trabalho durante quatro meses, pode comprometer sua carreira profissional, ou torná-la mais vulnerável que a do homem.

Ainda sobre a narrativa de Ari, Connell (1995) afirma que diferentes masculinidades são produzidas no mesmo contexto social. Uma determinada forma hegemônica de masculinidade é permeada por outras masculinidades. Neste aspecto, qualquer forma de masculinidade pode ser considerada complexa e, até mesmo, contraditória.

Dessa maneira, compreende-se que existe uma narrativa convencional na cultura sobre como as masculinidades são construídas, e que os sentimentos masculinos são definidos pela cultura. Assim, os homens são pressionados a agir e a sentir dessa forma, e a se distanciar do comportamento das mulheres, e que esses comportamentos estão amparados pelas famílias, escolas, grupos de amigos, pela mídia e pelos empregadores. As masculinidades internalizam uma norma social, tendo como custo, frequentemente, a repressão de seus sentimentos. Os homens devem corresponder à norma masculina, e tal atitude pode levar à violência ou à crise pessoal e à dificuldade de se relacionar com as mulheres.

6.4 COMO SE VEEM NO ATO DA AGRESSÃO

De certa forma, as narrativas do sentimento, no momento em que ocorrem as agressões, possuem conteúdos presentes nos elementos elencados a partir da ótica de que os entrevistados se posicionam em lugar de vítima, ou ainda, não se reconhecem nos atos de violência, como eles se reiteram frente à construção de que são homens agressores.

“Alí eu não me senti com remorso nenhum, que ela que me pulou, ela que me pulou. Três dias depois, sabe como ela dormiu? No inverno, pior que daqui de Blumenau, ela dormiu três dias no chão, sem coberta, sem nada, assim no chão! “Aí, não, que é meu, durma aí, que nem uma cadela”. [...] Depois ela veio me pedir desculpas de joelho. “Não, você é minha muié, tudo bem, desculpada. Mas nunca mais faça isso!” Nunca mais ela fez. E eu bati nela uma vez, ela me pulou duas vezes já, com essa vez que eu quase matei ela a paulada. [...] Pedi, porque por mais que ela tentou me matar, eu também tentei matar ela, se não tivesse vindo ninguém pra acudir, eu ia matar ela, aí eu pedi desculpa, ela pediu desculpa de joelho, se desculpemo, aí três ou quatro semana, a mulher não se inloca, não vai embora de novo?! Aí voltou, foi, ficou uns mês lá e voltou. Aí agora por último, que ela veio pedir passagem pra ir embora, ela voltou, foi embora em dezembro e janeiro tava de volta, agora tá incomodando aí, ó... Falei: “mulher do céu, vou te falar uma coisa, eu sou homem e sou macho. Juro por deus e nossa senhora, se um dia que eu te caçar com um macho, pode ser um macho na rua, eu vou matar os dois”. (Antenor)

Antenor, ao relatar a violência contra sua companheira, afirma que fez com que a mesma dormisse no chão, como uma “cadela”, e posteriormente, ela pediu desculpas. Em outro momento, afirma que “eu quase matei ela a paulada” e depois pediu desculpa, e no final da narrativa, afirma que se presenciar ela com outro homem, iria matá-la. Esta narrativa pode levar a muitos apontamentos. Certamente, ao conectar com o que a sustenta essa masculinidade violenta pode estar associada à posse do homem sobre a mulher, ou ao que Bourdieu (2010) compreende como a dominação que os homens utilizam através da violência física e da violência simbólica sobre as mulheres. Esta é composta por uma estrutura amparada pelas instituições, e possuem como finalidade corresponder a sua honra e virilidade e serem reconhecidos enquanto verdadeiros homens.

A forma como Antenor afirma “eu sou homem, eu sou macho”, nada mais é do que uma expressão que, por ora, pretende consolidar a honra e a virilidade, que possuem suas raízes nos diversos rituais institucionais. Em seu trabalho, Bourdieu (2007) aponta para os muitos ritos institucionais que também são exercidos nas escolas, no exército, na arte, na religião, ou na língua. Estes funcionam como sistemas estruturantes que compreendem instrumentos de conhecimento e de comunicação.

“Eu socava muito ela, também, nesse lado, eu agredia com palavras, então ali já era um erro meu, mas não era pra humilhar, mais pra ela ver que não é como ela pensava, então eu não tinha palavra pra falar, eu tinha que socar ela [...] Eu não podia ver as crianças assim, ó, eu não podia ver as crianças na rua, aí eu chamava ela de jaguara, sem-vergonha, que filho na estrada é filho de jaguara. Se chegasse em casa e não tivesse o alimento pra mim, a janta pronta, não só pra mim mas pros filhos, eu chamava de malandra, porque ela era uma malandra. [...] Eu não mido palavras pra falar, eu já sou mais explosivo, mas não é daquele ser humano que ta ali.”
(Moisés)

Moisés, através de sua narrativa, apresenta a forma como se vê diante das práticas de violência, sendo assim, reconhece que agrediu através de violência física e verbal. No entanto, no final desta narrativa, embora admita ser mais explosivo, afirma não ser “aquele ser humano que ta ali”. Neste caso, se refere ao que estava escrito nos Boletins de Ocorrência, ou na medida protetiva a qual recebeu. Isso faz pensar nas diversas masculinidades presentes nas relações de violência, como a experiência contraditória (CONNELL, 1995).

Como verbaliza Ari, na narrativa que segue, quando acusado de fatos que não cometera, afirma que se sentiu humilhado, principalmente porque ainda fora

afastado de seus filhos. Entender que sentimentos são esses deve contribuir para pensar a violência de gênero para além de agressor e vítima. Neste sentido, Nolasco (1995) nos alerta que é fundamental reconhecer uma dimensão relacional das construções das relações de gênero e desconstruir o mito da culpabilização dos homens. Isso não implica no processo de desresponsabilização dos homens que agredem, pois cabe discutir ações preventivas e de ressignificação de sua masculinidade. Como destaca Medrado (1998), em vez de procurar os culpados, é necessário identificar como se estes se institucionalizam.

“Alí eu me senti humilhado, traído de tudo que foi forma, me senti arrasado mesmo, uma traição. Eu não fiz nada disso e eu tava sendo acusado de tantas coisas que eu não tinha cometido, eu não podia chegar perto dos parentes dela cem metros, dos meus filhos cem metro, dela cem metro, da minha casa, que eu construí, não podia chegar perto o máximo de cem metro, que eu tinha pulado nela de faca, que eu tentei matar ela, que eu quebrava as crianças de pancada, de porrada, que quebrava tudo dentro de casa, que eu não colocava comida dentro de casa, era tudo ao contrário e ela colocou tudo pra cima de mim.” (Ari)

Essa é percepção de Ari, quando, ao pensar sobre a violência praticada, expõe um sentimento pautado na humilhação e na injustiça. Ele não se vê enquanto agressor, e se considera vítima da companheira. O que nos reporta a Pisano (2004), quando analisa que os homens também se encontram inseridos em um sistema de representações do qual parece que não podem sair, porque lhes faltam linguagem, articulações, ou metas, fora da reiteração da ordem simbólica violenta. Se, de fato, eles têm levado vantagens históricas, por isso mesmo, são também eles os prisioneiros de um sistema gendricado, assim como violento. Assumir esta posição não significa torná-los vítimas, contudo. Ou seja, os recursos institucionais e legais facilitam para que, diante de uma denúncia realizada pela mulher, se proceda imediatamente uma medida protetiva de afastamento da casa, dos filhos e da companheira, sem antes averiguar os fatos.

6.5 COMO SE SENTEM COM RELAÇÃO À ABORDAGEM POLICIAL, OU A DELEGACIA E FÓRUM

Nas narrativas a seguir, os homens trazem categorias que estão presentes na cultura da construção do sentido do que é ser homem e do que é ser mulher. São aspectos geracionais, de Políticas Públicas, dentre outros, que serão tratados a

seguir. Nesta categoria de análise, as narrativas apresentam aspectos do sentimento diante das abordagens dos serviços de atendimentos.

Pietro se refere a questões relacionadas ao cotidiano, em que sua esposa possui um comportamento que é, de certa forma, amparado pela Lei Maria da Penha, que lhe permite opinar ou, ainda, decidir sobre o que deve ou não ser comprado no mercado. Este fato, de a esposa decidir o que comprar, já é suficiente para que Pietro sinta-se ofendido, já que, conforme o mesmo, “antigamente era diferente”.

“Eu vejo, hoje, que a mulher, depois que surgiu essa Lei Maria Da Penha, pra mim a mulher tá se sentindo muito folgada, acima do homem. Ela tá tomando atitude que o homem podia tomá! [...] Por que hoje, se você chega no supermercado e disser pra mulher: “ô, mulher, vamo levar só 5 kilos de arroz hoje, porque nos temo cinco lá em casa” entendeu? [...] antigamente a mulher perguntava pro homem! “Será que vai dar aquilo até amanhã?” Não! Hoje a mulher entra no supermercado e o homem só fica olhando ela fazer a compra, ele não toma mais uma atitude, entendeu?” (Pietro)

Já Moisés demonstra indignação diante da abordagem realizada pela delegada, que o abordou como se fosse um “drogado, bêbado”, e que o homem “é o agressor, é o animal”. Diante dos fatos que ocorreram, é certo que devem ser investigados pela autoridade policial, no entanto, referir-se aos homens de forma ofensiva não contribui para que a violência deixe de ocorrer, ao contrário, faz com esses homens continuem apreensivos, alimentando ainda mais sua sensação de raiva e angústia.

“Foi muito humilhante, porque essa abordagem foi feita com a delegada, Doutora Rose, ela só faltou memo me dizer assim: vou te jogar na cadeia e jogar a chave fora! Ela maltrata memo, na versão dela eu era um cara que chegava drogado, bêbado, doido dentro de casa, na minha versão só foi troca de palavras, que eu agredi com palavras, porque ela não queria ver o lado certo, só queria ver a parte dela. Então, onde que foi que muitas coisas na vida, ela só pensava nela, não pensava em mim! E pra Doutora Rose, essas brigas de família, ela só vê o lado do homem, que a lei só protege a mulher, o homem não! Elas acham que o homem é o agressor, é o animal que tá dentro de casa querendo as coisas do jeito dele, mas não é assim.” (Moisés)

Na narrativa a seguir, Moisés verbaliza um dos atos em que se sentiu injustiçado pela polícia, já que, devido a ter dado carona para uma vizinha, o conflito com sua companheira foi desencadeado. Ele alega que a companheira quebrou o carro e, com o barulho, os vizinhos acionaram a polícia, que lhe agrediu e o conduziu algemado para a delegacia, sendo posteriormente liberado, em local

distante de casa, sem dinheiro, sem nem mesmo ter calçados para ir para a casa de algum familiar.

“[...] ela chegou em casa me agredindo com soco e arranhão e batendo no carro todo, quebrou o vidro traseiro do carro, o teto! [...] a polícia foi acionada, [...] chegou em casa, pedindo pra entrar, o cara me jogou contra a parede e deu dois soco na costela, coisa que ela não devia ter feito também. Ele disse assim: tu gosta de bater em mulher? aí eu disse: olha pra ela e pergunta onde eu agredi ela? Onde tá machucada ela? Ele não me escutou, me deu uma gravata e me jogou pra dentro do carro da polícia, [...] todo mundo lá na frente de casa viu a cena que ela fez, viu eu sendo algemado, dizendo que era artigo de Maria da Penha, [...] chegamos na delegacia [...] ela falou assim: é, ele deu carona numa guria que eu não gostava”, [...] por que ela que fez errado, tirou de dentro do lar uma coisa particular dela, que era o ciúme [...] ainda o delegado liberou ela, eles levaram ela pra casa com o carro da polícia e me deixaram lá no Garcia de pé! Depois de tudo aquilo ali, eu que era a pessoa errada, o homem ali, era eu o agressor, eu era o que eles acham que bate, essas coisas.” (Moises).

“[...] é uma humilhação que passa pela vida do cara, de ser algemado, ainda mais que apesar do que eu tinha feito entendesse, só que vamos supor assim, eu não matei ninguém, não robei, né, queimei a minha casa, só que era minha, entendesse? [...] aí na hora que eu caí no presídio, aquilo ali foi uma facada, aquilo ali foi uma tristeza pra mim, entendesse?” (Ciro)

Esta estrutura social masculina, orientada por masculinidades violentas, também está presente nas instituições e exerce meios de violência para combater a violência perpetuada pelos homens, ou seja, é a mesma que condiciona e caracteriza as masculinidades nos diversos contextos.

Neste sentido, segundo Connell (1995), não existem modelos fixos de masculinidades ou feminilidades, mas sim uma teia de relações sociais e políticas econômicas e culturais que sustentam essas formas de comportamentos. Dessa forma, compreende que a dominação está condicionada a atributos como sexo, raça, cultura, desigualdade econômica, entre outros. Isto é, depende da estrutura social, política, econômica e cultural, além das configurações que formam as relações de gênero. Ainda, pode-se apontar que a forma como o policial reagiu na abordagem com Moises (“ele não me escutou, me deu uma gravata e me jogou pra dentro do carro da polícia”), faz pensar que a polícia, enquanto instituição que é, eminentemente, masculina, reforça a prática da violência.

Outro aspecto elencando por Moises e Ciro foi o sentimento de vergonha e humilhação diante do fato de ser algemado. Assim, existem aspectos que podem estar presentes, como o fato de não reconhecerem a violência como crime, e, portanto não se sentirem responsáveis pelos fatos. Ainda que a vergonha esteja atrelada às características das masculinidades, eles expressam os sentimentos de

que homem não pode perder, deve ser forte, não chora, não sente (NOLASCO, 1995).

6.6 ELEMENTOS DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE SI RELACIONADOS À FAMÍLIA DE ORIGEM, ESCOLA, VIDA SOCIOCULTURAL E COMUNITÁRIA

Nesta categoria de análise, as narrativas apresentam aspectos com relação ao sentimento e a percepção dos homens, apontando dimensões que compõem as masculinidades hegemônicas presentes nas práticas de violência. Isto é, apresentamos a influência das instituições na construção e manutenção destas masculinidades.

“Minha lembrança era de levar reguada, daquelas de madeira, na cabeça, nos dedos. Ficar de joelho na pedra brita, entendeu? E meu objetivo era só fazer, eu comer o lanche, eu chegava, eu levava uma roupa dentro da bolsa, chegava do recreio, ia lá e batia o ranginho, aí voltava e mentia? pra professora: ó, a diretora tá chamando a senhora lá, aí quando a professora ia pra diretoria, eu pulava a janela e ia tomá banho no rio, entendeu? Inclusive, com treze anos, fui expulso da onde eu ficava porque não aturaram mais.” (Pietro)

Na narrativa de Pietro, ao afirmar que sofria violência na escola, que ia pra escola só comer lanche, e que, aos treze anos, foi expulso, isso remete a pensar sobre a participação da instituição escolar na vida deste homem. Connell (1995) compreende que existe uma narrativa convencional de como as masculinidades são construídas. Nesta perspectiva, toda cultura possui uma definição de conduta e dos sentimentos apropriados aos homens. Estes são pressionados a agir e a sentir desta forma e a se distanciar do comportamento das mulheres, distinguindo-se enquanto oposto. A pressão em favor da conformidade vem das famílias, das escolas, da mídia e dos empregadores. Os homens internalizam esta norma social tendo como custo, frequentemente, a repressão dos sentimentos. Esses aspectos, ao responder a norma masculina, podem levar os homens à violência ou a apresentar dificuldades na convivência com as mulheres.

Este modelo de instituição pode reforçar uma norma social imposta, que Connell (1995) analisa como produto de uma narrativa convencional que, de certa forma, impõe aos homens modelos de comportamento que lhe são apropriados.

Por outro lado, Moisés, ao falar sobre seu pai, reforça a ideia do homem que comanda, sendo a autoridade da casa: “meu pai é a estrutura da casa”. E à mãe,

refere-se como: “minha mãe é um anjo da minha vida”. Ao narrar quando foi a primeira vez que disse “eu te amo” ao seu pai, refere-se que foi quando esteve fora, internado, e estava fragilizado com risco de morte.

“Ah! Aquilo ali foi que nem tirar um nó da garganta, a palavra não conseguia sair. O médico disse que ele tinha pouca chance, eu achei que ali era a hora certa de chegar e falar pra ele assim: Pai [...] [neste instante, Moises chorou] Antes de perder ele, eu vou falar o que tenho pra falar, até ele chorou, assim, né, a gente nunca foi de se abraçar, sempre na base dos berro, conversa e nunca foi de chegar assim e dar um abraço. Cheguei, dei bênção na mão dele e disse: “pai, eu te amo”. Foi para que, tipo assim, uma confissão!” (Moisés)

Para Garcia (1998), Arilha (1998), Medrado (1998), Nolasco (1995) e Connell (1995), a expressão dos sentimentos contrapõe a norma masculina, ou ainda, a narrativa convencional de que os homens são possuidores de força e poder e devem corresponder a estas características.

“[...] o pai era mais brutal, quando o pai já chegava brabo, nós já saía prum lado, pra não ver ele, porque se o pai pegasse memo, ele era mais fechadão, então era só o pai arregalar o olho pra nós, nós já sabia que ele tava já perto pra falar alguma coisa ou fazer aquelas coisa ligeiro [...] Às vezes, eu passava até um mês sem falar com ele.” (Moisés)

“[...] quando o pai viu, meu deus do céu, o pau pegou! Era tanto o pai e a mãe me dando: “seu ladrão, seu vagabundo, vamo lá devolver onde você pegou isso aqui!” [...] Mas me rasgou tudo a paulada, por isso que hoje eu iduco o que eu tenho, que eu posso ver ali, ó, fardos e fardos de dinheiro, como eu trabalho em casa só de milionário, se eu não levasse aquelas varadinhas de marmelo de se mijar nas cueca, entendeu?, hoje eu era usuário de droga, eu era um vagabundo, um ladrão.” (Antenor)

Antenor justifica a violência adotada pelo pai como forma de educar, no entanto, atribui sua conduta como corretiva na educação que dá a seus filhos. Oliveira (1998) analisa que os homens afirmam se beneficiar da opressão das mulheres, que, ao mesmo tempo, são oprimidos pelas relações de gênero, mas alguns, certamente, sentem-se ameaçados. Também são emocionalmente limitados, e possuem uma saúde mais fragilizada e, conseqüentemente, uma perspectiva de vida menor, comparada a das mulheres. Este é o custo por “estar no topo”.

Conforme narra Pietro:

“Já vem da própria geração da família, porque inclusive, meus primos já são tudo morto, todos eles foram mortos a tiro ou a facada, cinco irmão meu foram morto a facada e dois foram morto a tiro, e mais um enforcado, [...] Meu tio, meu tio morreu com doze tiros [...] tem, tenho um irmão que matou [...] agora, faz quatro ano que ele foi morto, [...] desde criança passei muita fome, sede, frio, fui espancado pelo pai, [...] nós era em quinze irmãos [...]

foi por isso que meu pai abandonou nós, foi para o Paraguai, ficou muitos anos longe, afastado de nós, e só minha mãe não dava conta de tudo, a família que ele deixou, né.” (Pietro).

Nolasco (1995) avalia que as masculinidades estão amparadas por modelos educacionais que se sustentam, inibindo a infância, negando as dimensões inerentes a ela, e, assim, propiciando terreno para proliferar a violência e a tirania. O autor avalia, também, que a violência masculina sustenta-se na negação das necessidades afetivas. No processo de construção de si, esses homens constituídos como agressores fazem parte de um sistema simbólico. A experiência sobre o que é ser homem, envolve ordens simbólicas, referidas a gênero e a masculinidades nas quais eles se assumem em contextos compartilhados. Assim, pode-se dizer que a violência ocorre numa esfera composta por relações, portanto pode ser compreendida como relacional.

Percebe-se, por meio da narrativa dos homens que agridem, que estes possuem características de masculinidades em comum, que estão atreladas à constituição de si, sendo estas amparadas pela relação de poder que se revela nas relações de gênero. A relação da heterossexualidade sustenta a violência de gênero devido aos processos de vitimização nos conteúdos gendrificados e das experiências das masculinidades como norma heterossexual.

Os aspectos relacionados à história de vida desses homens, muitas vezes marcada pelo abandono, pela miséria, pela negligência dos pais ou, ainda, do Estado, também são fatores contribuintes para que estes homens se tornem autores de violência de gênero, já que são produtos desta sociedade que, de certa forma, os condena, mas também, os constrói para muito além dos atos de violência.

“[...] eu disse que fugi de casa pra procurar outra alternativa pra eu sobreviver e não passar mais fome [...] meus onze irmãos passavam fome junto comigo, entendeu? [...] Um dia, cheguei em casa, minha mãe tava chorando, fui lá no quarto, ela tava na janela. [...] ela disse: o teu pai anda me espancando todo dia [...] Aonde que eu saí, fui até um bar tomar uma cerveja com os colega. Meu, quando eu voltei, cheguei em casa, eu ouvi um grito pedindo socorro, eu ouvi os grito da minha mãe dentro do quarto, [...] e eu tracei os braço dele, daí eu peguei e disse pra ele: “de hoje em diante [...] você nunca mais levanta uma mão pra dar na minha mãe”. (Pietro).

Através da narrativa de Pietro, fica evidente que a situação de abandono familiar, histórico de violência entre os pais, falta de alimentos e perspectiva de vida, podem ter contribuído de forma significativa para a expectativa de vida deste homem.

Pietro, por meio de sua narrativa, aponta características que revelam estruturas simbólicas que compõem suas masculinidades. Estes aspectos presentes interagem na vida, não somente de Pietro, mas também de outras narrativas estacadas. Estes homens são impetradores de violência contra as suas companheiras e estão inseridos em um sistema de valores. No entanto, ao se autonarrarem, constroem ressignificações para corresponder às pressões, para dar respostas pontuais a um sistema de controle legal, ou familiar. Estes homens, ao narrarem-se, estão produzindo um sistema representacional sobre si que é reiterativo. Pietro, além das práticas de violência que teve com as ex-companheiras, narra, também, a prática da violência contra seu pai. Neste sentido, não é viável pensar que as masculinidades violentas estejam somente inseridas na lógica de anti-mulher ou de anti-homem.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas dos homens autores de violência de gênero permitiram elencar elementos que demarcam os contextos das masculinidades no âmbito da violência de gênero.

Através deste estudo foi possível perceber que as masculinidades visibilizadas através das narrativas, dos Boletins de Ocorrência e dos históricos de atendimento revelam aspectos que vão além, ultrapassando a visão de vítima e agressor ou masculinidades norteadas pela lógica de anti-homem ou anti-mulher. Através dos conceitos teóricos, observou-se que o campo da violência de gênero com foco nas masculinidades aponta outros caminhos, outros olhares e outros desafios.

Ao buscar respostas para compreender se há alguma possibilidade, nestas práticas de violência, para que estes homens se enquadrem fora da linguagem, da percepção e dos efeitos que os constituem enquanto agressores, observou-se que as narrativas, os dados estatísticos e os relatos dos Boletins de Ocorrência e dos históricos de atendimento permitiram adentrar no serviço de atendimento e, ao mesmo tempo, dar voz a estes homens. Certamente, eles não são vítimas, tampouco podem ser compreendidos somente como “agressores”. São homens que reproduzem uma forma de ser, apreendida nas diversas esferas. São produzidos por um meio, por culturas. Pensá-los fora destes territórios seria uma utopia, no entanto, é preciso olhar as masculinidades violentas ou os homens agressores numa perspectiva de mudança, não somente do “ser homem”, mas uma mudança de valores, de significados, de formas de interação, no sentido de constituir relações de não violência.

Os homens que participaram das narrativas, ou ainda, os 125 homens de quem foram extraídos os dados são pessoas comuns que transitam em outros territórios, e, muitos deles, possuem o desejo de ser diferente e ser não violento com a esposa, ou ainda com os filhos e parentes. No entanto, fazem parte, ainda, de uma sociedade machista, que os condena se não corresponderem à ordem masculina e forem homens de verdade. Desconstruir esse jeito de ser homem, certamente, é um dos desafios que também simboliza a ruptura com o sentimento de dominação que está presente nas masculinidades violentas.

Outro elemento que se faz necessário destacar é que estes homens, assim como observado no terceiro e quarto capítulos deste trabalho, possuem masculinidades diversas, entre elas masculinidades violentas; no entanto, não estão sozinhos. Outros homens, que não são instituídos com masculinidades violentas, também representam práticas de violência que podem estar associadas à forma como se comportam e fazem-lhes se sentir pertencentes ao mundo masculino ou, ainda, que somente assim serão reconhecidos como homens de verdade. Assim, Bourdieu (2010) sinaliza as estruturas de dominação que os homens utilizam através da violência física e da violência simbólica, a fim de manifestar sua honra e virilidade e de ser reconhecido enquanto verdadeiros homens. Este autor aponta para os muitos ritos institucionais que também são exercidos nas escolas, no exército, na arte, na religião, ou na língua entre outros.

Em outra questão deste trabalho, visando compreender como são constituídos estes homens agressores, foram feitos alguns apontamentos e considerações sobre o contexto da violência de gênero. Através de dados estatísticos e das narrativas dos homens, foi possível identificar quando, como, e quem os institui agressores. Por intermédio da fala das mulheres nos serviços de atendimentos (Boletim de Ocorrência e histórico de atendimento no PPCVDI), que narram estes homens e os descrevem como sendo agressores, as narrativas delas nos remetem a pensar como estes são instituídos diante da violência praticada. É importante considerar que as masculinidades violentas possuem uma dimensão complexa e diversa, e, também, contraditória, visto que a forma como elas são produzidas pelo discurso dos técnicos e dos serviços de delegacia e polícia pode, muitas vezes, reforçar a prática da violência. No entanto, fica aqui uma lacuna: não há dados estatísticos sobre esses homens, eles simplesmente são entendidos como “agressores” tanto nos Boletins de Ocorrência, nos processos judiciais como nas abordagens policiais. As delegacias, as comarcas e os poucos serviços que atendem estes homens não possuem um banco de dados, e isso está relacionado com a forma como estes são constituídos, isto é, como “agressores”, não como cidadãos de direitos. Reconhecer tal condição, contudo, não lhes tira a responsabilidade pelos atos da violência que cometeram.

Outro elemento que se destaca foi que os dados coletados neste trabalho nos mostram que 35,6% das famílias dos homens que frequentaram ou ainda frequentam as atividades de grupo do PPCVDI, permaneceram vinculadas ao

atendimento por mais de dois anos. Isso remete a pensar que as masculinidades vividas nas relações de violência possuem raízes profundas, que podem estar vinculadas à cultura e às práticas institucionais, seja nas religiões, escola, família, entre outras. Estas são as características e aspectos que permeiam as relações de violência de gênero vividas por estes homens.

A violência de gênero está conectada aos valores de construção do sujeito. A ruptura com essa violência de gênero está associada à mudança no âmbito das experiências com masculinidades e feminilidades, assim como nas práticas institucionais, como o caso da polícia que, conforme narrativa de dois entrevistados, utilizaram de violência física e verbal durante as abordagens. Estes fatos estão relacionados às masculinidades violentas, que não fazem somente parte da prática de homens que agridem suas companheiras, mas sim, estão presentes na vida da sociedade.

Os elementos elencados nas narrativas das agressões praticadas estão presentes em todas as entrevistas e têm como foco compreender as principais dimensões que compõem as masculinidades em situações de violência e o que elas revelam sobre este homem.

Destacamos os elementos desencadeadores de violência que se fizeram mais presentes, os quais respondem a algumas das questões deste trabalho. As características destes homens são marcadas por diversos fatores, entre eles o alcoolismo, a sexualidade não correspondida por parte da companheira, a defesa da honra, a falta de cuidado com a casa e filhos por parte da companheira, as agressões verbais por parte de suas companheiras, o abano familiar na infância, entre outros.

A narrativa sobre si possibilitou apontar elementos de como se veem no ato da agressão. Dos cinco entrevistados, nenhum deles assume, de fato, ser agressor. Ciro ateou fogo na casa e agrediu fisicamente a companheira, no entanto, afirma não lembrar-se de nada. Não acredita que praticou estes atos, mas reconhece que usou bebida alcoólica por muito tempo. Pietro, ao narrar sua convivência com as ex-companheiras, verbaliza que é machista e que por diversas as agrediu, contudo, transfere a responsabilidade pelas agressões às ex-companheiras. Afirma, ainda, que o alcoolismo sempre esteve presente nas situações de violência praticadas. A situação se repete com Antenor, que atribui os atos de agressões pelo fato de sua esposa não compreendê-lo. Este, diferentemente dos demais, traz em sua narrativa

aspectos relacionados a falta de relações sexuais com sua companheira, e que, por esse motivo, usava bebidas alcoólicas. Moisés e Ari não se veem como agressores, apenas afirmam que agrediram com palavras. Aspectos como a falta de relações sexuais com as companheiras, a desobediência das mesmas, a falta de cuidado com os filhos e com a casa, o descontrole por ter bebido, o não reconhecimento de si como autores de violência, a história de vida marcada por abandono familiar e violência, dentre outras situações são elementos presentes nas narrativas.

Nestas narrativas, fica evidente como se sentiram com relação a abordagem policial, ou Delegacia e/ou Fórum. Estes homens narram situações em que se sentiram injustiçados. Estas, talvez, sejam as principais dimensões que compõem as masculinidades hegemônicas em situações de violência.

É certo que esta pesquisa contribuiu para conhecer um pouco destas diversas masculinidades presentes no contexto da violência de gênero. O que nos preocupa é a forma como o Estado, através das Políticas Públicas, vem conduzindo o olhar para este fenômeno, muitas vezes ainda de forma binária e dual, reforçando a compreensão que se tem sobre quem é a vítima e quem é o agressor.

Em outra categoria de análise, buscou-se trazer alguns elementos do processo de construção de si relacionados à família de origem, escola, vida sociocultural e comunitária, sendo que estes estão presentes na constituição destas masculinidades, assim entendidas por Connell (1995), Medrado (1998), entre outros.

Estes modelos de masculinidades violentas agem, de certa forma, ancorados por sistemas de valores e significados, sentidos, aos quais estão condicionados não somente a dominação dos homens sobre as mulheres, mas dos homens sobre os homens, das mulheres sobre as mulheres, do homem branco sobre o homem negro, do policial (homem) sob o homem compreendido como agressor, e diversos contextos.

Compreende-se, todavia, que estas masculinidades violentas estão caracterizadas, muitas vezes, em nome da honra, da virilidade. Este mesmo sistema de valores os coloca em situação de vulnerabilidade, já que os homens são construtos de diversas instituições que, através de uma ordem simbólica, os faz e a eles determina responder a papéis que os legitimam enquanto homens de verdade. Isso foi evidenciado ao longo da pesquisa, quando, ao analisar relatos dos Boletins de Ocorrência ou relatos dos profissionais do PPCVDI, se tornaram evidentes as masculinidades violentas presentes nestes homens agressores.

Ao buscar compreender como estes homens se reiteram frente à construção de que são homens agressores, encontram-se aspectos para além deste objetivo. O que ficou evidenciado através narrativas é que existem momentos em que é possível conectar os atos de violência como uma reiteração, enquanto homens que buscam afirmar sua masculinidade através da violência, no entanto, eles não se reconhecem como agressores. E aí, fica um dos desafios para pensar futuras pesquisas: como desenvolver estudos com este campo, sem haver, de fato, homens que se compreendam enquanto agressores? O ponto-chave está em percebê-los para além das masculinidades violentas.

Este trabalho permitiu conhecer, com mais propriedade, de quais agentes se estava falando, já que no município de Blumenau existe um serviço de atendimento que possibilitou visibilizar o perfil dos homens que são atendidos e constituídos enquanto agressores.

A experiência em ouvir os homens, no sentido de complexificar o conhecimento sobre o fenômeno da violência de gênero, trouxe dúvidas e muitas problematizações que não se limitam a este trabalho. A experiência remete a pensar a necessidade de conhecer mais profundamente o que os edifica, e consolidar as masculinidades que são amparadas pelas práticas de violência, para além da violência de gênero.

Certamente há lacunas que precisam ser revistas. Novos estudos precisam ser feitos para compreender o que, de fato, os constitui agressores. E, ao serem constituídos como tal, de que forma isso contribui para que parem de agredir?

Trazer a tona problematizações teóricas que permeiam as masculinidades, que a cultura lhes impôs (de que são fortes e não temem a morte, policiais, juízes, etc.) são formas de expressões de um masculino, ou de masculinidades, que o re-enterram e se fazem presentes, às vezes inconscientemente e institucionalmente. Quando se estudam as narrativas dos homens autores de agressão, precisa-se se ater as formas simbólicas nas quais estão inseridos. Somente assim pode-se pensar a quais masculinidades pertencem estes homens agressores. Desmistificá-las ainda é um processo que precisa ser estudado, discutido e conectado à trajetória histórica do movimento feminista.

Certamente, as repostas para as perguntas deste trabalho precisam ainda ser amadurecidas. O desafio está em instigar cada vez mais o olhar acadêmico para este de campo da violência de gênero, considerando as masculinidades. Estudar

quem são os homens agressores, como são constituídos, o que pensam e o que sentem são questões que, ao serem temas de estudos, podem contribuir para pensar um outro olhar, que não seja o de simplesmente “agressor”, e, assim, possibilitar a este homem ressignificar sua interação com as pessoas que o cercam, diminuindo a violência de gênero tão presente nesta sociedade. Logicamente, este tema é complexo e está atrelado à masculinidades e feminilidades, no entanto, encontrar formas de enfrentá-lo faz com que repensemos, muitas vezes, aspectos da vida cotidiana.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Fernando. **Homens, violência de gênero e saúde sexual e reprodutiva:** um estudo sobre homens no Rio de Janeiro/Brasil. Rio de Janeiro: Instituto NOOS, 2003.
- ALMEIDA, Maria Isabel Mendes. **Masculino/Feminino:** tensão insolúvel. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- ALVES, Maria de Fátima Paz. Masculinidade/s: considerações a partir da leitura crítica de alguns textos que focalizam homens. **Revista Ártemis** (edição eletrônica), v. 3, dez. 2005. Disponível em: <www.prodema.ufpr/revistaartemis/numero3/numero03.htm>. Acesso em: 12 ago. 2008.
- ALVES, Sandra Lúcia Belo; DINIZ, Normélia Maria Freire. Eu digo não, ela diz sim: a violência conjugal no discurso masculino. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 58, n. 4, p. 387-392, jul/ago. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v58n4/a02v58n4.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2012.
- ALVIM, Simone Ferreira; SOUZA, Lídio de. Violência conjugal em uma perspectiva relacional: homens e mulheres agredidos/ agressores. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, v. 7, n. 2, p. 171-206, 2005. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/1041/759>>. Acesso em: 12 out. 2012.
- ARILHA, M. Homens: entre a “zoeira” e a “responsabilidade”. In: ARILHA, Margareth; RIDENTI, Sandra; MEDRADO, Benedito. **Homens e masculinidades:** outras palavras. São Paulo: ECOS/Editora 34, 1998.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1994.
- BARDINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado:** o mito do amor materno. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1985.
- BECKER, Howard Saul. **Métodos de pesquisa em ciências sociais.** São Paulo: Hucitec, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **A Profissão de sociólogo:** preliminares epistemológicas. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus, 1996.

BRASIL. **Lei 11340 de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal... Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em: 23 out. 2012

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**, 2010. Disponível em: <<http://www.sepm.gov.br/subsecretaria-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/pacto/texto-pacto-enfrentamento-violencia-contra-mulheres.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2012.

BRASIL. Senado Federal. Conselho Nacional Antidroga. **I Levantamento Nacional sobre os Padrões de Consumo de Álcool na População Brasileira**, 2007. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>> Acesso em: 1 out. 2012.

BRAZ, Marlene. A construção da subjetividade masculina e seu impacto sobre a saúde do homem: reflexão bioética sobre justiça distributiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 1, p. 97-104, jan./mar. 2005.

BUTLER, Judith. **Deshacer el género**. Barcelona: Paidós, 2004.

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo. **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 11-42, 1998.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASIMIRO, Claudia. Violências na conjugalidade: a questão da simetria do gênero. **Análise Social**, v. 53, n. 3, p. 579-601, 2008.

COELHO, Sandra M. P. de Freitas; CARLOTO, Cássia Maria. Violência doméstica, homens e masculinidades. **Revista Textos & Contextos**, v. 6, n. 2, p. 395-409, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/viewFile/2333/325>> Acesso em: 20 jun. 2012.

CONNELL, Robert W. Políticas da Masculinidade. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, p. 185-206, jul./dez. 1995.

COSTA, Cláudia Lima. O tráfico do gênero. **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 127-140, 1998.

COSTA. Cláudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. **Cadernos Pagu**, n. 19, p. 59-90, 2002.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

DABAT, Christine Rufino. Dimensões da violência patronal contra as trabalhadoras rurais na zona canavieira de Pernambuco. In: CASTILLO, Martín Márcia; OLIVEIRA, Suely de (Org.). **Marcadas a ferro: violência contra a mulher - uma visão multidisciplinar**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

DANTAS, Benedito Medrado; MELLO, Ricardo Pimentel. Posicionamentos críticos e éticos sobre a violência contra as mulheres. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. esp., p.171-206, 2008. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822008000400011>
Acesso em: 5 fev. 2012.

DEBERT, Guita Grin. As Delegacias de Defesa da Mulher: judicialização das relações sociais ou politização da justiça In: CORRÊA, Mariza; SOUZA, Érica Renata de. **Vida em família: uma perspectiva comparativa sobre crimes de honra**. Campinas, UNICAMP, 2006. p. 15-64.

DESLAURIERS, J. P.; KERISIT, M. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

DUARTE, P. C. V.; STEMPLIUK, V. A.; BARROSO, L. P. **Relatório Brasileiro Sobre Drogas**. Brasília: Secretaria Nacional Sobre Drogas/SENAD, 2009.

DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

ENCONTRO ANUAL DE MULHERES PARLAMENTARES. 2012, Valparaíso. **Perspectiva nacional sobre a violência de Gênero nas Américas e no Caribe**. Valparaíso, Chile, 09-10 de maio 2012. Disponível em:
<<http://www.parlamerica.org/en.aspx>>. Acesso em: 12 nov. 2012.

FARIA, Jeovane Gomes de; SCHNEIDER, Daniela Ribeiro. O perfil dos usuários do CAPSAD-Blumenau e as políticas públicas em saúde mental. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 3, p. 324-333, 2009.

FONSECA, Jorge Luiz Cardoso Lyra da. **Homens, feminismo e direitos reprodutivos no Brasil: uma análise de gênero no campo das políticas públicas (2003 – 2006)**. 2008. 248 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 20. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Tecnologias del yo y otros textos afines**, Paidós, 1990.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Pesquisa mulheres brasileiras e gênero nos espaço privado e público**, 2010. Disponível em:
<<http://www.fpabramo.org.br/sites/default/files/pesquisaintegra.pdf>> Acesso em: 11 set. 2012.

GARCIA, Sandra Mara. Conhecer os homens a partir do gênero e para além do gênero. In: ARILHA, Margareth; RIDENTI, Sandra; MEDRADO, Benedito. **Homens e masculinidades**: outras palavras. São Paulo: ECOS/Editora 34, 1998. p. 31-50.

GIDDENS, Anthony. **A Transformação da Intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: UNESP, 1993.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1991.

GODINHO, Tatau. A ação feminista diante do Estado: as mulheres e a elaboração de políticas públicas. In: FARIA, Nalu; SILVEIRA, Maria Lúcia; NOBRE, Miriam (orgs.). Gênero nas políticas públicas. **Cadernos Sempreviva**. São Paulo: SOF, 2000.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

GREGORI, M. F.; DEBERT, Guita G. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 66, fev. 2008.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas**: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. São Paulo: Paz e Terra; 1993.

GROSSI, M. P. "Vítimas ou Cúmplices? Dos Diferentes Caminhos da Produção Acadêmica sobre Violência contra a Mulher no Brasil". In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 15, 1991, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 1991.

GROSSI, M. P. **Masculinidades**: uma revisão teórica. Antropologia em primeira mão. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: UFSC, 2004.

GUTMANN, Matthew. O fetiche totêmico da sexualidade masculina: oito erros comuns. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 69, p. 5-20, fev. 2009.

HEILBORN, Maria Luiza. Gênero e Condição Feminina: uma abordagem antropológica. **Revista Mulher e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: IBAM/UNICEF, 1991.

HÉRITIER, Francoise. Le sang du guerrier et le sang des femmes. **Les Cahiers Du GRIF**, n. 29, p. 7-21, 1984.

INSTITUTO AVON/IPSOS. **Percepções sobre a violência contra a mulher no Brasil**, 2011. Disponível em: <<http://www.sepm.gov.br/subsecretaria-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/lei-maria-da-penha/pesquisa-avon-2011.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2012.

IZUMINO, Wânia Pasinato; SANTOS, Cecília MacDowell. Violência Contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. **Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe**, 2005. Disponível em: <<http://www.nevusp.org/downloads/down083.pdf>>. Acesso em: 12 de Nov. 2009.

JAGGAR, Alison. **Amor e conhecimento**: a emoção na epistemologia. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. W. Entrevista narrativa. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes 2002. p. 90-113.

KAUFMANN, Jean-Claude. A invenção de si: uma teoria da identidade. Tradução Joana Chaves. Lisboa: Instituto Piaget, 2005. **Coleção Epistemologia e Sociedade**.

KERGOAT, D. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. (Orgs.). **Gênero e saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

GIFFIN, Karen. A inserção dos homens nos estudos de gênero: Contribuições de um sujeito histórico. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 10, n. 1, p. 47-57, 2005.

LAMOUREAUX, Diane. Público/privado. In: HIRATA, Helena et al (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

LAURETIS, Teresa. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, B. H. **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LENOIR, Remi. O objeto sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, Patrick. **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 59 -106.

LINCOLN, Yvonna S.; GUBA, Egon G. O sétimo momento. Deixando o passado para trás. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa**: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed: Bookman, 2006. p. 388 – 406.

LOURO, Gracira Lopes (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

MACHADO, Lia Zanotta. Gênero: um novo paradigma. **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 107-125, 1998.

MACHADO, Lia Zanotta. **Masculinidades e Violências**: gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. (Antropologia, 290)

MACHADO, Lia Zanotta. **Feminismo em Movimento**. 2. ed. São Paulo: Francis, 2010.

MACHADO, Lia Zanotta; MAGALHÃES, Maria T. Bossi. **Violência Conjugal**: os espelhos e as marcas. Brasília: EDUnB: Ed. Paralelo 15, 1998. Disponível em: <<http://www.alexandracaracol.com/Ficheiros/violencia%20domestica.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2012.

MACHADO, Maria Renata Coelho. Narrativa de mulheres vítimas de violência: passos do processo. **Psicologia**: Teoria e Prática, v. 6, n.1, p. 97-104, 2004.

MADUREIRA, Valéria Silvana Faganello. Gênero e poder. **Revista Grifos**, n. 16, p.13-25, mai./2004.

MATHIEU, Nicole Claude. Identidad sexual/sexuada/de sexo: tres modos de conceptualización de la relación entre sexo y género. In: GILLAUMIN, Collete; TABET, Paola; MATHIEU, Nicole-Claude. **El Patriarcado al desnudo**: tres feministas materialistas. Buenos Aires: Brecha Lésbica, 2005. p. 130-175.

MATHIEU, Nicole Claude. **L'anatomie Politique**. Paris: Cote-Femmes, 1991.

MEDEIROS, M. C. Unidos contra a violência. In: MARTÍN-CASTILLO, Márcia; OLIVEIRA, Suely de. **Marcadas a ferro**: violência contra a mulher - uma visão multidisciplinar. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

MEDRADO, Benedito. Homens na arena do cuidado infantil: imagens veiculadas pela mídia. In: ARILHA, Margareth; RIDENTI, Sandra; MEDRADO, Benedito. **Homens e masculinidades**: outras palavras. São Paulo: ECOS/Editora 34, 1998. p. 145-161.

MEDRADO, Benedito; GRANJA, Edna. Homens, violência de gênero e atenção integral em saúde. **Revista Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 1, p. 25-34, 2009.

MENEZES, Maria do Carmo Ibiapina de. Quando o risco está em casa: Violência e gênero na França, na virada do século. In: CASTILLIO, Martín Márcia; OLIVEIRA, Suely de (Org.). **Marcadas a ferro**: violência contra a mulher - uma visão multidisciplinar. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

MILLER, Michael Vicent. **Terrorismo íntimo**: a deteriorização da vida erótica. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

MINAYO, Maria Cecilia de S. et al. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MUSZKAT, Malvina Ester (org.). Violência de gênero e paternidade. In: ARILHA, Margareth; RIDENTI, Sandra; MEDRADO, Benedito. **Homens e masculinidades**: outras palavras. São Paulo: ECOS/Editora 34, 1998. p. 215-233

NADER, Maria Beatriz. **A violência contra a mulher sul-americana: estatísticas das denúncias**. In: REUNIÓN DE ANTROPOLOGIA DEL MERCOSUR: diversidade y poder em América Latina, 8, Buenos Aires, set./out., 2009. Disponível em: <[www.ram2009.unsam.edu.ar/GT/GT%2037%20%E2%80%93%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20y%20Antropolog%C3%ADa%20en%20las%20%20C3%81reas%20de%20Derechos%20Humanos,%20Seguridad%20P%C3%ABlica%20y%20Comun/GT37-Ponencia\(NADER\).pdf](http://www.ram2009.unsam.edu.ar/GT/GT%2037%20%E2%80%93%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20y%20Antropolog%C3%ADa%20en%20las%20%20C3%81reas%20de%20Derechos%20Humanos,%20Seguridad%20P%C3%ABlica%20y%20Comun/GT37-Ponencia(NADER).pdf)>. Acesso em: 26 mar. 2012.

NICHOLSON, Linda. Interpretando gênero. **Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, 2000.

NOLASCO, S. **De Tarzan a Homer Simpson: banalização e violência masculina em sociedades contemporâneas ocidentais**. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 2001.

NOLASCO, Sócrates. **O mito da Masculinidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1995.

OLIVEIRA, Pedro Paulo. Discursos sobre a masculinidade. **Estudos Feministas**, v. 6, n. 1, 1998.

PISANO, Margarita. **El Triunfo de la Masculinidad**, 2004. Disponível em: <http://webs.uvigo.es/pmayobre/pdf/pisano.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2012.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila Mezan (Org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2002, p. 7-42. Disponível em: <<http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/files/Adriana01.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2011.

PORTELA, Ana Paula. Novas faces da violência contra as mulheres. In: CASTILLO, Martín Márcia; OLIVEIRA, Suely de (Org.). **Marcadas a ferro: violência contra a mulher - uma visão multidisciplinar**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

POUPART, Jean. A entrevista do tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 215-253.

ROCHA, Lourdes de Maria Leitão Nunes. **Casas-Abrigo: no enfrentamento da violência de gênero**. São Paulo: Veras Editora, 2007.

ROWBOTHAM, Sheila. Lo Malo del “patriarcado”. In: Samuel, R. (ed.). **Historia popular y teoria socialista**. Barcelona: Crítica, 1984. p. 248-56.

SÁ, J. L. M. (org.). **Serviço Social e Interdisciplinaridade: dos fundamentos filosóficos à prática interdisciplinar no ensino, pesquisa e extensão**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Contribuições feministas para os estudos de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 115-136, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth. I. B. **Quem mandou nascer mulher?:** estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.

SANTA CATARINA. **Lei 5825 de 27 de dezembro de 2001.** Autoriza o Poder Executivo a Criar O "Programa de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Intrafamiliar", no âmbito do município de Blumenau. JusBrasil. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/266947/lei-5825-01-blumenau-sc>>. Acesso em 5 set. 2012

SANTOS, Vanessa de Flores. Gênero, Masculinidades e Violências. **Revista Todavia**, ano 1, p. 19-124, jun. 2010.

SCHWANDT, Thomas A. Três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa: interpretativismo, hermenêutica e construcionismo social. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Eds.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 193-217.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 16, n. 2, p. 5 – 22, jul./dez. 1990.

SIMÃO, Caio Rafazzi; TONELI, Maria Juraci F. Violência contra a mulher em Santa Catarina: um estudo exploratório a partir da análise de boletins de ocorrência da delegacia especializada no atendimento à mulher de Florianópolis. In: CÓRDOVA, Luís Fernando Neves et al. **Os 25 anos da Delegacia da mulher de Florianópolis.** Florianópolis: UFSC/CFH/NUPPE, 2010.

STOLLER, Robert. **Recherches sur l'Identité Sexuelle.** Paris: Gallimard, 1978.

TAMANINI, Marlene. Gendrificação, ciência e ética em contextos de experiência reprodutiva. **Revista PISTIS & PRAXIS:** Teologia e Pastoral, Curitiba: PUC, 2012.

TEIXEIRA, Analba Brazão. **Nunca você sem mim:** homicidas-suicidas nas relações efetivo-conjugais. São Paulo: Annablume, 2009.

TEIXEIRA, Marilandi do Rocio. "O que você está fazendo? Impasses e perspectivas para a 'base pantera'. A escuta de crianças vítimas de abuso sexual na Delegacia da Mulher em Florianópolis. In: CÓRDOVA, Luís Fernando Neves et al. **Os 25 anos da Delegacia da mulher de Florianópolis.** Florianópolis: UFSC/CFH/NUPPE, 2010.

TOLSON, Andrew. **Os Limites da Masculinidade.** Lisboa: Assírio e Alvim, 1983.

UNBEHAUM, Sandra G. A desigualdade de gênero nas relações parentais: o exemplo da custódia dos filhos. In: ARILHA, Margareth; RIDENTI, Sandra; MEDRADO, Benedito. **Homens e masculinidades:** outras palavras. São Paulo: ECOS/Editora 34, 1998. p. 163-184.

ANEXOS

ANEXO A – LEI MUNICIPAL Nº 5825/2001

LEI Nº 5825

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR O "PROGRAMA DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E INTRAFAMILIAR", NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO.

DÉCIO NERY DE LIMA, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar o "Programa de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Intrafamiliar", no âmbito do Município, que tem por objetivo o atendimento das mulheres e de seus filhos em situação de violência doméstica e intrafamiliar, garantindo-lhes a proteção, a informação e a integridade física e psicológica.

Art. 2º A operacionalização do "Programa de Prevenção e Combate à Violência Contra a Mulher" tem por base legal a Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, a Lei Federal n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, a Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e o Fórum em Defesa às pessoas vítimas de violência intrafamiliar.

Art. 3º O Programa de que trata esta Lei será desenvolvido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, que poderá conveniar-se com entidades públicas e privadas, competindo-lhe ainda:

- I - elaborar ações preventivas e conscientizadoras sobre a violência contra a mulher;
- II - estimular, apoiar e desenvolver estudos e diagnósticos sobre a situação da violência contra a mulher;
- III - estabelecer, em parceria com as Secretarias afins, programas de formação e treinamento dos servidores públicos municipais, visando capacitar profissionais para atender as especificidades do problema da mulher em situação de violência;
- IV - formular e executar as políticas que visem minimizar a ação da violência contra a mulher;
- V - propor a celebração de convênios que digam respeito à políticas específicas, inclusive no âmbito da pesquisa e da formação de recursos humanos, relacionadas à mulher em situação de violência;
- VI - desenvolver gestões, de modo articulado, junto aos demais órgãos do Município que já executam, no todo ou em parte, as atribuições previstas nesta Lei, para

equacionamento comum e integrado das questões afins;

VII - gerenciar os elementos necessários ao desenvolvimento de suas atribuições, oferecendo alimentação, apoio psicológico, jurídico e social às pessoas abrigadas.

Parágrafo único. A equipe de trabalho, de composição multidisciplinar, contará com profissionais das áreas de psicologia, assistência social e assistência jurídica.

Art. 4º O Programa é composto pelos seguintes serviços:

I - Centro de Referência; e

II - Casa Abrigo.

§ 1º O Centro de Referência destina-se ao atendimento de mulheres em situação de violência doméstica e intrafamiliar e de seus agressores.

§ 2º A Casa Abrigo é o local onde as mulheres e seus filhos menores de 18 (dezoito) anos serão protegidos de seus agressores, em caso de risco iminente de vida, em decorrência de violência doméstica ou intrafamiliar.

§ 3º A localização da Casa Abrigo será mantida em sigilo.

Art. 5º O Programa contará com corpo técnico-administrativo composto por profissionais das áreas de psicologia, direito, administração, assistência social, auxiliar de serviços administrativos, monitoramento de educação infantil e orientação social.

Art. 6º O abrigamento será justificado quando a mulher:

I - vivenciar comprovada situação de risco que justifique seu receio de nova agressão a sua vida ou a de seus filhos;

II - diligenciar perante autoridade policial competente a lavratura do boletim de ocorrência descrevendo a situação de violência;

III - residir no Município de Blumenau.

IV - submeter-se ao regimento interno da Casa Abrigo e às demais orientações dos responsáveis, em especial quanto à reestruturação de sua vida e a busca de situações que lhe garantam a subsistência própria e de seus filhos.

Parágrafo único. O atendimento dos requisitos previstos neste artigo, como condição de acolhimento e de permanência, será objeto de contínua avaliação pela equipe multidisciplinar da Casa Abrigo.

Art. 7º O período de permanência na Casa Abrigo não excederá a três meses.

Parágrafo único. Em situações excepcionais, o prazo de que trata este artigo poderá ser prolongado, a critério da equipe multidisciplinar referida no parágrafo único do

art. 3º desta Lei.

Art. 8º Regimento Interno regulará o funcionamento da Casa Abrigo e do Centro de Referência.

Art. 9º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de cento e oitenta dias, contado de sua publicação.

Art. 10 As despesas com a execução do Programa criado por esta Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 11 Esta Lei entra vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de dezembro de 2001.

DÉCIO NERY DE LIMA
Prefeito Municipal

**ANEXO B – Recorte do Jornal de Santa Catarina de 1º de abril de 2003
noticiando caso de violência contra a mulher**

JORNAL DE SANTA CATARINA, TERÇA-FEIRA, 1º DE ABRIL DE 2003

POLÍCIA

ASSASSINATO

Vizinhos sabiam das ameaças

AMIGOS DA DIARISTA MORTA NA FRENTE DOS QUATRO FILHOS DIZEM QUE A MULHER TEMIA VOLTAR PARA CASA

BLUMENAU - Vizinhos da diarista Tristonha Eliza Mackeldans Machado, 49 anos, assassinada na frente dos quatro filhos na última quinta-feira, afirmam que o crime foi anunciado pelo ex-marido da vítima, Joel Oliveira da Silva, 36, detido no sábado sob a suspeita de ser o responsável pelo assassinato. Os moradores da Itoupavazinha garantem que ela sofria ameaças do ex-marido e temia voltar para casa.

A dona de casa Maria Paes Caetano, 44, conheceu Tristonha há cerca de 12 anos e há quatro as duas moravam no mesmo bairro. Mas nos últimos meses, a amizade tinha sido cortada por Silva. "Ele me proibia de falar com ela e de visitá-la", explica, que acolheu os filhos da amiga no dia do crime. Ela afirma que Tristonha temia o marido mas não estava disposta a abrir mão da casa.

"Não vi ela voltar do abrigo, fiquei sabendo que ela estava em casa só depois que a tragédia tinha acontecido. Se tivesse descoberto antes, teria pedido para ela ficar na minha casa naquela noite", lamenta Maria. Quem também demonstrou disposição para tentar ajudar Tristonha foi a dona de casa

Na quinta-feira, a diarista Tristonha Eliza Mackeldans Machado, 48 anos, foi beneficiada com uma medida cautelar que pedia o afastamento do ex-marido Joel Oliveira da Silva, 36 anos, da residência da família no Bairro Itoupavazinha. Ela e os filhos estavam morando num abrigo para vítimas de violência.

O pedreiro chegou a ser detido por desobedecer a determinação da Justiça e encaminhado para a 2ª Delegacia de Polícia. O conselheiro da Polícia Civil, Salvo Gonzaga, afirma que ele foi liberado ainda no mesmo dia pois a desobediência da medida não caracterizava flagrante.

Ainda na quinta-feira, Tristonha teria pedido para voltar para casa, segundo a Secretária de Assistência Social. À noite, ela e quatro filhos - três do casamento com Silva - buscaram segurança no terraço da casa.

Silva chegou no local por volta das 22h de quinta-feira e matou a ex-mulher com quatro facadas na frente das crianças.

Na noite de sábado, Silva se entregou a polícia de Blumenau e foi encaminhado ao presídio da cidade na madrugada de domingo. De estava escondido desde quinta-feira num matagal do Bairro Velloso Grande.

As crianças estão sob os cuidados do Conselho de Tutela de Blumenau. O pai de uma das crianças que mora em Chapecó já manifestou interesse em ficar com a filha.

Fonte: Polícia Civil

Marivone Fátima de Oliveira, 26. "A filha dela veio nos visitar e pedi para a menina convidar a família para dormir na minha casa. Ela (Tristonha) já tinha reclamado da violência do ex-marido", explica.

Marivone afirma ainda que a filha de Tristonha disse que a família teria sido orientada a permanecer em casa. O industrial Vanderlei Martins, 30, vizinho e amigo de Silva, diz que o pedreiro ameaçava matar a ex-mulher e colocar fogo na casa se perdesse o direito de morar no local.

Desde novembro do ano

passado, Tristonha e quatro dos nove filhos estavam num abrigo para proteção de vítimas da violência. Na quinta-feira, ela foi beneficiada por uma medida cautelar que pedia o afastamento de Silva da casa da família. A secretária de Assistência Social, Maria Emilia de Souza, diz que Tristonha estava ansiosa para voltar para casa e teria decidido sair do abrigo no mesmo dia em que recebeu a medida.

"Antes da Justiça garantir o afastamento do ex-marido, ela estava pensando até em alugar outra casa", destaca. A secretária afirma que a diarista tinha medo do ex-marido mas não chegou a manifestar a intenção de se abrigar no terraço da casa. "Ela sabia que se precisasse poderia voltar ao abrigo."



Marivone (acima) ofereceu abrigo à família de Tristonha antes da tragédia, enquanto que Maria (detalhe) acolheu os filhos da amiga no dia do crime

BOURO DE CARGA **VIOLÊNCIA** **INVESTIGAÇÃO**

ANEXO C – Roteiro de entrevista aplicada com os homens autores de violência de gênero

Roteiro de entrevista

- 1 – Como foi sua infância?
- 2 – Quais as brincadeiras que costumava brincar na infância?
- 3 – Fale sobre sua família (pais, irmãos e primos).
- 4 – Fale sobre sua convivência na escola na infância.
- 5 – Fale sobre seu trabalho.
- 6 – O que é ser homem para você?
- 7 – Quais as diferenças de comportamento entre homem e mulher no ambiente doméstico? E na sociedade?
- 8 – Como era a sua relação (namoro, casamento) com as outras mulheres?
- 9 – Como começou sua relação com sua esposa/ex-esposa?
- 10 – Fale sobre sua família (esposa/ex-esposa e filhos).
- 11 – Como você se sente ou se sentia em relação a sua família?
- 12 – Como você acha que sua esposa/ex-esposa e filhos se sentem ou se sentiam?
- 13 – Para você, os conflitos com sua esposa/ex-esposa ocorrem ou ocorreram por quais motivos?
- 14 – Em que momento você se vê enquanto um homem que agride?
- 15 – Em que momento sua esposa/ex-esposa o vê ou via como agressor?
- 16 – Como você pensa que se desenvolveram ou se desenvolvem as situações de violência que você viveu ou vive?
- 17 – Como você se sentiu quando agrediu sua esposa/ex-esposa?
- 18 – Como acha que sua esposa/ex-esposa se sentiu?
- 19 – Atualmente, vêm ocorrendo situações de violência? Se não, como se sentiria se agredisse hoje? Se sim, como se sente diante disto?
- 20 – Alguma vez já pediu desculpa para sua esposa/ex-esposa?
- 21 – Já disse a sua esposa/ex-esposa como se sentiu depois da agressão?
- 22 – Se pudesse mudar o que fez, o que faria de diferente?
- 23 – Como se sentiu quando soube que sua esposa/ex-esposa fez um B.O.?
- 24 – Para onde sua família foi após fazer o B.O.?
- 25 – Como você se sentiu com relação a isso?
- 26 – Você acha que sua esposa/ex-esposa conversa com alguém sobre as situações de violência que ocorrem ou ocorreram?
- 27 – Você foi intimado a comparecer à delegacia ou ao Fórum devido a uma situação de violência? Como foi abordado pelos profissionais do serviço? Houve questionamento? Como se sentiu?
- 28 – Como avalia a abordagem policial e/ou na delegacia no contexto da violência?
- 29 – Como você compreende que deveria ser atendido um homem que está com dificuldades de convivência com sua esposa/família?
- 30 – O que leva um homem a agredir sua esposa?
- 31 – Você acha que os homens são mais violentos do que as mulheres? Comente.